

Diário do Legislativo de 30/12/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PSC

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 68ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião Solene da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

2 - RELATÓRIO

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 20/12/2006

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Indicações: Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Professor José Eustáquio Machado Coelho para o cargo de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação; encerramento da discussão; discursos do Deputado Carlos Pimenta, das Deputadas Jô Moraes e Elisa Costa e do Deputado Rogério Correia; votação secreta; aprovação - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Professora Maria Aparecida Carvalhais de Oliveira para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação; aprovação - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 86/2006 e dos Projetos de Lei nºs 1.886/2004, 2.562 e 2.661/2005, 3.056, 3.340, 3.368, 3.389, 3.579, 3.729, 3.730 e 3.778/2006; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Antônio Andrade; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2006; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.953/2006; requerimento do Deputado Gil Pereira; aprovação; discursos dos Deputados Padre João e Carlos Pimenta, da Deputada Elisa Costa e do Deputado Laudelino Augusto; votação do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.734/2006; discurso do Deputado Laudelino Augusto; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.595/2005; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.796/2006; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 651/2003; apresentação das Emendas nºs 4 a 7; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação das Emendas nºs 1 a 3; rejeição; votação da Emenda nº 4; aprovação; votação da Emenda nº 5; aprovação; votação da Emenda nº 6; aprovação; votação da Emenda nº 7; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; declaração de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.086/2005; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.087/2005; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.493/2005; aprovação na forma do vencido em 1º turno; declarações de voto - Prorrogação da reunião - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.027/2006; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.436/2006; aprovação - Palavras do Deputado Rêmoló Aloise - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.732/2006; apresentação das Emendas nºs 1 a 5; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Paulo Piau, Irani Barbosa, Zé Maia, Weliton Prado e Alencar da Silveira Jr.; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação; votação da Emenda nº 3; aprovação; votação da Emenda nº 4; aprovação; votação da Emenda nº 5; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.644/2006; encerramento da discussão; discursos do Deputado André Quintão e da Deputada Maria Tereza Lara; votação do projeto, salvo emendas e subemendas; aprovação; votação das emendas e das subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 4, 5, 10, 16, 17, 18, 19, 20, 30, 34, 60, 62, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 87, 89, 90 e 91; votação das emendas com parecer pela rejeição; rejeição; declaração de voto - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.645/2006; discursos do Deputado Laudelino Augusto, da Deputada Elisa Costa e do Deputado Weliton Prado; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Ricardo Duarte; deferimento; votação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 28, 106, 114, 115, 147, 194, 228, 266, 354, 367, 419, 520, 839, 840, 884, 885, 888, 889, 890, 892, 893, 899 e 902; votação das emendas com parecer pela rejeição; rejeição; votação da Emenda nº 849; discurso do Deputado Ricardo Duarte; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 861; discurso do Deputado Durval Ângelo - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro

- Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bilac Pinto - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elbe Brandão - Elisa Costa - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jesus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Doutor Ronaldo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Indicação do nome do Professor José Eustáquio Machado Coelho para integrar o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim" e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados ocupem os seus lugares. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, neste pequeno espaço que tenho, só gostaria de manifestar o nosso apoio e o nosso contentamento com a indicação do nome do Prof. José Eustáquio Machado para o cargo de Conselheiro Estadual de Educação. Ele é ligado ao setor educacional de Montes Claros e foi uma das pessoas que mais lutou pela implantação da escola técnica em Montes Claros, hoje um grande sucesso e que certamente deve ter ajudado centenas de jovens a se graduar no curso técnico. Posteriormente, o Prof. Eustáquio também ajudou na implantação de uma universidade em Montes Claros. Então, estamos muito à vontade para indicar o seu nome.

Ao longo dos últimos anos, essas indicações que partem do Poder Executivo e que precisam do respaldo do Poder Legislativo têm sido absolutamente acertadas, especialmente as feitas pelo Governador Aécio Neves. Fazer parte do Conselho Estadual de Educação é muito importante, principalmente para aprimorar a educação no nosso Estado. Tanto é que estamos tendo avanços significativos, como, por exemplo, a permanência por mais um ano das crianças nas escolas estaduais. O programa educacional de Minas Gerais é um dos mais avançados e modernos de todos os Estados brasileiros. É bem verdade que, há algum tempo, o Estado de Minas estava no 1º lugar entre os Estados brasileiros. Posteriormente, aconteceram fatos que nos levaram à 6ª ou 7ª colocação. Mas existe a persistência de pessoas certas nos lugares certos, como o Prof. Eustáquio e a Secretária, a Profa. Vanessa, que têm feito um trabalho fundamental em Minas Gerais na implantação dos livros didáticos, no processo de recuperação do prestígio dos professores serventuários, na recuperação física das nossas escolas, no transporte escolar. Nesse último aspecto, ainda há muito que avançar, mas o Estado entregará, em breve, mais de oitocentos veículos para ajudar no transporte escolar dos Municípios. É importante colocar a pessoa certa no lugar certo. Esta Casa está referendando o nome de uma das pessoas mais competentes da área educacional de Minas Gerais, daqui do Brasil.

Falo essas palavras de apoio ao nome do Prof. Eustáquio Machado e até em homenagem à família Machado, de Montes Claros, que é uma das mais numerosas, com atuação expressiva na política, na administração e no próprio Município.

O Prof. Eustáquio terá o meu voto absolutamente consciente. Peço às Deputadas e aos Deputados presentes que também dêem o seu apoio a ele, porque estamos referendando o nome, indicado pelo Governador Aécio Neves, de uma pessoa absolutamente preparada para ocupar local de destaque no Conselho Estadual de Educação. Faço questão que fique registrado nos anais da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o pronunciamento deste Deputado, conhecedor profundo da trajetória desse professor que ocupará, com muita dignidade e competência, o cargo de Conselheiro Estadual de Educação de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Jô Moraes.

A Deputada Jô Moraes* - Sr. Presidente, caras Deputadas, caros Deputados, votaremos favoravelmente à indicação do nome do Prof. José Eustáquio, mas não temos condições de dar esse voto sem registrar a situação lamentável que enfrentamos na luta e na batalha para democratizar a estrutura do Conselho Estadual de Educação. Ao longo desta legislatura, em muitos momentos a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Weliton Prado encaminharam projeto apresentando uma estrutura democrática, com a representação dos diferentes setores da sociedade, como dos servidores, dos educadores, dos estudantes e do conjunto da comunidade educacional no Conselho Estadual de Educação, não apenas dos professores eméritos e professores da área da educação privada. Esse processo de democratização já é realidade em outras instâncias, já que o Conselho tem a função fundamental de propor diretrizes, de delimitar propostas. No Conselho Estadual de Saúde, vivemos um processo completamente diferente, como a conquista do movimento dos servidores da saúde, que veio de cima para baixo.

O Conselho que delimita, que fiscaliza e que determina a diretriz é composto não só de uma visão plural e tripartite dos servidores, dos gestores e das pessoas que participam e que necessitam do sistema de saúde, mas também é feito dentro do processo democrático de conferência.

O Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte tem essa dinâmica democrática, porque, sem esse processo de participação coletiva, o

Conselho terá uma visão exclusiva, que enfrentamos em várias situações, particularmente na autorização de funcionamento de faculdades da alçada do Ministério da Educação, que, por uma imprecisão constitucional nossa, termina delegando funções a esse Conselho.

Não temos nenhum problema em relação aos nomes indicados. Aliás, o depoimento do Deputado Carlos Pimenta referenda a adesão e a anuência que daremos à indicação do nome do Prof. José Eustáquio.

Mais uma vez, lamento chegar ao final da legislatura sem conseguir fazer com que o Conselho Estadual de Educação seja um instrumento efetivo da comunidade de educação e tenha uma dinâmica democrática que assegure que a sociedade passe a fiscalizar o processo educacional a partir do seu próprio papel.

Lamentavelmente, talvez seja esse o meu último pronunciamento enquanto membro desta Casa, já que parto para a esfera federal. Tenho certeza de que os Deputados do Bloco PT-PCdoB continuarão essa luta ao lado da sociedade, por meio do Sind-UTE e das entidades estudantis: Uniube e UEE, a fim de que o Conselho Estadual de Educação se torne um instrumento efetivo e democrático de representação plural e dinâmica, que assegure os impactos e as ansiedades da sociedade nesse processo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa * - Sr. Presidente, ao lado da Deputada Jô Moraes, gostaria de pronunciar-me a respeito da discussão do Conselho de Educação, não apenas sobre os indicados, mas principalmente na linha do debate da Deputada Jô Moraes.

Realmente, devemos pensar num conselho de educação que, de fato, represente a comunidade escolar: estudantes, professores, pais de alunos e funcionários, no conjunto educacional. Uma verdadeira representação da educação, que reúna a sociedade e as instituições, ou seja, o governo e a sociedade num conselho que reflita a importância da educação como fator de desenvolvimento e crescimento da cidadania no nosso país e, principalmente, em Minas Gerais.

A composição de um conselho de educação tem o papel fundamental de pensar as diretrizes do Estado de Minas Gerais e a importância que deve ser dada à educação.

No levantamento que fizemos ao longo desses dois anos em que estivemos aqui na Assembléia, por meio da experiência do Bloco PT-PCdoB, percebemos que o Estado tem de estar um pouco mais atento ao compromisso com a educação, compromisso que se faz presente na possibilidade de melhores salários para as categorias, especialmente a da educação, e ainda na melhoria da estrutura física das nossas escolas, sem nos esquecermos da qualidade e da democratização do ensino, com a possibilidade de termos a maioria dos nossos estudantes nas escolas, especialmente os do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, para evitar a evasão escolar e a repetência e, decisivamente, contribuir para uma educação de qualidade.

Os rumos que o governo do Presidente Lula tem tomado em relação à educação mostram que Estados e Municípios também devem ter um comprometimento maior, seja com a qualidade ou seja com os recursos, para que, de fato, a educação seja uma prioridade no País e em Minas Gerais.

A aprovação do Fundeb traz novos recursos e torna o governo federal responsável pela educação infantil, com a melhoria da qualidade dos Ensinos Fundamental e Médio. A educação básica como um todo também nos compromete, em Minas Gerais, para que possamos obter mais recursos, mais investimento e mais qualidade.

A partir dos Municípios com educação infantil, incluindo-se as creches, temos de pensar em melhorar também o piso nacional de salários que será criado, para que Minas Gerais possa ter, a exemplo de outros Estados brasileiros, um piso mais digno, com recuperação e recomposição salarial dos servidores da educação, saindo de um patamar abaixo do salário mínimo e garantindo gradativamente as propostas que serão assumidas pelo governo Lula, pelo governo federal e pelo MEC, em nome da qualidade do ensino.

Também é necessária a implantação decisiva e efetiva, no Ensino Médio, das matérias sociologia e filosofia, de tema articulado, e fundamentalmente do estudo relacionado à história da África, à história afro-brasileira, como complementação e como tema transversal a ser debatido para qualificar os nossos estudantes.

É importante, principalmente, o aprofundamento da implantação do ensino profissionalizante, do ensino técnico em nossos Municípios e cidades-pólo. Com essa contribuição, o governo federal se propõe a implantar um Cefet, ensino técnico federal, e também uma extensão universitária em cada cidade-pólo do Brasil e de Minas Gerais.

Essas contribuições, com certeza, se somarão, para termos uma educação de mais qualidade, que promova a cidadania e, de fato, a inclusão social dos nossos estudantes em Minas Gerais e também em outros Estados. Deveremos caminhar para ter uma escola integral que, de fato, venha a contribuir principalmente com os nossos jovens mais pobres, mais sofridos, com a população que precisa de um melhor atendimento para uma educação de qualidade.

Deputada Jô, a escola integral sempre foi um projeto da esquerda, iniciado na Prefeitura de Belo Horizonte, já funcionando em 2006, com sucesso, como também a proposta de as escolas estarem abertas nos finais de semana. Tudo isso já ocorre nas Prefeituras de Contagem e de Belo Horizonte e são exemplos que deveremos ter em todo o Estado, para que possamos promover uma educação realmente de qualidade.

É fundamental o Conselho de Educação para discutir essa nova escola, esse novo processo educacional, uma educação para a cidadania que reflita, a partir da realidade de Minas, da população trabalhadora mais sofrida de Minas Gerais, essa realidade e ajude a mudá-la, com a participação das pessoas, dos estudantes, dos professores, em um contínuo processo de transformação social. A nossa transformação e as nossas mudanças se somam principalmente com a educação em Minas e no Brasil.

Não estamos apenas escolhendo conselheiros; é mais do que isso. Precisamos ter um conselho democrático, que reflita essas novas diretrizes da educação no Brasil e em Minas Gerais, com o compromisso do Governador Aécio Neves com a recuperação salarial dos servidores, a melhoria da qualidade e a construção da cidadania.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres; Sras. Deputadas, Srs. Deputados. As Deputadas Jô Moraes e Elisa Costa, com muita pertinência, abordaram a indicação dos dois nomes que temos hoje na pauta do Conselho Estadual de Educação, Prof. José Eustáquio Machado Coelho e Profa. Maria Aparecida Carvalhais de Oliveira, encaminhando também favoravelmente a sua aprovação, porque

não se trata de uma discussão sobre as pessoas que ocuparão o cargo no Conselho, mas sim de uma objeção ao método pelo qual ele se forma. Infelizmente, o Conselho Estadual de Educação não foi democratizado. Vários Conselhos sofreram um processo de democratização não só nos Municípios mineiros mais avançados, assim como em todo o País, como o Conselho Nacional de Saúde, e o Conselho de Educação.

Durante o primeiro governo do Presidente Lula, houve várias conferências sobre esporte, cultura, educação, saúde, mulheres, negros. Houve conselhos democratizados a partir das experiências das conferências realizadas nos Estados. Belo Horizonte, há muito, já faz isso. O Conselho Municipal de Educação, por exemplo, é eleito por meio de uma conferência, com a participação de delegados eleitos entre os estudantes, funcionários e professores. A partir dessa conferência, com a participação do sindicato, da base responsável pela educação, são escolhidos, pelos seus pares, os Conselheiros.

Aqui em Minas Gerais, o Governador Aécio Neves ainda trabalha de forma arcaica, indicando ele próprio os Conselheiros. O Conselho não tem, portanto, pluralidade de opiniões, prevalecendo, em geral, a opinião oficial da Secretaria de Educação. O Conselho não é um órgão vivo, que discute os problemas da educação do ponto de vista pedagógico e do estrutural. O Conselho não consegue se posicionar frente a questões fundamentais. Tivéssemos um Conselho Estadual ativo, creio que ele jamais seria favorável ao fato de uma professora continuar percebendo, durante todo o mandato do Governador, um salário-base inferior ao salário mínimo. Durante quatro anos, uma professora permaneceu com um salário abaixo do mínimo, cada vez distanciando-se mais da realidade, porque o salário mínimo tem sido corrigido acima da inflação, como política do Presidente Lula. E os professores e professoras, ao contrário, em Minas Gerais, têm os salários sempre aquém do processo inflacionário. Portanto, os salários distanciam-se, cada vez mais, do valor do salário mínimo. Um Conselho Estadual de Educação que não observa esse fato não está vivenciando a educação pública no Estado. Além das questões das escolas particulares, do ensino privado, o Conselho deve, fundamentalmente, ter sua opinião e o controle sobre o que acontece no ensino público, em especial no ensino público estadual. Isso, infelizmente, não tem ocorrido, porque há um vício na origem, que é o da indicação feita apenas pelo Governador do Estado, sem que haja uma formação equilibrada no órgão. O justo seria que o gestor estadual - no caso, o governo do Estado - tivesse seus membros no Conselho. Isso é óbvio, porque um conselho não pode funcionar se seus gestores dele não participarem. Mas é preciso que, além dos gestores, lá também estejam os representantes dos professores, eleitos por eles; dos funcionários, eleitos por eles por meio do processo de conferência; dos estudantes, eleitos por eles, ou seja, que os próprios pares escolham os membros desse Conselho, dando-lhe o caráter democrático, inclusive de paridade. Assim funcionam os conselhos mais modernos. A prática implementada em Minas Gerais apenas formaliza conselhos, porque a lei obriga, mas não os democratiza. Portanto, os conselhos não debatem, na verdade, os problemas concernentes à educação estadual. Citei a questão do salário porque me parece muito precária em Minas Gerais. Como, no segundo Estado mais rico do País, uma professora pode ganhar um salário-base menor que o salário mínimo?

Parece-me um absurdo. Infelizmente essa é a realidade. Isso deveria ser discutido dentro do Conselho. É ele que deveria discutir a política remuneratória, a questão física das escolas e muitos outros assuntos. Isso deveria ser feito de forma democrática, mas o Conselho se abstém. Muitas vezes é apenas burocrático, discute apenas se uma escola deve ter permissão para funcionar, como funcionará e outros pontos de menos importância. As discussões de fundo para a construção de uma política pedagógica e administrativa de alta qualidade não são feitas por meio de um processo democrático. Muitos não podem opinar.

Mais uma vez votaremos favoravelmente à indicação do Prof. José Eustáquio e da Prof^a. Maria Aparecida Carvalhais. Não tenho nada contra eles, mas contra o método pelo qual essas indicações são feitas. Por isso, não poderíamos deixar, no final desta legislatura, de fazer essas observações, já tecidas anteriormente pelas Deputadas Elisa Costa e Jô Moraes.

Esperamos que, no próximo governo, isso não aconteça. Por contribuição desta Assembléia Legislativa, existe um projeto de lei que nunca é votado, porque não há vontade governamental. Mas esperamos conseguir democratizar o Conselho Estadual de Educação. Seria uma grande contribuição da Assembléia essa conquista. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, a Indicação.

- Registram seus votos as Deputadas e os Deputados:

Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Viana - Elbe Brandão - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação do Nome do Professor José Eustáquio Machado Coelho para o cargo de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação do Nome da Professora Maria Aparecida Carvalhais de Oliveira para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a Indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim" e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados ocupem os seus lugares. Em votação, a Indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Agostinho Patrús - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Elbe Brandão - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Votaram "sim" 44 Deputados. Votou "não" 1 Deputado. Está aprovada a Indicação do Nome da Professora Maria Aparecida Carvalhais de Oliveira para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei

Complementar nº 86/2006, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado, e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 1.886/2004, do Deputado Dimas Fabiano, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Itajubá o imóvel que menciona; 2.562/2005, do Deputado Carlos Gomes, que institui a coleta seletiva de lixo reciclado na escola na rede pública de ensino do Estado; 2.661/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador José Bento o imóvel que especifica; 3.056/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Pedro dos Ferros; 3.340/2006, da Deputada Elbe Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Janaúba o imóvel que especifica; 3.368/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Albertina o imóvel que especifica; 3.389/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Geraldo; 3.579/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bonfim o imóvel que especifica; 3.729/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Miguel do Anta o imóvel que especifica; 3.730/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com a União imóvel que especifica, situado no Município de Uberaba; e 3.778/2006, do Governador do Estado, que autoriza a criação de empresa subsidiária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG (À sanção.).

2ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Andrade, solicitando a inversão da pauta desta reunião de modo que os Projetos de Lei nºs 3.644 e 3.645/2006 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2006, do Governador do Estado, que dispõe sobre o exercício da autoridade metrológica de avaliação da conformidade e qualidade de produtos e serviços; institui o Prêmio por Produtividade em Metrologia Legal e Qualidade Industrial de Produtos aos servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2006 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.953/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a destinar recursos adicionais para a implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. No decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo do Deputado Laudelino Augusto, que recebeu o nº 2, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetido à votação independentemente de parecer. Vem à Mesa requerimento do Deputado Gil Pereira, solicitando a inversão da preferência na votação, de modo que o Substitutivo nº 2 seja apreciado antes do Substitutivo nº 1. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Presidente e colegas Deputados, nosso encaminhamento é contrário ao Projeto de Lei nº 2.953, embora favorável ao Substitutivo nº 2, que terá preferência de apreciação. Por que chegamos ao entendimento de votá-lo? Toda nossa batalha, desde o início do ano junto aos movimentos dos atingidos pela Barragem de Irapé em inúmeros assentamentos, teve início quando recebemos a mensagem do Governador, que reafirmava que o recurso de R\$30.000.000,00 seria para as despesas com reassentamentos. Chamamos os atingidos para uma audiência pública nesta Casa a fim de fazermos um planejamento, ou seja, a fim de definirmos prioridades na utilização desse recurso e as pendências dos atingidos. Todavia tivemos a infeliz notícia, que nos foi dada pelo representante da Cemig, de que aqueles recursos não seriam utilizados para resolver pendências de reassentamentos, mas para cobrir despesas já efetuadas pela Cemig. A partir desse momento, nós nos posicionamos contrariamente à tramitação desse projeto, até porque temos dois relatórios dos atingidos, um deles, feito por doutores, mestres e técnicos da UFMG, é um diagnóstico da região, levantando inúmeros problemas, até daqueles que estão a jusante, ou seja, abaixo da barragem. As águas das margens, que são utilizadas por animais, passam por um processo de putrefação, e há até um processo de abortamento. Tudo isso é um grande transtorno para os agricultores. Os reassentados têm muitas pendências, como estradas, escolas, abastecimento de água e fornecimento de energia, o que é uma contradição, quando há o reconhecimento de vários problemas pela própria Cemig. Reunimo-nos várias vezes com representantes da Cemig, quando contamos com a presença da liderança do governo. Eles reconhecem o problema, embora não tenham dado nenhuma pista para que possamos resolvê-lo. Vejam bem, nobres colegas, que todo o reassentamento é abastecido com água de poço artesiano. Essa água tem de ser bombeada. Veja bem, Deputado Carlos Pimenta, que é daquela região, recebemos esse relatório da Cemig ontem. Justamente essa bomba garante o abastecimento de água de toda a fazenda.

A Cemig diz que o Identificador nº 71073258, da Fazenda Dileta, tem um débito de R\$6.291,00 e está desligado desde 6 de dezembro. Ainda da Fazenda Dileta, o Identificador nº 71074132 tem um débito de R\$5.237,95 e foi desligado em 23/10/2006. A Cemig apresentou uma relação de aproximadamente 15 padrões. A bomba que garante o abastecimento coletivo está desligada. A energia foi cortada. Os problemas são sérios. Uma escola recém-construída afundou, e os alunos tiveram de ser retirados de lá. O entendimento dos colegas do Bloco PT-PCdoB é que esgotamos o processo de negociação. De certa forma, chegamos a um entendimento com o Líder do Governo - parece que há um consenso de que será o próximo Presidente da Casa -, que disse que irá lá pessoalmente, logo no início do ano. Deputada Jô Moraes, chegou às nossas mãos ontem a conclusão do relatório da Cemig, que é a garantia de que serão feitas visitas técnicas a vários assentamentos. É o prazo que a Cemig tem para olhar pendências como abastecimento de água, estrada, escola, fornecimento de energia elétrica, safra que alguns perderam, a própria assistência técnica, ou seja, são inúmeras as pendências. Temos a garantia da liderança do governo e da própria Cemig de que até o final de fevereiro esta Casa fará uma visita técnica, encerrando-se com uma audiência pública. Esperamos que esse prazo seja suficiente para a Cemig resolver alguns problemas. Deputado Carlos Pimenta, é inadmissível o pessoal passar o Natal com o abastecimento de água comprometido. A Cemig alega que as estradas são de responsabilidade do Município, mas, no reassentamento, a degradação das estradas novas que não foram adequadamente compactadas acentuou-se com as chuvas.

O Bloco PT-PCdoB votará contrariamente a esse repasse de R\$30.000.000,00 do Governador do Estado para a Cemig, porque, no nosso entendimento, gostaríamos que pelo menos parte desses R\$30.000.000,00 fosse destinada à resolução das pendências dos reassentados. De repente, os nobres colegas vão derrubar esse projeto. Caso seja, logo depois votaremos favoravelmente ao Substitutivo nº 2, do Deputado Laudelino Augusto, que corrige o texto. O Substitutivo nº 2 diz a verdade. A mensagem do Governador dizia que deveriam ser resolvidas prioritariamente as pendências do reassentamento. Como a Cemig garantiu que não é, que é para repor despesas já efetuadas por ela, o Substitutivo nº 2, do Deputado Laudelino Augusto, que apreciaremos em primeiro lugar, diz que esse recurso será para cobrir despesas efetuadas pela Cemig. Não é isso, Deputado Laudelino Augusto? Pelo menos, o Substitutivo nº 2 diz a verdade, diz que o dinheiro não é para resolver as pendências de reassentamento, que o dinheiro é para cobrir as despesas da Cemig. A nossa esperança é esse compromisso, da liderança do governo com a Cemig, de resolver, em curto prazo, essas pendências. No mês de fevereiro, iremos a alguns reassentamentos, para ouvir a comunidade, para ver como está o plano de reativação econômica. Fica o nosso apelo para revermos, na próxima legislatura, a legislação dos atingidos por barragem. Temos uma legislação feita pela Deputada Maria José Hauelsen, com a nossa contribuição, que ficou prejudicada porque o artigo principal foi vetado e esta Casa manteve o veto. Esse é o nosso encaminhamento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de ressaltar a força do diálogo e a força do entendimento. Acabamos de ouvir o Deputado Padre João, uma das pessoas a quem admiro neste Parlamento pelo zelo que tem com os projetos. Quando ele usa o microfone, não é para fazer demagogia ou emitir posições contrárias apenas por ser Oposição. Suas posições são equilibradas, e seus pronunciamentos são sempre bem-feitos. Isso é importante para o Parlamento, porque o contraditório, quando tem conteúdo, ajuda a aperfeiçoar os projetos, como foi aperfeiçoado esse projeto da Cemig, de Irapé.

Deputado Padre João, quero fazer um apelo para que, em nome do entendimento, possamos ter o seu voto de apoio nesse Substitutivo nº 2, mostrando o desprendimento de V. Exa. Um parlamento sem o contraditório e sem o diálogo não é parlamento. Já que chegamos a um consenso que atendeu a todas as reivindicações de V. Exa., o seu voto é importante para nós.

Sr. Presidente, quero falar um pouco sobre Irapé. Essa barragem, sem dúvida alguma, será um marco importante e decisivo na história do Jequitinhonha e do Norte de Minas. É um projeto que se arrasta há décadas. É um projeto que teve mais força no governo Eduardo Azeredo, quando discutimos com a Cemig e com o ex-Presidente Carlos Eloy, que nos deu muita força. Fizemos várias audiências públicas na cidade de Cristália e na cidade de Botumirim. Quero ressaltar a ação do Prefeito de Cristália, Evaldo Gener, que colocou à disposição toda a estrutura do Município, para que realizássemos uma histórica audiência pública em Cristália, com a presença de mais de três mil pessoas numa tenda de circo. Ali contamos com a presença dos atingidos, dos Deputados, de autoridades. Tivemos também a participação ativa do Prefeito de Botumirim, José Maria de Fátima, que colocou toda uma estrutura à nossa disposição. Tivemos embates junto à Fundação Palmares, em Porto Coriz, em relação à presença ou não de um quilombo.

A história de Irapé se complementa e se fortalece nos últimos 10 anos, culminando com o enchimento do lago, que é algo fantástico. A região se desenvolve por si só. Há alguns dias, estivemos na inauguração do Memorial JK, que é fantástico. E, agora, Irapé está nesse ponto.

No que diz respeito ao projeto, o Governador Aécio Neves, como é de praxe e de costume em sua condução correta dos trabalhos e da administração do nosso Estado, encaminhou um projeto claro, pedindo a autorização legislativa, para que faça frente às despesas que já foram efetuadas. Todos tinham conhecimento disso. Possivelmente, na elaboração da sua mensagem, o Governador tenha omitido esse fato, mas, depois, humildemente, fez a correção e apresentou dois substitutivos.

O Deputado Padre João - (- Intervenção fora do microfone.)

O Deputado Carlos Pimenta - Perfeitamente. Isso é que é um padre! Isso é que é um Deputado! Neste momento, fico orgulhoso de ser católico.

Querido Deputado Padre João, Irapé é cheia de contradições e de história, mas é também o melhor e o maior exemplo de assentamento do País. É claro que algo terá de ser corrigido, mas conheço os assentamentos feitos nas cidades de Itamarandiba, de Francisco Dumont e de Grão-Mogol. As pessoas deixaram as margens do Rio Jequitinhonha, onde não havia nenhuma estrutura, luz elétrica, estrada, saúde, dignidade e cidadania, para morar com dignidade, pois as melhores terras do Norte de Minas foram adquiridas e postas à disposição dos atingidos de Irapé. Se procedermos a uma avaliação geral, com certeza, mais de 90% das pessoas que deixaram os locais atingidos pela Barragem de Irapé estão hoje vivendo com dignidade. A Cemig primou nesse assentamento, que serviu de exemplo para todo o País. Quiséramos nós que o País tivesse planos de assentamento como esse de Irapé!

Fui informado de que o Deputado Rogério Correia será o Superintendente do Inkra em Minas Gerais. Ele é a pessoa certa para ocupar esse cargo, pois tem conhecimento e experiência nesse sentido e poderá espelhar-se em Irapé, com certeza absoluta. Contaremos com um processo de assentamento realizado pelo Deputado Rogério Correia. Se isso ocorrer, o Estado de Minas ganhará muito. Os milhares de famílias que desejam o seu pedacinho de terra certamente contarão com pessoas competentes para essa promoção da reforma agrária.

Estou muito feliz hoje. O Governador Aécio Neves está de parabéns pelo seu trabalho. Espero que envie outro projeto em seu próximo governo, para corrigir o que consta nesse relatório. Estou disposto a acompanhar essa delegação nas visitas que fará a todos os assentamentos, em janeiro e em fevereiro. Desejo estar presente para trazermos um relatório da Assembléia Legislativa e para conversarmos com a Cemig e com os técnicos do governo, a fim de corrigirmos esses detalhes e imperfeições que, infelizmente, existem.

Então, Presidente Mauri Torres, penso que podemos fazer essas visitas em janeiro, mesmo que seja recesso parlamentar, para, dando prosseguimento aos compromissos que assumimos, analisar o que está acontecendo e corrigir o que for necessário com relação a Irapé.

Encerro minha fala cumprimentando a direção da Cemig; o Governador Aécio Neves; nosso Líder de Governo, o Deputado Alberto Pinto Coelho, que teve disponibilidade, paciência e a grandeza de admitir alguns erros do projeto, o que resultou na elaboração dos Substitutivos nºs 1 e 2.

Meu último apelo é que votemos, de forma unânime, esse projeto do Governador Aécio Neves e que nosso Líder e, ao que tudo indica, futuro Presidente desta Casa, complemente o que estamos discutindo, para que possamos tomar as medidas necessárias para os atingidos de Irapé. Afinal, eles deixaram suas terras e sua história, para que pudéssemos construir esse grande empreendimento, que mudará a cara do Norte de Minas e do Jequitinhonha.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa* - Sr. Presidente, senti necessidade e vontade de me manifestar sobre esse projeto, porque ele leva Minas Gerais, esta Casa e os governos do Estado e federal a uma profunda reflexão.

Parabenizo os Deputados Laudelino Augusto e Padre João pelo debate que vêm travando nesta Casa a respeito da segurança alimentar e pela maneira como vêm acompanhando o Movimento dos Atingidos por Barragens ao longo de Minas Gerais. Nós nos identificamos com eles nesse trabalho.

De fato, vivemos um paradoxo entre o desenvolvimento sustentável e os impactos sociais, econômicos e culturais causados no cotidiano das famílias atingidas pelas barragens. As pessoas têm de abandonar suas casas e, muitas vezes, buscar novas atividades econômicas, o que, com certeza, altera a trajetória de sua vida e sua história.

Vivemos constantemente esse dilema. Um país que se desenvolve, como o Brasil, precisa de energia. O programa Luz para Todos é uma necessidade, mas, ao mesmo tempo, entendemos que é preciso buscar alternativas para a geração de energia, que pode ser a eólica ou a biomassa, para minimizar os impactos causados pelas hidrelétricas. Não são apenas as famílias e o meio ambiente que sofrem com isso, mas também a água.

Ainda bem que, agora, o Ministério das Minas e Energia do governo Lula se tem pautado pela redução do tamanho das hidrelétricas, para minimizar os impactos que elas causam.

Tive a oportunidade de acompanhar as reflexões do Deputado Padre João e principalmente o Movimento das Vítimas da Barragem de Irapé e ver que nem todos os problemas criados pelas hidrelétricas espalhadas por Minas Gerais, especialmente em Aimorés - onde o Deputado Padre João também atua -, foram resolvidos.

Os consórcios, em geral, nunca cumprem totalmente seus compromissos. Sempre ficam devendo soluções pelas quais se responsabilizaram. Ora, é preciso ter compromisso com a vida das pessoas, com sua história e, principalmente, com os Municípios, para compensar minimamente os impactos, que são grandes e crescentes.

Reconheço que vivemos constantemente o dilema entre assumir um novo modelo de desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, minimizar os trágicos efeitos causados nos assentamentos.

Pela forma como são feitos, a maioria dos assentamentos são trágicos. É uma violência à história e à vida dessas pessoas. Muitas vezes não se trata apenas de ter uma nova casa num novo lugar, num novo reassentamento, pois muitos perdem sua forma de sobrevivência, sua atividade econômica, seu próprio futuro. Vemos isso ocorrer, quando o reassentamento não é feito com o devido respeito a essas famílias. Ao refletirmos sobre o problema, vimos que Irapé é um exemplo disso.

A Cemig é uma estatal, portanto tem de ter mais compromisso social com Minas Gerais e a sua população. A empresa tem de reunir-se com as famílias, os parlamentares e os movimentos sociais para reduzir, de fato, esses impactos ocasionados na vida das pessoas e nos Municípios.

Sabemos que até hoje não foi devidamente explicado como será o repasse de recursos da ordem de R\$30.000.000,00 do Estado à Cemig. A empresa considera tratar-se de uma dívida que está sendo paga por parte do que foi feito em Irapé. De qualquer forma, conforme entendimentos feitos nesta Casa, especialmente por meio da liderança do Deputado Padre João, votaremos favoravelmente ao Substitutivo nº 2, pois a mensagem enviada pelo Governador diz que esses R\$30.000.000,00 seriam destinados a continuar resolvendo e melhorando a vida das famílias assentadas, mas, na verdade, não teriam esse destino. Mas esperamos que, futuramente, haja recursos para garantir o atendimento às famílias assentadas, com a construção de estradas, estações de tratamento de esgoto, enfim, com todos os cuidados.

Para finalizar, Deputado Padre João, lá na nossa cidade, no Vale do Rio Doce, na hidrelétrica de Aimorés, as famílias foram muito pressionadas. Na época, não houve casos de suicídios, mas hoje já os há. A dengue cresceu absurdamente na cidade, porque os esgotos estão voltando e não foi feito o devido esgotamento sanitário. As casas trincaram, porque as construtoras não construíram casas de qualidade. Então, de fato, hoje há muitas condicionantes que ainda devem ser cuidadas em outras hidrelétricas, como a de Aimorés, que atinge os Municípios de Resplendor, Conselheiro Pena, Baixo Guandu, Itueta e outros. Há também impactos nas terras dos Krenak daquela região.

Sou solidária a todos os assentados, incluindo o assentamento das famílias de Irapé. Quero dizer que continuaremos na Assembléia, com a liderança do Deputado Padre João e os demais Deputados do Bloco PT-PCdoB, vigilantes e atentos para acompanhar a construção das hidrelétricas, a fim de minimizar os impactos sociais, econômicos e culturais do nosso povo. Esse é o nosso papel, o nosso dever.

Cada vez mais precisamos integrar-nos na discussão ambiental proposta pela Ministra Marina Silva, para que, de fato, tenhamos um meio ambiente mais saudável, com qualidade de vida e com um desenvolvimento verdadeiramente sustentável no País. Esse é o debate, para que tenhamos vida com mais dignidade e cidadania.

Em nosso entendimento, o Substitutivo nº 2 não resolve as questões de conteúdo e de fundo dos problemas relacionados com Irapé, mas existe o compromisso do governo estadual e da Cemig de acompanhar, visitar e reconsiderar as necessidades dos assentados; por isso, neste momento, votaremos favoravelmente ao substitutivo.

Ressalto que estaremos vigilantes, acompanhando de perto as necessidades dos atingidos pelas barragens em Irapé, Aimorés, Açucena, Frei Inocêncio e Baguari. Todas são pequenas hidrelétricas, que devem ser construídas nos próximos meses. Vamos avaliar todas.

Nós, que somos da Cipe Rio Doce, da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, debateremos no próximo ano os empreendimentos que serão construídos e que estão na Feam, para serem aprovados. Está sendo debatido quais são os impactos que teremos com a construção de hidrelétricas ou de pequenas barragens para o futuro do rio e de seus afluentes, das gerações e da água da nossa Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Laudelino Augusto.

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, creio que já falei suficientemente sobre esse projeto no 1º e no 2º turnos, explicando todos os trâmites.

Faço um comentário a partir do que foi dito pelo Deputado Carlos Pimenta. Quero deixar claro que toda a bancada é favorável ao desenvolvimento sustentável. Quando apresentamos questões e fazemos negociações, para melhorar o projeto, nossa preocupação é garantir uma qualidade de vida aos assentados. Isso não quer dizer que somos contra Irapé, em hipótese alguma. Sabemos da importância da energia gerada pela usina e que todo desenvolvimento tem conseqüências para uns e para outros. Somos favoráveis ao desenvolvimento sustentável. É o que mais procuramos.

O que mais buscamos na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, na Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas e em outras comissões foi o desenvolvimento sustentável. O que está em jogo é o presente e o futuro do planeta Terra. As mudanças climáticas estão aí. Há estudos que mostram que a construção de grandes barragens, com grande volume de água acumulado, como em Itaipu, tirou a Terra de seu eixo. Talvez seja isso que está deslocando o eixo da desertificação, pois em lugares em que não chovia agora está chovendo muito; causando o derretimento das geleiras dos pólos. Claro que não é só isso, há também o efeito estufa e outros setores.

O desenvolvimento que visa à melhoria da qualidade de vida não pode destruir a natureza, pois estaremos destruindo o hábitat. As pessoas não terão qualidade de vida daqui a alguns anos. Há um vídeo que mostra a ameaça do fim da água. Dizem que, em 2020, dois terços da população mundial não terão água potável.

Como representantes do povo, temos o compromisso de cuidar das questões ambientais, o qual faltou durante muito tempo. Temos de cuidar como cidadão e muito mais como representante, como Deputado. E sinto mais responsabilidade ainda como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Somos favoráveis ao desenvolvimento, Irapé, que trouxe emprego, trará energia, mas estamos preocupados com os atingidos, que são muitos.

O Deputado Carlos Pimenta disse que esse é o melhor e o maior assentamento e que os outros podem seguir o mesmo exemplo. Fiquei preocupado, pois, se esse é o melhor, como estão os outros? Esse está cheio de defeitos, incongruências e pessoas em estado precário. A qualidade de vida piorou. Não é o melhor assentamento. Seria o melhor, se o projeto da Deputada Maria José e do Deputado Padre João não

tivesse sido vetado, pois dizia que o plano de assistência social deveria ser feito depois da licença prévia, e não depois da licença de instalação e operação. A água está chegando às casas, e as pessoas ainda não têm um plano de assistência social garantido. Isso foi feito em nome dos empreendedores, que disseram que, se o plano de assistência social fosse feito antes, ficaria caro e inibiria os empreendimentos. Irapé é um exemplo, sim, de como não deve ser feito e de que temos que fazer um plano de assistência social antes. Temos que respeitar a vida humana acima de tudo.

O Deputado Carlos Pimenta disse também que o Governador mandou uma mensagem, reconheceu o equívoco e corrigiu-o. Que fique claro que não corrigiu. Li a mensagem desse projeto na internet, a qual diz que é o dinheiro para completar o trabalho de assentamento da população deslocada com a construção da barragem e que precisa de novos e consideráveis recursos. Diz que esse é o fundamento do projeto.

Quero que fique bem claro: não corrigiu. Se verificarmos pela Internet, poderemos ler a mensagem desse projeto, como fiz hoje, pela manhã. Conforme esse projeto, o dinheiro é para completar o trabalho de assentamento da população deslocada com a construção da barragem. Por isso o governo necessita de novos e consideráveis recursos. Esse é o fundamento do projeto. Já foi dito que foi um erro, um equívoco. Reconheceram o erro, mas o Governador não o corrigiu. Verifiquem na Internet o Projeto de Lei nº 2.953/2006.

Apresentamos um substitutivo - que foi acolhido - para corrigirmos isso, para votarmos premissas verdadeiras. Não estamos votando a liberação de novos recursos. Apresentamos esse substitutivo para contribuirmos com o governo. No 1º turno me abstive de votar, porque não tenho obrigação nenhuma de votar um projeto que não é verdadeiro, que não tem premissas verdadeiras, não tem pressupostos válidos. Agora sim: "Autoriza o Poder Executivo a destinar recursos adicionais para a cobertura de despesas realizadas na implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé". Isso se tornou verdade, como disse o Deputado Padre João.

Concluindo, Sr. Presidente, para votarmos esse projeto, entrarão esses R\$30.000.000,00 para a Cemig, e não para a Usina de Irapé, porque esses recursos já foram gastos. Precisamos conhecer a situação. Já havíamos feito um pedido de auditoria plena para a Copasa. Agora estamos solicitando também, e foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais uma auditoria plena, dos últimos cinco anos, da Cemig e da Codemig, desde os tempos em que era Comig. Faço isso em nome do povo mineiro, que deseja transparência e ética. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 2. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.953/2006 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.734/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar do R\$5.797.351,69 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Laudelino Augusto.

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esse projeto que iremos discutir - espero conseguir ser rápido, mas não posso deixar de falar sobre esse assunto -, autoriza a abertura de crédito para o Tribunal de Contas do Estado. Há um mês, votamos uma suplementação para esse órgão. Agora existe outra.

Estavam na pauta de anteontem projetos de resolução, aprovando, ou não, as contas dos Governadores Itamar Franco, em 2002, e Aécio Neves, em 2003 e 2004. Isso ficou para o próximo ano. Como em 2007 não estarei aqui para discuti-los, farei agora algumas considerações em nome do povo mineiro.

Em primeiro lugar, fizemos exaustivos questionamentos por meio do Relatório Final da Comissão Especial do Tribunal de Contas do Estado, muito bem elaborado, com vários questionamentos sérios sobre os Conselheiros e, agora, sobre a Conselheira do Tribunal de Contas, que são políticos e indicações políticas. Nesses últimos quatro anos, tivemos oportunidade de votar três vezes, sendo duas com a Assembléia indicando, e uma para confirmar a indicação do Governador. Todos sabem - já dissemos exaustivamente - que nas duas primeiras vezes votamos em um representante da sociedade civil. Foi apenas um voto, mas o fizemos com consciência, buscando moralizar. Digo moralizar porque, do jeito que é feito, não é um processo isento. Foram dois Deputados da ativa, apesar da sugestão da Assembléia de que não fosse assim, como está dito aqui a respeito da revisão dos métodos. E argumenta-se: "Também entendemos que, para maior equilíbrio, legitimidade e isenção da Assembléia Legislativa no processo de escolha dos Conselheiros - está grifado pelo relator, hoje Conselheiro Antônio Andrada -, é necessário que o parlamentar, no exercício de suas funções, não possa disputar a vaga para o cargo". Lamentavelmente, foram dois Deputados da ativa. Não estou entrando no mérito da vida deles, não é isso. A nossa preocupação de sempre é com a isenção. Está aqui, estou lendo. Aliás, leio e repito. Não tem nada de novo no que dizemos, apenas fazemos a leitura de documentos da doutrina social, do Regimento da Casa, da Constituição Federal, da Constituição Estadual. Tudo que dizemos aqui é baseado em documentos. Estamos lendo os documentos da Assembléia.

Há também a questão da vitaliciedade, permanecem lá até os 70 anos. E todos são comprometidos com partidos políticos e com o próprio Governador. A última a tomar posse é ex-Prefeita de Três Pontas e tem vários processos, tanto na Justiça como no próprio Tribunal de Contas. Foi indicada pelo Governador, para pagar compromisso de chapa de eleição, a fim de que ela não saísse como candidata a Senadora. Ganhou de presente o cargo para o Tribunal de Contas. Não estou sendo irônico, é isso mesmo. Está em todos os jornais, estou só repetindo. Já disse que sou aqui uma pessoa que fica lendo, repetindo e fazendo ligações entre as coisas que acontecem. É lamentável que a imprensa mineira também não faça essas ligações, pois prestaria um grande serviço. Aliás, é missão dos repórteres e da mídia fazer essas ligações, verificar o que está acontecendo, saber por que isso, por que aquilo. É o que fazemos.

Já disse e repito que vários dos Conselheiros políticos que estão lá constam na lista do "valerioduto" e de Furnas. Poderão dizer que o caso de Furnas não foi provado, mas está na Justiça e vamos aguardar.

Outra questão é a do Ministério Público especializado junto ao Tribunal, que não existe. Em 2003 foi declarado inconstitucional o trabalho dos Promotores no Tribunal de Contas, porque teria de ser especializado. E eles julgam também as contas do Ministério Público. O Procurador-Geral imediatamente tirou os representantes do Ministério Público que estavam no Tribunal, para não incorrer em improbidade administrativa. É claro que, como pessoa honesta, fez a retirada. Em 2003, o Presidente do Tribunal de Contas da época enviou à Casa projeto de lei relativo aos Auditores e criando o Ministério Público especializado junto ao Tribunal de Contas. Na mensagem enviada à Assembléia, argumentava, ainda, que tinha urgência em resolver a questão, pois tudo que estava sendo feito corria risco de nulidade. O Presidente do Tribunal de Contas reconhecia isso. Todos os pareceres assinados por Promotores correriam o risco de nulidade, por não serem da Promotoria especializada. O Governador nomeou - há o termo de posse, foi publicado no "Minas Gerais" - três advogadas ligadas ao Executivo Estadual. Elas estão atuando lá. Um advogado também renunciou ao cargo alegando que a situação inicial de precariedade já se estava transformando em permanente, constituindo-se em ilegalidade. Aliás, devolveu o dinheiro que excedeu seu salário durante o período em que lá trabalhou. Mas o Governador indicou as Sras. Eliane Cristina da Silva, Luísa Cristina Pinto e Neto e Juliana Campos Horta de Andrade, que assinam, como membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, os pareceres sobre as contas.

Aliás, estou com os pareceres referentes às contas de 2004. O então Deputado Chico Simões, hoje Prefeito de Coronel Fabriciano, fez um longo discurso denunciando isso. Já estava na Casa projeto que criava o Ministério Público especializado. Não vou lê-lo para não atrasar as votações, mas preciso falar, pois o ano que vem não serei mais Deputado e não poderei falar, mesmo sabendo que estão sendo votadas aqui questões,

no mínimo, obscuras.

Chico Simões fez a denúncia dizendo que o Ministério Público emitiu parecer alegando que havia inconstitucionalidade nesse procedimento - uma Adin julgada pelo Supremo - e que o Ministério Público ficaria proibido de exercer função junto aos Tribunais de Contas e Militar. Uma vez ocorrido isso, ensinaria a prática de ilegalidade e improbidade administrativa.

Essas advogadas do Estado foram empossadas e, até hoje, três anos e meio, quatro anos depois, estão atuando. Todas as contas assinadas por elas têm de ser declaradas nulas. Aliás, quando entramos com representação, pedimos que não fosse colocado aqui, porque as resoluções que aprovam as contas do Governador não têm premissas válidas, já que ainda não foram apreciadas pelo Ministério Público Especializado.

Finalmente, votamos no dia 9 de novembro o projeto de lei que criou a Ouvidoria e o Ministério Público Especializado no Tribunal de Contas, cuja redação final está na pauta de hoje. Achávamos que já estava promulgado, que o concurso para Promotores Especializados já estava aberto, no entanto não foi votada nem a sua redação final. Por questão de justiça, vou dizer porque ainda não foi votado: porque cria despesa e o Governador não pode deixar despesa para o próximo Governador, mesmo que esse seja ele, pois trata-se de novo mandato.

Sabidamente todos os projetos que implicam novas despesas foram repassados para a redação final hoje e serão publicados em 15 dias. Então, o próximo Governador é quem irá promulgá-los. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governador não pode deixar despesas para o próximo Governador no último ano de seu mandato. Entendi perfeitamente, mas, de certa forma, fiquei frustrado porque achava que o Ministério Público já estava instalado.

Nossa Consultoria fez um estudo sobre a situação do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A Constituição da República prevê que, aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, aplicam-se disposições da seção pertinente a direitos e vedações em forma de investidura. Nos Tribunais de Contas, além do citado dispositivo constitucional, o Ministério Público é ordinário em todos os seus atos de implicações financeiras e administrativas subordinadas à Corte de Contas, o que inviabiliza a idéia de ele ter, no corpo do próprio Tribunal, um representante seu. Não é minimamente razoável que um subordinado aprecie as contas de seu superior hierárquico, sob pena de ferir o equilíbrio constitucional dos poderes. É por isso que o Ministério Público é especializado. Há necessidade de especialização dos membros do Ministério Público para atividades contábeis, de fiscalização orçamentária e de defesa do patrimônio público para atuarem junto às Cortes de Contas. Aproveite a oportunidade para dizer que os profissionais, os técnicos do Tribunal de Contas são bem especializados e foram aprovados em concurso para fazerem um estudo aprofundado, ou seja, debruçarem-se sobre as contas. Por falar em contas, em relação às contas de 2004 do Governador, 2 mil páginas e muitas ressalvas não foram explicadas. Os Conselheiros as aprovaram sem ressalvas.

Em vista desses argumentos, o art. 124 da Constituição do Estado diz que o Ministério Público, junto aos Tribunais de Contas e de Justiça Militar, será exercido por Procurador de Justiça integrante do Ministério Público Estadual. Isso foi julgado inconstitucional pelo STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.068, publicada em 16/5/2003, cujo relator foi o Ministro Sidney Sanches. Aliás, essa inconstitucionalidade somente foi declarada em relação à expressão "do Tribunal de Contas". O mais grave ainda é que o Governador do Estado de Minas, em face da declaração de inconstitucionalidade, designou três Procuradoras do Estado para desempenhar funções do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado. Consequimos o termo de posse publicado no "Minas Gerais". Se isso for confirmado - e está confirmado -, peca pela inconstitucionalidade pelas mesmas razões citadas. A Procuradoria-Geral do Estado é subordinada ao Governador e emite parecer sobre as contas dele, pecando por uma inconstitucionalidade mais grave ainda, pois as Procuradoras não são sequer membros do Ministério Público, e, sim, advogadas.

Assim sendo, na modesta opinião da pessoa que estava dando a consultoria, todos os processos julgados pela Corte de Contas mineira, após a publicação do acórdão que julgou a inconstitucionalidade do art. 124 da Constituição do Estado, em 16/5/2003, são nulos a partir do parecer ministerial, podendo tal nulidade ser declarada pela Justiça comum. É exatamente isso que pedimos, inclusive alegando que não podem votar as contas do Governador de 2002, 2003, 2004 e 2005, porque não possuem o parecer legal do Ministério Público especializado.

Aí vem a conclusão. Com a aprovação do Projeto de Lei nº 3.335, cuja redação final vamos votar hoje, que cria os cargos de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e também dos Auditores, com a conseqüente nomeação desses profissionais após a realização de concurso público, salvo melhor entendimento, regulariza a situação legal do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Então, com a aprovação da redação final e com a promulgação do concurso público, a posse dos Promotores do Ministério Público especializados junto ao Tribunal se legalizará. Agora poderão rever as contas e assinar os pareceres. Nesse caso, a Comissão de Fiscalização Financeira poderá obter esses pareceres e fazer o projeto de resolução, que, depois, será votado aqui. Esse é o nosso entendimento, em nome do povo mineiro.

Concluindo sobre as contas, estamos aqui para autorizar a abertura de crédito suplementar. O interessante é que, nesse caso, pode. Será um gasto feito para as despesas do Tribunal de Contas ainda nesse governo. O que gostaria de ter discutido, mas não houve tempo suficiente durante a votação das contas nesta Assembléia, foi o relatório de avaliação de contas do exercício de 2004. Está quase pronto o relatório de 2003, e o de 2005 também já está sendo feito. Já falei e repeti isso muitas vezes da tribuna: se for o caso, também está aqui o pedido de liminar, para que não sejam votados os projetos de resolução.

Quero fazer comentário sobre as 2 mil páginas do relatório dos técnicos do Tribunal de Contas, que estudaram, aprofundaram, debruçaram sobre as contas e apresentaram muitas ressalvas. Passaram-nas para os Conselheiros do Tribunal, que aprovaram as contas de 2004 sem ressalvas. Mas há problemas seriíssimos de 2003, e outros muito sérios também nas contas de 2004 e 2005.

Solicitei um resumo dessas 2 mil páginas, que fizeram em 152 páginas. Darei só um exemplo, para mostrar a gravidade da situação. Gastos de saúde, pela Emenda nº 29, têm de ser 12%. Pelas contas dos técnicos do Tribunal, não foram gastos os 12%. Pelo que o Governador apresentou, foram 12,16%, quase em cima. Mas, nessa rubrica, há gastos com a reforma do Hotel de Araxá, hoje nas mãos do Ouro Minas. Reformaram o hotel sob o pretexto de ser do Ipsemg, e, como o Ipsemg é saúde, esse gasto de reforma é de saúde. Olhem só. Depois, reconheceu-se que foi um erro. O gasto da reforma do Hotel de Araxá, realizada com verbas da Comig, só de papel de embrulho, dava para embrulhar o prédio inteiro, segundo nossos consultores. Fizeram as contas: só de papel gasto nessa reforma dava para o prédio inteiro ser embrulhado de presente. As verbas eram da Comig, naquela época, caixa dois do Estado. Vamos fazer auditoria agora, para saber se a Codemig continua como caixa dois. Pedimos uma comissão parlamentar de inquérito sobre a Comig, com 41 assinaturas. Não foi nem lida na Mesa. Solicitamos esta CPI sobre a Comig, por causa da estrada de Maria da Fé a Cristina, quando foram desviados ali grandes recursos, com a empresa Global Engenharia, que ainda está atuando na Copasa e por aí, e outras empresas mais; o aeroporto de Ouro Fino, a estrada da Serra do Cipó; deveria ter sido duplicado o trecho entre Ouro Preto e Cachoeira do Campo. Chegaram muitas denúncias na época, como a venda de açoes para as Ilhas Cayman. Aliás, este processo ainda está correndo na Polícia Federal. Esses são motivos suficientes para fazer uma CPI.

Foi difícil arrumar as 41 assinaturas, pois a base do governo foi proibida de assinar. O Líder do Governo, na época, o Deputado Antônio Carlos Andrada, hoje Conselheiro, disse-me que eu não insistisse, pois há ordem expressa do Governador para a base não assinar, pois isso poderia melindrar o ex-Governador, porque o Secretário do ex-Governador, Sr. Henrique Hargreaves, era o Presidente da Comig.

É bom que todos saibam que essa solicitação da CPI não foi nem lida na Mesa. Nem sei se o Regimento Interno permite isso, porque tinha de ser lida, votada, aberta; afinal, constavam nesse pedido 41 assinaturas de Deputados. Obrigado aos 41 Deputados de consciência, que quiseram assinar e abrir a CPI da Comig. Na época, tentei até livrar o nome da Codemig, porque o Presidente da Codemig veio aqui e disse, em audiência pública, que, exatamente pela pouca transparência nos atos da Comig, o Governador tinha suspenso todos os convênios e providenciado a criação da Codemig. Decorei a frase dele: "Exatamente pela pouca transparência, o Governador houve por bem suspender todos os convênios e providenciou a criação da Codemig". Usei a mesma frase dele: "exatamente pela pouca transparência, nós, Deputados, na consciência de representantes do povo, queremos abrir uma CPI". Usei a mesma frase, só que não conseguimos, não passou nesta Mesa, sempre a serviço do Palácio da Liberdade.

Dei apenas um exemplo do Hotel de Araxá, que entrou na rubrica saúde, assim como o Corpo de Bombeiros e os gastos da Copasa com saneamento. Dizem que saneamento é saúde. É claro que é: saneamento, água tratada de qualidade, coleta e tratamento de esgoto, para depois jogar nos rios, nos córregos, coisa que a Copasa não faz. A Copasa continua sendo, conforme um Diretor da Copasa nos disse, a maior poluidora dos rios de Minas Gerais, do Rio São Francisco, do Rio das Velhas. Foi inaugurada a Estação do Onça e outra estação, mas já ouvi que não está operando 100%, como devia.

Em Itajubá, minha terra, há 29 anos paga-se a taxa de esgoto, e nem coleta se fazia. Agora é que isso está sendo feito para, depois, levar os resíduos à estação de tratamento e, depois ainda, tratar o esgoto. A Copasa continua sendo a maior poluidora dos nossos rios, nascentes e lençóis freáticos. Aliás, há notícias de que a Copasa está sendo vendida. Não conseguiram fazer a Copasa rica e a Copasa pobre, conforme aqui falou, em nossa Comissão, o Presidente daquela empresa, apesar de ter sido traído pelo inconsciente, pois começou a reunião dizendo um provérbio grego: "não vá o sapateiro além das sandálias", Mas, sem querer, foi além das sandálias. Entendemos muito bem que há segundas, terceiras e quartas intenções no projeto relacionado à Copasa. Ontem, criamos uma subsidiária: Águas Minerais de Minas, que não é divisão da Copasa, é uma subsidiária. Esperamos que ela tenha capacidade de levar o nome das águas minerais para o mundo todo, respeitando os lençóis freáticos e o maior potencial hidromineral do mundo em qualidade e quantidade. Portanto, no gasto com saúde, é incluído o gasto de saneamento da Copasa. Os jornais de Minas Gerais não deram essa notícia. Todos eles são blindados, aliás essa é a ditadura moderna. Ele tem o Executivo nas mãos, isso é claro, pois é o Governador. Tem o Tribunal de Contas nas mãos, e nada lá será contra ele. Tem também a Mesa da Assembléia a seu favor, assim como a mídia. Por que precisou sair no jornal "Folha de S. Paulo" do dia 13 de agosto: "Aécio maquiou gastos com saúde no governo de Minas Gerais". Isso foi publicado no dia dos pais e me encontrava em Caxambu, almoçando com meu pai, que assina a "Folha de S. Paulo". Depois, foram publicadas várias outras reportagens. Foi pura maquiagem, e depois reclamam que a saúde vai mal, mas nela não se investem os 12% que lhe deveriam ser destinados. Também incluem os gastos do IPSEMG como da Saúde. Dos salários de todos os Deputados e funcionários públicos, desconta-se a contribuição para o Ipsemg. Esse, portanto, é um problema muito sério.

Estamos votando uma suplementação para o Tribunal de Contas, que deveria ser um servidor do povo. Aliás, trata-se de um órgão auxiliar da Assembléia. Três Deputados pediram uma auditoria plena na Copasa. Recebemos a resposta de que a solicitação deveria ser feita pela Comissão ou pela Mesa da Assembléia. Fizemos o que pediam, mas eles são auxiliares da Assembléia e precisam fazer o trabalho para auxiliar o representante do povo. Receberão essa suplementação. Queremos que gastem bem esse dinheiro pois merecem, inclusive para melhorar o salário dos técnicos porque Conselheiros - pasmem -, ganham igual a Desembargador. O pessoal está fazendo passeatas e movimentos contra o aumento do salário de Deputados Federais e Senadores, mas Conselheiros recebem R\$22.000,00, até fazerem 70 anos. Que eles tenham vida e saúde que lhes dê tempo de se converterem, entendendo que se encontram num esquema de manutenção do poder, e invertam a situação, servindo à sociedade. Nós somos servidores. Essa suplementação será votada e o dinheiro liberado. Que façam bom uso dele, especialmente para o salário dos que trabalham, dos que fazem com que as coisas aconteçam. Os técnicos trabalham realmente.

Eles fazem todo o relatório. Aqui está um resumo de 2004. Os Conselheiros fazem um parecer político. Temos vários exemplos. Isso acontece no Brasil inteiro. Temos o caso de Ribeirão Bonito. Alguns cidadãos correram e provaram que o Prefeito, que já tinha as contas aprovadas, estava desviando dinheiro público. Hoje ele está na cadeia e devolvendo todo o dinheiro. O Tribunal de Contas de São Paulo deve estar muito sem graça. O julgamento é político. Os sete Conselheiros tinham ligação umbilical, partidária com o governo atual, com Prefeitos e Vereadores. Eles têm ligações políticas. Na reforma política que o Brasil necessita, é fundamental a mudança do Tribunal de Contas. Não podemos desacreditar um tribunal. Tribunal, segundo o Roberto Romano, é coisa séria. Como um tribunal faz um parecer desses? Como uma Câmara Municipal, que trabalha, que se esforça, por influência do Prefeito, acaba sendo comprada? Que tribunal é esse? Que sentença é essa? Estamos aqui com as contas de 2003, 2004, 2005 maquiadas. Isso é uma maquiagem. E a questão da publicidade? Temos aqui denúncias seriíssimas. Só o Sr. Valério recebeu um grande dinheiro da Assembléia e do governo. Dizem que ele tinha escritório nesta Casa. Só em novembro de 2004, no "marketing" sobre o Déficit Zero, gastaram-se R\$8.400.000,00 em publicidade, na SMP&B, do Marcos Valério. E Deputados de vários partidos receberam o mensalão. Isso ficou aprovado. Como aprovam, sem ressalvas, uma conta sem parecer do Ministério Público? Isso já vem com vício para a Assembléia. Já fizemos representação sobre essa questão. Vai ser votada, nesta manhã, a redação final. Vai ter de ser promulgada, tem de se fazer concurso público, dar posse aos aprovados, para que possam rever todas essas contas. Espero que, sendo por concurso, isso não fique nas mãos da influência partidária e econômica. Muito dinheiro corre nisso. Que eles façam um parecer, pelo menos exigindo que as ressalvas que os técnicos fizeram sejam sanadas, aprovadas. Com as contas de 2004 e outras mais, contas relacionadas à Fhemig, à Unimontes e à dívida do Estado, podemos ver que o Estado tem muitas dívidas. Elas têm aumentado a cada dia.

A questão está aqui e é relativa ao detalhamento das despesas. Foram feitas várias ressalvas.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Gostaria de tentar entender V. Exa., que está sendo muito vago. Tenho a certeza de que o telespectador da Assembléia e alguns Deputados aqui não conseguem compreendê-lo, que falou, nesses dois últimos minutos, em Cemig, Copasa, isso e aquilo. Mas o que tem isso a ver com a questão? Gostaria de conseguir entender V. Exa. Estou sentado aqui há quase uma hora, ouvindo V. Exa. Gostaria que V. Exa. fosse bem sucinto para, realmente, mostrar a realidade. Quando V. Exa. fala Copasa, DNA e ACM, ninguém consegue entender nada. Então, isso dá uma impressão ruim. V. Exa., nesses últimos três dias, usou essa tribuna mais que nos quatro anos em que ficou nesta Casa. Agora, para fechar com chave de ouro, gostaria de tentar entender V. Exa. Falar de Copasa, Cemig, disso e daquilo é muito vago. Estou sentado, ouvindo V. Exa., e continuarei tentando entender o seu pronunciamento. Lembro-me do meu velho companheiro, que não está mais, Raul Lima Neto. Com certeza, ele está presente, neste momento e neste Plenário, acompanhando V. Exa., nessa tribuna. Obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto - Sou eu quem agradeço, porque o senhor me proporcionou um tempo para que eu procurasse um item que desejava encontrar. O senhor acabou de chegar e vi quando o senhor entrou no Plenário. Talvez não lhe tenha sido possível ouvir bem o que eu disse no início. Também esta é uma oportunidade para eu repetir o que já disse, nesses dias, pedindo até desculpas por vir uma terceira vez à tribuna. Ocorre que tudo se acumulou no final; foi afunilando, afunilando, e os projetos polêmicos ficaram para o final, aliás, com negociações e conversas. Aceitaram emendas e substitutivos, e acabamos de votar o substitutivo com relação a Irapé, à Cemig. A negociação foi essa, afunilada.

Se formos mesmo discutir tudo e tudo, todos aqui teriam de discutir, mas também temos responsabilidade. Alguns disseram que não abririam mão disso, porque representam o povo mineiro. Não me sentiria bem depois. Não fui reeleito e não estarei aqui na hora de votar as contas. Estamos votando aqui liberação de dinheiro para o Tribunal de Contas, e a minha discussão está dentro do assunto. Nunca usei, como muitos fazem, falar de assuntos que não têm nada a ver com o projeto. Então, agradeço ao senhor o que disse.

Quem sabe eu não esteja sendo bem didático? Mas quero dizer que o Tribunal de Contas, os Conselheiros são políticos, se o senhor ainda não entendeu isso. Aliás, discurso do Deputado Chico Simões, que tenho aqui, o senhor fez um aparte e está, sim, bem por dentro do assunto. Não tomou providências, mas está bem por dentro da questão. Digo que o Tribunal de Contas tem Conselheiros que são políticos ligados partidariamente aos governantes; e que as contas e os pareceres são muito bem avaliados e feitos pelo corpo técnico do Tribunal de Contas,

mas são passados para os Conselheiros que, politicamente, aprovam as contas sem ressalvas. Há uma ou outra ressalva, solicitando explicações de equívocos, mas as grandes ressalvas não foram explicadas. Falo isso para o povo mineiro saber que as contas são maquiadas e dei o exemplo da saúde. O "marketing" que se faz, aliás, com o dinheiro público, passa uma idéia que engana o povo; há um equívoco.

Vários dos senhores argumentaram aqui que o Governador teve 77% dos votos, o que lhe dá idoneidade. Isso não está relacionado a idoneidade. Ter votos não se relaciona a idoneidade, até porque mandato parlamentar, mandato executivo é uma coisa e eleição é outra. Neste país, eleição virou gincana, e sabemos, aliás, quanto o próprio Governador ganhou da Caemi da vida, que sabemos ser da Vale do Rio Doce, e de outras mais. Sabemos que 200 empresários financiaram R\$500.000.000,00, na campanha de candidatos a Deputados, Senadores, Governadores e Presidente da República. São donos do poder 200 empresários, e esse título está estampado no jornal. É isso o que digo aqui. Não é idoneidade nenhuma ter sido eleito com 77%, até porque esse "marketing" enganou o tempo todo.

Ele não quis aumento de salário, porque isso não lhe faz falta, uma vez que ganha de outras maneiras, até dessas empresas que financiam suas campanhas. Agora, ao argumentar, faz "marketing": vai ao Ratinho, ao Luciano Huck e ao programa da Hebe, como da última vez, e faz seu "marketing", dizendo não querer aumento de salário. Ontem votamos aumento para Vice-Governador, Secretários, etc. O "marketing" ainda pesa muito, e os 77% de votos não dão idoneidade.

Estou explicando ao Deputado Alencar da Silveira Jr. que as contas do Governador apresentadas ao Tribunal de Contas não estão todas explicadas. Há muitas ressalvas, e os mineiros precisam saber disso. Não estarei aqui no próximo ano para falar sobre o tema quando houver votação, já que foi retirado de pauta. Havia até uma liminar para tirá-lo da pauta, o que nem foi necessário. Talvez para que houvesse maior oportunidade de reflexão, a providência divina, na qual acredito, colocou na pauta esse projeto sobre o Tribunal de Contas, o que nos deu possibilidade de falar sobre o assunto. Espero ter respondido ao Deputado, e, àqueles que não tiverem entendido o que eu disse, estamos à disposição para explicar melhor. Já está tramitando no Tribunal de Justiça nossa representação.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - V. Exa. terá muito tempo para concluir sua fala. O senhor tem todo o direito de usar a tribuna, durante todo o tempo, para fazer as considerações que estão sendo feitas. Não vejo nada de estranho nisso, afinal esta é a Casa do debate e do diálogo. Todavia, gostaria que V. Exa. retificasse - não sei se seria esse o termo - o que disse agora, porque entendo que, no calor e no clima da discussão, o que disse foi pesado. V. Exa. disse que o Governador não precisa de aumento porque ganha de outras formas.

Essa colocação nem é própria da personalidade de V. Exa., homem equilibrado, com quem convivemos durante quatro anos sem que se pudesse notar, em nenhum momento, qualquer tipo de desequilíbrio. Por isso acredito que deve ter ocorrido um equívoco, já que o Governador Aécio Neves, para mim, é um dos homens mais probos deste Estado, uma das pessoas mais sérias e responsáveis de Minas. Quando ele abriu mão de seu salário, certamente sabia o que estava fazendo.

Em quatro anos de administração Aécio Neves, não houve sequer um fato que desabonasse sua conduta como Governador deste Estado. Ele não permitiu que nenhuma das pessoas de seu governo, por mais humilde que fosse, se envolvesse em qualquer tipo de escândalo, diferentemente de alguns governos passados. Assim sendo, acredito ter havido um equívoco. O Governador não precisa de dinheiro de empreiteira para viver e financiar suas atividades políticas. É uma pessoa que merece o apoio e a consideração do povo de Minas Gerais.

Estranhei sua fala, o que talvez tenha passado despercebido para algumas pessoas, mas eu estava - como estou - atento ao pronunciamento de V. Exa. Deve mesmo ter havido um equívoco, porque não houve qualquer fato no governo Aécio Neves, em nenhum momento durante esses quatro anos, que desabonasse sua conduta. Ele merece nosso respeito e acatamento, tal como V. Exa. o merece.

Não gostaria que o senhor terminasse seu pronunciamento ou sua participação nesta Assembléia deixando essa impressão ruim. Deve ter havido um lamentável engano, porque o Governador merece a total e irrestrita confiança deste Parlamento e do povo mineiro. Obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto - Agradeço a oportunidade de falar sobre isso. Não houve lamentável engano, mas lamentável interpretação do senhor com relação à minha fala. Não falei nem fiz qualquer indução. Como o senhor mesmo disse, o Governador não precisa de dinheiro de empreiteira. Quis dizer que ele tem outras fontes de renda, ou seja, tem como conseguir sua manutenção, não dependendo do salário de Governador. Graças a Deus, ele e sua família podem ter uma vida digna. A interpretação não foi minha. Obrigado pela oportunidade de explicar claramente minha fala. Eu o agradeço. Jamais faria isso, até porque o julgamento não nos pertence.

Penso que nossa fala já foi suficiente. Há muito mais coisas. Só aqui são 152 páginas provando as ressalvas nas contas de 2004. Ainda há outras. Espero que esse dinheiro seja bem usado lá, inclusive para melhorar as condições de trabalho dos funcionários do Tribunal de Contas, que merecem todo o reconhecimento pelo que fazem. Sei de muitos deles que ficam frustrados porque fazem ressalvas, fazem o estudo, mas os Conselheiros emitem parecer aprovando as contas. Parece que o trabalho deles não valeu nada. Ficam frustrados porque são pela moralidade, no entanto, os Conselheiros são políticos.

Estamos criando um fórum permanente de acompanhamento dos Tribunais de Contas, a começar pelo da União, em que uma votação recente indicava Deputado do PT em atividade. Não sei se temos outro critério de análise, se analisamos invertendo. Cristovam Buarque sempre falou em inversão de prioridades, mas temos de inverter a mentalidade também.

O poder emana do povo. Em nome do povo, junto com o povo deve ser exercido, e pelo povo diretamente. O poder deve ser entendido como serviço, e não como vantagem. Estão tirando vantagem. Quando o poder é entendido como vantagem e privilégio, as pessoas fazem esquemas para se manterem, pois não querem perdê-lo. Mas, se entendemos poder como serviço, queremos que as outras pessoas também venham servir. Esse é o sentido a que nos referimos.

Por outro lado, entendemos que se faz poder como vantagem para grupos minoritários, para grupos econômicos que financiam campanhas. Como contido no texto do documento "Ética, pessoa e sociedade", enquanto a força do poder econômico determinar a política por meio de financiamento de campanha, de "lobbies", de relações privilegiadas de poder, de barganha de grupo junto ao governo, a política será fonte de corrupção, de injustiça e de instabilidade social.

Ainda bem que o STF derrubou aquele aumento absurdo. Então, poderá derrubar também o aumento dos Conselheiros do Tribunal de Contas, que vão continuar ganhando seus R\$22.000,00 e mais um tanto de cargo de confiança que colocam lá.

Quem entende e exerce o poder como vantagem e privilégio não quer sair. Aí faz esquemas de manutenção do poder. O "valerioduto" alimentava o esquema de manutenção do poder. Aqueles que descobriram o esquema, que deveriam acabar com ele, gostaram e ainda entraram nele, aperfeiçoando-o.

Lembro-me do esquema de poder relativo ao lixo em Itajubá. A empresa que tirava o lixo da cidade tinha um esquemão. Um Vereador que falava contra, que denunciava, acabou eleito Prefeito, assumiu e aperfeiçoou o esquema. Em seu tempo de Prefeito, a retirada do lixo ficava em R\$240.000,00 por mês. Hoje, com um Prefeito mais sério, pelo menos nessa questão, fica em R\$110.000,00. Portanto, R\$130.000,00 iam para

o ralo na outra época.

Esses são esquemas de manutenção do poder. Atualmente o Tribunal de Contas faz parte desse tipo de esquema, assim como a mídia de Minas Gerais e a Mesa da Assembléia, que, em muitas situações, age de acordo com o esquema de manutenção do poder. Podemos conversar mais sobre isso.

Concluirei lendo uma frase forte que leria ontem, mas não li. (- Lê:) "A política é por essência ética, refere-se sempre à liberdade e essencialmente à justiça. Não é mera arte ou técnica de exercer o poder, mas é o exercício da justiça social". Santo Agostinho, muito oportunamente, declarou: "Removida a justiça, o que são os reinos senão um bando de ladrões?" Aí diz Pascal: "A justiça sem a força é impotente. A força sem a justiça é tirânica. É preciso juntar a justiça e a força. Para consegui-lo, é preciso fazer com que o que o justo seja forte e o que é forte seja justo".

É isso o que queremos: que o que é justo seja forte, tenha força.

Estou usando esse tempo de 45 minutos para falar que o que é justo tem que ser forte, tem que aparecer, tem que ser predominante na sociedade, mas não está sendo pela força do poder econômico, pela força da mídia. Por isso fazemos esse apelo.

Já falei bastante e ainda falarei outras vezes, pois precisarei discutir outras emendas, em nome do povo mineiro. Espero a compreensão de todos, porque ficou tudo acumulado para o final. Mesmo com dificuldade, estou falando em nome da justiça e do povo que nos elegeu.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Sr. Presidente, Deputado Laudelino Augusto, fiz questão de fazer esse aparte primeiramente pelo conteúdo que V. Exa. traz a esta Assembléia. Usar a tribuna não significa cansar Deputados, pelo contrário, é uma prerrogativa do Poder Legislativo. Feliz daquele que faz isso tão bem quanto V. Exa., com conteúdo, discutindo matérias de interesse da população.

Quero dar esse testemunho porque o que V. Exa. traz, à luz dos princípios e da doutrina social da igreja, é exatamente o que todos nós deveríamos fazer nesta Casa. Nesse projeto V. Exa. discute a responsabilidade e a atribuição dos Poderes. Sr. Presidente, quero dizer que, infelizmente, o Poder Legislativo está sendo desrespeitado. Muitas das mazelas que existem hoje na sociedade e em outros Poderes são colocados nas costas do Legislativo, que virou a "Geni" nacional.

Não vou fazer discurso corporativo, mas quem está aqui trabalha, abre mão das suas responsabilidades - muitas vezes até dentro de casa - paralisam carreiras para servir ao povo mineiro; e exatamente porque delegamos para outros as decisões não exercemos com "aquele" vigor o que nos compete.

Deputado Laudelino Augusto, quero parabenizá-lo e dizer que a vontade do povo é soberana. Infelizmente, talvez seja essa a última vez que V. Exa. ocupa essa tribuna, porque nem sempre o povo escolhe quem merece, porque o processo eleitoral é complexo. Não houve reforma política, e o poder econômico prevalece sobre as qualidades individuais. Infelizmente, talvez V. Exa. esteja fazendo seu último discurso como Deputado, já que, como militante social, sempre estará nessa tribuna durante os seminários da Comissão de Meio Ambiente e durante a primeira audiência pública do PPAG. V. Exa. não está aqui para ter um salário ou para ter uma assessoria porque é um militante construído e forjado nas lutas sociais.

Repudio todos aqueles que, pejorativamente, possam dirigir qualquer palavra contra V. Exa., que está usando uma prerrogativa de que, infelizmente, muitos abrem mão em troca de uma emenda parlamentar, de um favor, de um emprego. V. Exa. é um dos parlamentares mais dignos que já passou por esta Assembléia e que continuará militando. Parabéns pelo excelente mandato a serviço do povo mais humilde de Minas Gerais.

O Deputado Edson Rezende (em aparte) - Sr. Presidente, quero saudar o nobre companheiro que muito tem militado, especialmente na Comissão de Meio Ambiente, que é o Deputado Laudelino Augusto. V. Exa. demonstrou sua capacidade de intervenção, mas, muito mais que isso, sua capacidade de percepção do trabalho que o Presidente de uma comissão pode ter.

Uma das nossas preocupações, tema das nossas discussões nos últimos tempos, é sobre qual seria o nível de interferência que esta Casa pode ter. Quais são as suas prerrogativas que foram surrupiadas, de certa forma, pelo Executivo? Quais são as prerrogativas que delegamos ao Executivo sem assumirmos determinadas discussões e intervenções necessárias? Depois de alguns anos nesta Casa, temos de refletir sobre o seu papel na macropolítica e na questão do meio ambiente, da saúde e da educação. Discutimos muito os projetos que o Executivo remete a esta Casa, mas precisamos, nós mesmos, produzir matéria de grande impacto positivo para a sociedade mineira, a fim de retomarmos as prerrogativas do passado. A Casa está, de certa forma, em uma situação a que foi levada ao longo dos anos. Ela passou a ter as suas prerrogativas e condições de intervenção muito reduzidas, não por sua culpa, mas pelo processo político natural de dezenas de anos. Percebemos a necessidade de uma discussão mais profunda e mais ampla sobre os problemas de Minas. Deputado Laudelino Augusto, aproveito este aparte para dizer que, antontem, tivemos a oportunidade de acompanhar, em Brasília, várias escolas agrotécnicas mineiras em processo de "cefetização". Das 11 escolas de todo o Brasil presentes, 7 eram de Minas Gerais. Foi um momento histórico importante, pois os Diretores dessas escolas assinaram um protocolo de compromisso de melhoria dos indicadores desses cursos rumo à "cefetização", ou seja, à constituição de centros educacionais tecnológicos de impacto regional, econômico e social e de intervenção e interação social na região. Esse momento foi extremamente importante. A minha cidade, Barbacena, que possui uma escola agrotécnica, foi um ponto pivô nesse movimento nacional. No princípio deste ano, realizamos uma grande reunião, com a presença de vários Diretores dessas escolas.

Este é um momento importante para salientarmos o compromisso do governo Lula com a questão do ensino técnico e profissionalizante para os jovens que necessitam estudar e, ao mesmo tempo, sair da escola com uma profissão. Serão mantidos os cursos técnicos profissionalizantes e serão acrescentados os cursos tecnólogos, que são cursos superiores de várias matérias técnicas. Neste ano, foi realizado o primeiro vestibular para o curso superior de Gestão Ambiental da Escola Agrotécnica de Barbacena.

Sete escolas, distribuídas em várias regiões de Minas Gerais, serão transformadas em Cefets assim que cumprirem o protocolo de compromisso de melhoria dos seus indicadores. Esse é um compromisso do governo Lula e desses Diretores com o desenvolvimento das suas regiões.

O Deputado Laudelino Augusto - Concluirei fazendo um apelo aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Na próxima legislatura, quando forem enviados para votação os projetos de resolução referentes às contas dos Governadores Itamar Franco, 2002, e Aécio Neves, 2003, 2004 e 2005, que seja observada com atenção a presença do parecer do Ministério Público especializado, se as ressalvas foram sanadas e se tudo foi bem explicado, em nome do povo mineiro. Estejam atentos ao que não é um detalhe, mas algo muito importante, para, depois, aprovarem ou não as contas. Por que as contas de 2002 a 2004 ainda não foram votadas?

O que o Tribunal de Contas está fazendo? Vamos pensar nisso também. Parece que há contas de Prefeito, de 8 ou 10 anos, que ainda não foram votadas. Precisamos corrigir isso. Esse é um dos apelos que faço às senhoras e aos senhores. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.595/2005, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Frutal o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.595/2005, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.796/2006, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado, do Secretário de Estado e do Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 651/2003, do Deputado Biel Rocha, que estabelece a obrigatoriedade da implantação do Programa de Redução de Resíduos. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 651/2003

EMENDA Nº 4

Suprimam-se o § 1º do art. 3º do vencido, passando o § 2º a parágrafo único.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2006.

Gil Pereira

Justificação: O estabelecido no § 1º insere-se na competência privativa do Poder Executivo. A proposta é de inegável interesse público, mas seu caráter adjetivo não se coaduna com a conotação preferencialmente substantiva da lei.

EMENDA Nº 5

Suprima-se o art. 5º do vencido.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2006.

Gil Pereira

Justificação: O estabelecido no art. 5º insere-se na competência privativa do Poder Executivo. A proposta, embora de inegável interesse público, apresenta caráter adjetivo, que não se coaduna com a conotação preferencialmente substantiva da lei.

EMENDA Nº 6

Dê-se ao inciso I do art. 2º do vencido a seguinte redação:

"Art. 2º - (...)

I - resíduo, todo material que sobra de um processo realizado por empreendimento degradador ou potencialmente poluidor do meio ambiente;"

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2006.

Gil Pereira

Justificação: Esta emenda visa a apresentar um conceito mais técnico do termo "resíduo".

EMENDA Nº 7

Dê-se ao parágrafo único do art. 4º do vencido a seguinte redação:

"Art. 4º - (...)

Parágrafo único - A síntese do relatório de resultados é de acesso público, respeitado o sigilo industrial."

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2006.

Gil Pereira

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto quatro emendas do Deputado Gil Pereira, que receberam os nºs 4 a 7, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão

submetidas à votação independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nºs 1 a 3. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Em votação, a Emenda nº 4. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 5. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 6. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 7. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 651/2003 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 4 a 7. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2003, do Deputado André Quintão, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Serviço Social nas escolas da rede pública de ensino do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.297/2003 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, primeiramente quero agradecer aos Deputados e às Deputadas que aprovaram, por unanimidade, esse projeto de lei apresentado em 2003.

O Projeto de Lei nº 1.297/2003 abre importante oportunidade de integração entre as políticas públicas de educação e de assistência social: permitirá ao Governador acompanhar sistematicamente os programas que estimulem o protagonismo juvenil, como a proposta do Poupança Jovem, que integra o PPAG. Aliás, daqui a pouco o PPAG será votado por nós, Deputados e Deputadas.

Esse projeto valoriza o assistente social, o psicólogo e os demais profissionais da área social na rede pública de ensino e permitirá a discussão de programas preventivos de combate à evasão escolar e de prevenção ao uso de drogas e à gravidez precoce e acompanhamento das condicionalidades do programa Bolsa Família.

Sr. Presidente, Minas Gerais, a partir dessa decisão da Assembléia, é o primeiro Estado a implantar o serviço social na rede de educação. Já existe projeto de lei em âmbito federal e em vários Estados, mas a Assembléia mineira saiu na frente. Portanto, da mesma maneira que ocupamos a tribuna por várias vezes para criticar e apontar divergências, quero agora fazer um reconhecimento. Primeiramente o faço ao Deputado Mauri Torres, Presidente desta Assembléia, que se empenhou para que esse projeto estivesse na pauta neste último dia da nossa legislatura. Sem o empenho dele, da assessoria desta Casa, do Secretário-Geral da Mesa e das Comissões, isso não seria possível.

Quero agradecer também ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, que se empenhou junto à assessoria da Maioria, com o José Geraldo e toda a equipe, para que pudesse, nas comissões, apresentar um substitutivo que fosse aceito pelo governo, sem desfigurar e interferir no conteúdo principal do projeto: o atendimento aos alunos e às alunas da rede pública estadual de educação.

Quero também agradecer o empenho do Vice-Governador eleito, Antônio Anastasia, que assumiu esse projeto. Ele o discutiu e se empenhou junto à Secretaria da Educação para retirar eventuais resistências a fim de que o projeto fosse implementado. E o mais importante é que estamos votando um projeto que será implementado no próximo ano, no segundo governo do Aécio Neves. Esse projeto será modelo para todo o País.

Portanto, agradeço também a nossa assessoria, às assessorias da Maioria e da Minoria, ao Carlão, às assessorias da Bancada do PT, da Deputada Ana Maria e do nosso gabinete e a todos aqueles que contribuíram ocupando a tribuna na semana passada. Esse projeto estava tramitando há quatro anos e, por falta de entendimento político, não chegava ao Plenário. Mas o importante é que chegou hoje, no último dia desta legislatura.

Repito: a Assembléia de Minas está sendo pioneira. Não estamos aqui simplesmente aprovando um projeto de lei que atenderá ao interesse de um Deputado da Oposição, mas ao interesse das políticas públicas em curso no Brasil, nas esferas federal, estadual e municipal. Esse projeto integrará a educação à rede de proteção social hoje existente, ao Sistema Único de Assistência Social, ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - tão bem defendido pelo Deputado Padre João nesta Casa -, ao Fundeb, ao programa Bolsa Família e aos programas que defendem a vida em plenitude.

Portanto, agradeço aos Deputados e às Deputadas desta Casa. Sem o apoio da base de governo e, evidentemente, do meu partido, não teríamos aprovado esse projeto hoje. Muito obrigado em nome da vida nas escolas de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.086/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a proteção da saúde dos consumidores nos estabelecimentos comerciais que menciona e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.086/2005 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.087/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a prática do turismo de aventura no Estado e dá outras providências. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.087/2005 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.493/2005, do Deputado Laudelino Augusto e da Deputada Maria Tereza Lara, que cria o Programa Agenda 21 do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.493/2005 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

A Deputada Maria Tereza Lara - Registro a importância desse projeto, instituindo o fórum da Agenda 21. A questão da participação popular é

importantíssima. Institui o fórum, que tem que ser paritário e dará oportunidade para que a sociedade construa a Agenda 21 junto com o governo.

Cumprimento o Deputado Laudelino Augusto, com quem tivemos a honra de assinar o projeto, por essa iniciativa. Agradeço a todos os pares desta Casa que votaram favoravelmente.

Aproveito a oportunidade, para dizer que o Projeto de Lei nº 7.361/2006 foi aprovado pela Câmara Federal, na Comissão Mista de Saneamento. O projeto estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Como já foi dito pela Deputada Elisa Costa, a esse projeto de iniciativa do governo federal, do Presidente Lula, foi apensado o Projeto de Lei nº 1.144/2003, da Deputada Federal Maria do Carmo Lara, minha irmã. A Deputada tem dedicado seu mandato à questão do saneamento, na Comissão Mista, e também à proposta desse projeto que tramita na Câmara Federal desde 2003. É uma oportunidade importante para a implantação desse projeto que já se tornou lei e diz respeito muito diretamente à questão ambiental.

Cumprimento o Deputado Laudelino Augusto e a Deputada Federal Maria do Carmo por essa iniciativa similar e pela aprovação dos dois projetos. Muito obrigada.

O Deputado Laudelino Augusto - Sinto-me incluído na fala da Deputada Maria Tereza Lara. Quero fazer justiça e lembrar que os autores de fato são os membros do Fórum Mineiro da Agenda 21, que já atuam e têm feito vários trabalhos. No final do seminário sobre a Agenda 21, que fizemos na Assembléia, recebi o projeto de lei, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Pediram que o assinasse e fizesse tramitar na Assembléia. Sugeri que fosse feito por iniciativa popular e ofereci ajuda na coleta de assinaturas. É interessante conscientizar a população mineira sobre o meio ambiente e sobre a Agenda 21, assinada em 1992, que ainda não está bem-implementada no País nem no Estado de Minas Gerais. Acharam que a iniciativa popular demoraria muito, pois eram necessárias muitas assinaturas. Pediram que eu assinasse. Insisti na questão e disse que pediria à Deputada Maria Tereza Lara, Presidente da Comissão de Participação Popular, que assinasse junto comigo. Fariamos audiências e aprofundaríamos o assunto.

Ao chegar na Comissão de Constituição e Justiça, passou por uma modificação, foi feito um substitutivo. O Fórum Mineiro não gostou muito, e o projeto ficou parado. No final das contas, não seria votado, mas conseguimos colocá-lo na pauta mínima.

Agradecemos muito à Consultoria da Casa, que tem uma visão bem ampla e aberta dos trâmites legais, da questão ambiental, além de reconhecer a importância do Fórum Mineiro da Agenda 21. A Consultoria elaborou uma emenda, que foi aprovada no parecer, para que o Fórum Mineiro da Agenda 21 seja uma realidade, que o governo do Estado possa dar andamento, criar esse programa. Assim teremos o nosso meio ambiente preservado. Vamos resgatar a beleza para o bem da humanidade. Obrigado.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga a reunião até as 13h59min.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.027/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe que os estabelecimentos comerciais que compram materiais de metal usados para revenda ficam obrigados a manter cadastro com dados pessoais e endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas as compras. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.027/2006 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.436/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araguari o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Com a palavra, o Deputado Rêmoló Aloise, que fará o pronunciamento de despedida da Deputada Maria Olívia.

Palavras do Deputado Rêmoló Aloise

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, talvez a emoção leve as pessoas a transferir seus sentimentos àqueles com quem conviveram durante alguns anos. A nossa querida Deputada Maria Olívia encaminhou um pronunciamento à Mesa desta Casa, e seus membros solicitaram que eu aqui viesse para transmitir aos nossos queridos colegas, àqueles que partirão e àqueles que aqui ficarão, os sentimentos de uma Deputada que trabalhou nesta Casa durante 16 anos. (- Lê:)

"Só é possível compreender a vida olhando-se para trás, mas só é possível vivê-la olhando-se para a frente. Não existem limites para os sonhos, neles posso viajar e concentrar objetivos. Mesmo sem destino, há sempre um tempo para partir. Por isso tento redescobrir os meus caminhos. As pessoas buscam a felicidade em muitos lugares, mas ela está bem perto, está dentro de nós mesmos. Para sermos felizes, só precisamos de duas coisas: uma para fazer, outra para esperar.

Há 16 anos, cheguei a esta Casa e fiz dela a extensão do meu lar. Honrei meu mandato, fui presente, respeitei colegas, funcionários. E servi à Mesa da Assembléia como se dela participasse.

Lembrar-me-ei com saudade de todos que tiveram assento neste Plenário, de 1991 a 2006. Alguns partiram para sempre; de outros, nunca mais tive notícias, mas todos fazem parte dos meus sonhos, da minha história, do meu sucesso e da minha realização pessoal.

Aos funcionários desta Casa, o meu respeito, o meu carinho e a minha eterna gratidão. Aos colegas que aqui ficam, bom trabalho; aos que irão partir, que encontrem seu caminho.

Olho para trás, neste momento, e digo que valeu a pena passar por este Parlamento. Valeu a pena representar a terra do sol, dos canaviais, a minha Lagoa da Prata, e centenas de outros Municípios. Valeu a pena sonhar e acreditar nos meus sonhos. Um feliz Natal a todos, extensivo a seus familiares. Sejam felizes! Até um outro dia!"

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Ouso pedir este aparte porque não poderia deixar de manifestar de público, na Assembléia, um pouco de Maria Olívia. Tenho uma grande satisfação em dizer que, antes de ser eleita Deputada - e o foi por quatro mandatos -, recebeu o título de Cidadã Honorária da minha querida Curvelo, por merecimento e pelo seu trabalho, quando ainda prestava serviços à antiga LBA, da qual foi

Superintendente, com muita eficiência.

Maria Olívia, quero manifestar, mais uma vez, o reconhecimento do seu potencial, da sua capacidade, da sua sensibilidade. Pode ter certeza de que você continuará conosco aqui, não só por causa do seu filho. Pode não estar presente, mas você permanecerá eternamente nos corações de todos nós. Que Deus te ilumine e dê forças a seu filho, para que ele dê prosseguimento ao seu trabalho! Isso é muito importante. E que Deus te ilumine na sua caminhada! Obrigado, prezada colega.

O Deputado Rêmoló Aloise - Caros colegas, estou aqui como um privilégio, pode-se dizer, por representar uma colega minha de 16 anos. Peço aos Deputados que entendam que estou concedendo aparte por dedicação à minha querida amiga Maria Olívia. Ao Deputado Alencar da Silveira Jr., primeiramente, e depois ao Deputado Dilzon Melo.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Não poderíamos deixar de manifestar nosso apreço pela Deputada Maria Olívia, e tenho a certeza de que este é o sentimento de vários companheiros que passaram por esta Casa e dos que estão aqui e tiveram oportunidade de conviver com a Deputada. Maria Olívia foi amiga, irmã, mãe, companheira, conselheira. Havia dia em que ela chegava aqui emburrada, fechava a cara e não conversava com ninguém. Mas, na grande maioria deles, estava ali para aconselhar, com seu jeito típico.

Pode ter certeza, Deputada e amiga Maria Olívia, vamos sentir muito a sua falta. Seus casos farão falta, sua amizade fará falta, sua história fará falta. Você é uma mulher vitoriosa, que sabe o que quer. Acima de tudo, você foi uma amiga e assim continuará sendo. Muito obrigado por ter-nos dado a oportunidade de conviver com V. Exa., com a amiga Maria Olívia. Muito obrigado por ter-nos ensinado o que ensinou nesta Casa.

Um abraço, que Deus a proteja nessa caminhada, com a certeza de que você sempre terá um lugar no coração de todos nós. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.732/2006, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que altera o art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que inclui a Assembléia Legislativa como participante do procedimento a ser adotado pelo Estado na realização de medidas necessárias à proteção da economia sempre que outra unidade da Federação conceder benefício fiscal não previsto em lei complementar ou convênio celebrado, nos termos da legislação específica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 3.732/2006

EMENDA Nº 1

Acrescente-se onde convier:

Os arts. 6º e 7º da Lei nº 15.757, de 4 de outubro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - O benefício de que trata esta lei somente poderá ser utilizado uma vez no período de dois anos contados da data da aquisição do veículo."

"Art. 7º - A alienação de veículo adquirido nos termos desta lei antes de dois anos contados da data de sua aquisição a pessoa que não satisfaça as condições estabelecidas nesta lei acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado."

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2006.

André Quintão

EMENDA Nº 2

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. (...) - O § 30 do art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIII:

"Art. 12 - (...)

§ 30 - (...)

XXIII - embalagens em geral.'."

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2006.

Paulo Piau

EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. (...) - As alíneas 'b.1', 'b.2', 'c.1', 'c.2' e 'd' do item 4 do § 5º do art. 29 e o § 1º do art. 32 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29 - (...)

§ 5º - (...)

4) (...)

b - (...)

b.1 - no período entre 1º de agosto de 2000 e 31 de dezembro de 2010:

(...)

b.2 - a partir de 1º de janeiro de 2011, por qualquer estabelecimento;

c - (...)

c.1 - no período entre 1º de agosto de 2000 e 31 de dezembro de 2010:

(...)

c.2 - a partir de 1º de janeiro de 2011, em qualquer hipótese;

d - a entrada, a partir de 1º de janeiro de 2011, de bem destinado a uso ou consumo do estabelecimento.

(...)

Art. 32 - (...)

§ 1º - De 1º de novembro de 1996 a 31 de dezembro de 2010, o uso ou o consumo, no estabelecimento, de mercadoria por ele produzida ou adquirida para industrialização ou comercialização determinará o estorno do crédito a ela relativo.'.".

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2006.

Gustavo Corrêa

EMENDA Nº 4

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. (...) - O art. 32-E da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 32-E - Fica o Poder Executivo autorizado, na forma, no prazo e nas condições previstos em regulamento, a conceder ao contribuinte signatário de protocolo firmado com o Estado que promova operação de saída contratada no âmbito do comércio eletrônico ou do "telemarketing" sistema simplificado de escrituração e apuração do ICMS, para as operações realizadas por esses meios, em substituição aos créditos do imposto decorrentes de entrada de mercadorias ou bens ou de utilização de serviços.’.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2006.

Gustavo Corrêa

EMENDA Nº 5

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. (...) - O art. 7º da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso XXV e §16:

‘Art. 7º - (...)

XXV - saída, em operação interna, de veículo automotor novo com até 127 HP de potência bruta - SAE -, destinado a motorista portador de deficiência físico-motora cuja habilitação seja restrita a veículo especialmente equipado, ainda que apenas com direção hidráulica ou câmbio automático, de série ou não.

(...)

§ 16 - Na hipótese do inciso XXV do "caput" deste artigo:

I - a não- incidência está condicionada a que:

a) o benefício correspondente seja transferido ao adquirente do veículo, mediante redução no seu preço;

b) o adquirente do veículo não tenha débitos para com a Fazenda Pública Estadual;

c) o adquirente do veículo obtenha reconhecimento prévio junto à repartição fazendária, observadas a forma e as condições previstas em regulamento;

II - o adquirente deverá recolher o imposto com os acréscimos legais, a contar da data de aquisição constante do documento fiscal de venda, na hipótese de transmissão do veículo, a qualquer título, dentro do prazo de dois anos contado da data de aquisição, a pessoa que não faça jus ao mesmo tratamento fiscal;

III - ressalvados os casos excepcionais em que ocorra a destruição completa do veículo ou seu desaparecimento, o benefício somente poderá ser utilizado uma vez no período de dois anos, contado da data de aquisição.'."

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2006.

Alberto Pinto Coelho - Célio Moreira - Antônio Júlio.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto uma emenda do Deputado André Quintão, que recebeu o nº 1, uma do Deputado Paulo Piau, que recebeu o nº 2, duas do Deputado Gustavo Corrêa, que receberam os nºs 3 e 4, e uma dos Deputados Alberto Pinto Coelho, Célio Moreira e Antônio Júlio, que recebeu o nº 5, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas à votação independentemente de parecer. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, inicialmente agradeço aos companheiros desta Assembléia Legislativa o convívio que tive com vários de vocês, por 12 anos, por 8 ou por 4 anos, o que muito me enriqueceu e me trouxe muita alegria. Faço esse reconhecimento, de coração.

Manifesto a minha disponibilidade junto à Câmara Federal, para que somemos esforços em busca de um desenvolvimento para o nosso país e, de maneira especial, para o nosso Estado.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Luiz Humberto Carneiro por esse projeto que apresenta e também os seus relatores, por terem admitido a correção de um item muito importante em relação à indústria mineira de sacos plásticos, principalmente porque, vizinha de outros Estados, estava ficando sem poder de competição.

Trata-se de uma luta antiga. Há cerca de três anos vimos lutando para salvar esse tipo de indústria, ou melhor, a indústria do saco plástico preto para embalagem de lixo.

A Secretaria de Fazenda, por muito tempo, entendeu que ela não deveria ter o mesmo tratamento tributário dispensado às outras embalagens, como, por exemplo, a de arroz e a de feijão; mas, agora, conseguimos corrigir essa distorção. Por isso, o meu agradecimento a esta Casa por essa correção.

Ocupo esta tribuna para encaminhar essa votação, levando comigo uma frustração. Estamos há quatro anos lutando pelo ajuste tributário do álcool no Estado. Aqui, em Minas, o ICMS do álcool é de 25%. Não é o maior do País. Estados que não produzem álcool, em via de regra têm impostos maiores em razão da arrecadação.

Minas, hoje, é um Estado que já está auto-suficiente na produção de álcool, ao lado de São Paulo, que cobra apenas 12% de ICMS; de Goiás, com apenas 15% de ICMS; e do Paraná, com 18% de ICMS, e são Estados produtores. Chegamos à conclusão de que Minas é o Estado que mais tributa o álcool. Quando digo isso, muita gente pode pensar que estou defendendo o usineiro. Pelo contrário, claro que, para decidir investir em Minas Gerais, o usineiro vai olhar o custo do ICMS, dos impostos, porque o mercado interno de Minas é importante para ele. Mas diria que o consumidor mineiro não está tendo a oportunidade, pois hoje 80% da produção dos carros nacionais são carros "flex", que podem usar álcool; quando se chega a um posto de gasolina, pode-se optar entre a gasolina e o álcool. Os dados mostram que o consumo de álcool no Brasil, neste ano, foi acima de 30%, exatamente por causa dos carros "flex". Em Minas Gerais, pasmem os senhores, reduziu-se o consumo do chamado álcool hidratado em 11%. Enquanto, no Brasil, o consumo do álcool cresce mais de 20%, Minas Gerais reduziu em 11%. São dados da ANP, são dados oficiais. Isso porque o consumidor mineiro está tolhido de colocar álcool combustível em seu carro "flex".

Sr. Presidente, estamos lutando por isso. Há um projeto que ainda fica nesta Casa, evidentemente será arquivado, pedindo a redução do ICMS de 25% para 12%, mas claro que não vamos conseguir votá-lo agora.

Apresentamos algumas emendas a esse projeto, que ora está em processo de votação. Demos a alternativa ao governo de reduzir a alíquota de ICMS do álcool para 12%, 15% ou 18%. Ontem tivemos uma reunião bastante intensa na Secretaria de Fazenda, para tentar, de última hora, ainda corrigir essa distorção. Esse tributo de 25% é maléfico para o desenvolvimento do Estado, em que pese a Secretaria de Fazenda ter avançado. Temos de comemorar os avanços dessa Secretaria, pois seu enfoque desenvolvimentista melhorou. Mas diria que Minas tem de avançar muito ainda. O enfoque da Secretaria de Fazenda ainda é arrecadatório, e não se pode fazer desenvolvimento baseado em tributo. Por isso, levo minha frustração ao deixar esta Casa, mas não vou deixar de continuar essa luta, porque há um compromisso, Deputados Irani Barbosa e Zé Maia, do governo do Estado, do Governador; e ontem houve um compromisso da Secretaria de Fazenda, por meio do seu Secretário Adjunto Pedro Meneguetti e do nosso Líder, Alberto Pinto Coelho, de trazer esse assunto à discussão agora, no início da nova legislatura.

Queria fazer um apelo aos nossos queridos Deputados Estaduais, os que permanecerão e os novos que virão, para que esse assunto seja o mais rapidamente possível tratado, porque deixarei aqui um número que impressiona: há 25 projetos de unidades industriais previstas para Minas Gerais. Todos pensam que esse investimento anunciado pelo governo está líquido e certo, mas não está. Ontem estivemos na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, e vários desses projetos nem contêm protocolo de intenção assinado, o que significa que esses investidores poderão deixar o nosso Estado e migrar para Goiás ou para o Mato Grosso ou para outros Estados em que a situação tributária lhes seja mais conveniente. Deixo esse apelo.

Portanto, Sr. Presidente, aqui não há nenhuma intenção de beneficiar segmentos. Pelo contrário, inclusive os postos de gasolina estão nessa empreitada, além dos consumidores, para que Minas faça essa correção.

O setor sucroalcooleiro de Minas Gerais tem uma concepção diferente do Nordeste, onde o usineiro é dono da usina, das terras, do caminhão que transporta a cana, do posto de gasolina e da oficina mecânica, o que implica concentração de renda. As usinas que vieram para Minas Gerais têm uma concepção diferente. Os usineiros são donos da usina. Compraram pouca terra em torno da usina e, portanto, nem terra têm. Fazem distribuição de renda por meio dos produtores rurais, terceirizam transporte, assim como oficina mecânica, havendo, portanto, distribuição de renda.

O meio ambiente está equilibrado porque nosso aparato legal-institucional faz com que esse equilíbrio exista. Minas pode salvar agora apenas o aspecto social, que é fazer com que o produtor e o trabalhador rural tenham a opção de permanecer no campo. Isso é o que está nas mãos do Governador Aécio Neves, como sugestão, para que desenvolva um bom programa, como o que acontece com nossa usina de Delta, que incentiva os produtores de cana a produzir leite em pasto irrigado. Isso é política pública, é programa de governo. Acredito que temos a chance de evitar a monocultura, que faz com que a cultura da cana se expanda de maneira negativa.

Essa luta não termina, embora muitos estejam frustrados, mas fazemos tudo dentro do possível. A luta continua principalmente pelos compromissos assumidos para solucionar esse caso no início de 2007. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, gostaria que as palavras tranqüilas do Deputado Paulo Piau se transformem em realidade porque esta Casa, com certeza, contemplará esse setor no próximo mandato, uma vez que a bancada de Alagoas, aqui altamente privilegiada, resolverá os problemas relativos a ICMS do açúcar e do álcool. Tenha essa certeza.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Zé Maia.

O Deputado Zé Maia* - Cumprimento o Deputado Paulo Piau por seu encaminhamento, dizendo-lhe que o setor sucroalcooleiro está investindo alguns bilhões de reais em Minas Gerais, promovendo ampla geração de emprego e renda, aumentando a arrecadação de ICMS do Estado e de Municípios mineiros. É um setor extremamente estratégico para o Estado e merece deste parlamento e do governo uma atenção especial.

Tenho a certeza de que, mesmo estando no Congresso Nacional, travaremos uma discussão madura com a Secretaria da Fazenda e com o governo do Estado, já que se trata de um setor estratégico, que produz energia limpa, renovável, além de açúcar e álcool. No ano que vem, continuaremos essa discussão extremamente importante para o Estado de Minas Gerais. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Parabenizo o Deputado Luiz Humberto Carneiro pela proposição do Projeto de Lei nº 3.732, de suma importância. Parabenizo também o Deputado Paulo Piau por seu pronunciamento, lamentando o fato de a emenda não ter sido acatada, o que seria fundamental para o nosso Estado, grande produtor de álcool e açúcar. Infelizmente é um Estado produtor, mas não consumidor.

Hoje, se considerarmos o Estado de São Paulo, o ICMS cobrado é de 12%; em Goiânia, é de 15%; em Minas Gerais, 25%. É algo totalmente sem lógica, sem pé nem cabeça, que prejudica os motoristas que poderiam abastecer seus veículos com álcool e com um custo mais barato. Mas quem mora próximo a outros Estados, neles abastece seus veículos, o que faz com que vá para fora o ICMS, faz com que Minas deixe de arrecadá-lo. É lamentável. Esperamos que, o mais rápido possível, o governo do Estado cumpra sua promessa de diminuir o ICMS do álcool e do diesel, para que possamos gerar mais renda para a população. Algumas promessas não foram cumpridas. Sabemos do grande número de veículos flex vendidos no Estado. Isso poderá aumentar a arrecadação.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Deixo um abraço ao Deputado Paulo Piau. Temos de parabenizar o projeto. Fica o nosso protesto contra a Secretaria de Fazenda, que não reduz o ICMS do gás natural veicular. Mais uma vez, no final de ano, não conseguimos uma negociação para o problema. Quero deixar claro para os companheiros, para o governo e para a Gasmig que temos hoje o mais caro gás do Brasil. Quando fizemos um seminário aqui, Minas Gerais era o segundo Estado com número de veículos movidos a gás natural. Passados dois anos, Minas Gerais encontra-se na 10ª posição. Todos os Estados conseguiram passar à frente de Minas. Há um descaso muito grande, pois a Gasmig só quer o lucro, o lucro. O gás natural veicular continua com seus 18%, e o industrial, com 12%. O transporte é o mesmo, a condução é a mesma. Se formos nos igualar a outros Estados, teremos de fazê-lo com o Rio de Janeiro, que tem uma taxa de 6%, ou com São Paulo, com 12%. Só Minas cobra essa taxa. Fica hoje esse protesto em nome dos integrantes do gás natural.

O Deputado Célio Moreira falava-me ontem sobre a possibilidade de uma emenda. Disse-lhe que não adiantava, pois já havia conversado com o Fuad. Vamos ver se o próximo Secretário dará um jeito nisso. A Secretaria é terminantemente contra.

As convertedoras, que eram em número de 250, hoje são 30. Estamos perdendo mercado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 3. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 4. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 5. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.732/2006 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 5. A Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.644/2006, do Governador do Estado, que dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - 2004-2007, exercício de 2007, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 23, 26, 31, 32, 40, 53, 59, 61, 64, 66, 68, 72, 73, 74 e 78; com as Emendas nºs 92 a 103 e as Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 4, 5, 16, 17, 18, 19, 20, 60, 62, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 80, 81, 82 e 91; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, 6 a 9, 11 a 15, 21, 22, 24, 25, 27 a 29, 33, 35 a 39, 41 a 52, 54 a 58, 83 a 86 e 88. Ficam prejudicadas, com a aprovação das respectivas Subemendas nºs 1, as Emendas nºs 4, 5, 16, 17, 18, 19, 20, 60, 62, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 80, 81, 82 e 91. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, primeiro desejo dizer que, em virtude da vontade da maioria da Casa para apreciarmos também o Orçamento ainda hoje, abri mão da discussão por 60 minutos, a fim de fazer o encaminhamento, em 10 minutos, da votação da revisão do PPAG. Evidentemente, farei uma avaliação mais sucinta abordando um aspecto: o das emendas populares apresentadas.

Por meio da Comissão de Participação Popular, mais uma vez, fizemos um processo de consulta popular, de apreciação popular, que foi iniciado em 2003. Foram consultadas mais de 200 entidades. Em 2004 e 2005, continuamos com esse trabalho. Neste ano, os trabalhos foram coordenados pela Deputada Maria Tereza Lara, Presidente da Comissão de Participação Popular, e pelo Deputado Domingos Sávio, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, tendo como relator o Deputado Sebastião Helvécio, a quem agradeço muito pela sensibilidade e o trabalho conjunto de apreciação das emendas, que foi um trabalho técnico e contou com a assessoria da Casa, do nosso companheiro Rogério Gurjão, do José Geraldo e da equipe da Seplag, na pessoa do Bernardo. Analisamos 77 emendas, sendo que 69 foram aprovadas. Então, das 77 emendas populares apresentadas, 69 foram aprovadas, sendo 30 relacionadas ao Orçamento e ao PPAG e 39 relativas a requerimentos.

Então, Sr. Presidente, desejo parabenizar a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Domingos Sávio e Sebastião Helvécio, que foram os condutores desse processo, e a sociedade civil organizada, que acolheu o convite da Assembléia.

Para ser bem objetivo, encaminho pela aprovação das emendas. Conseguimos uma emenda de R\$1.500.000,00 para o Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional - Prosan -; R\$100.000,00 para o Consea; R\$100.000,00 para titulação de pequenas posses; R\$100.000,00 para ação discriminatória; R\$100.000,00 para o Escola-Família Agrícola; R\$100.000,00 para levantamento da situação dos quilombolas em Minas Gerais; R\$150.000,00 para apoio à pessoa com deficiência; R\$100.000,00 para reativação do escritório de direitos humanos; R\$50.000,00 para o CGLBTTT; R\$300.000,00 para o reordenamento da gestão descentralizada da Sedese; R\$300.000,00 para a realização da Conferência Estadual de Assistência Social; R\$150.000,00 para informatização dos conselhos tutelares; R\$150.000,00 para o Fundo Estadual da Infância e Adolescência; R\$150.000,00 para apoio à política de criança e adolescente; R\$100.000,00 para capacitação de professores de educação infantil; R\$100.000,00 para o combate à violência e à exploração sexual infanto-juvenil; R\$100.000,00 para proteção à criança e ao adolescente ameaçados de morte; R\$150.000,00 para o Programa Família Acolhedora; R\$100.000,00 para o Programa de Atendimento aos Egressos de Medidas socioeducativas; R\$100.000,00, para o Programa Água na Escola.

Portanto, R\$4.000.000,00 foram aprovados no Plano Plurianual de Ação Governamental e Orçamento. Para economizar nosso tempo, já estou fazendo o encaminhamento conjunto, porque o que está aprovado no Plano Plurianual e tem incidência no Orçamento também será aprovado.

Defendo o relatório apresentado pelo nobre Deputado Sebastião Helvécio. Queria falar, Deputado, sobre a seriedade com que V. Exa. tratou as 77 emendas aprovadas. Sabemos que nem todas foram aprovadas, como algumas da área de alimentação escolar e de combate ao trabalho infantil, cujos valores ultrapassavam a margem possível de debate nesta Casa. Estas não foram acolhidas. Isso não aconteceu por falta de vontade política do relator ou da Comissão de Participação Popular. O trabalho foi feito em conjunto, o que foi discutido e aprovado contou com o aval dessa Comissão. Não houve aquela história: o que é bom a Comissão de Participação Popular aprova, o que não foi aprovado é de responsabilidade da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Foi feito um debate sério, com as duas Comissões e com o Governo, porque essas emendas não são para inglês ver, mas para serem cumpridas. Não se trata também de emendas de parlamentares, do partido A, B ou C, são emendas da sociedade organizada, de 200 entidades que participaram do debate público nesta Casa.

Sr. Presidente, encaminho favoravelmente, agradecendo às Comissões pela aprovação. Queria deixar uma sugestão para o próximo ano, quando debatermos os PPAGs para 2008, 2009, 2010 e 2011. Podemos e devemos fazer a discussão de forma regionalizada - essa a nossa grande meta -, juntamente com o governo do Estado e com a sociedade civil organizada. Precisamos administrar a participação popular nas nove regiões, ou mais, dependendo da formatação das 14, se o governo e a Assembléia assim definirem. É muito importante fazermos esse debate regionalizado.

O PPAG aumentou o nível de investimento para o próximo ano. Serão R\$4.400.000.000,00 investidos. Nós da Oposição entendemos que a área social merece investimento maior. O combate ao trabalho infantil precisa de mais recursos, assim como a alimentação escolar e a Uemg. Todavia entendemos que já representa um avanço a Assembléia poder participar efetivamente desse debate não para chancelar, mas para decidir com o apoio da sociedade civil.

Destacaria aqui, Sr. Presidente, o Programa Poupança Jovem, que é uma novidade no Plano Plurianual. Acabamos de votar nesta Casa um projeto de minha autoria que cria condições técnicas para o acompanhamento do Programa Poupança Jovem, que terá R\$50.000.000,00 para o ano de 2007.

Aprovamos, no PPAG, a vinculação do Poupança Jovem, de seus critérios e da escolha dos que serão atendidos ao Sistema Único da Assistência Social, uma emenda de finalidade ao PPAG, não de recurso, porque o recurso de R\$50.000.000,00 já está garantido. Hoje, garantimos a participação do serviço social, da psicologia, do acompanhamento social ao Programa Poupança Jovem, por meio de projeto de minha autoria, que foi aprovado. Portanto, aprovamos também R\$50.000.000,00 para o Protagonismo Juvenil em Minas Gerais, objeto de debate da proposta de governo encaminhada. Então, Sr. Presidente, encaminho pela votação.

Deputada Maria Olívia, ouvi atentamente seu discurso, proferido pelo Deputado Rêmoló Aloise, em que V. Exa. se referiu aos 16 anos de respeito que viveu nesta Casa. Testemunho o respeito que V. Exa. nutre pelo conjunto dos Deputados e Deputadas. Muitas vezes, o quórum na Comissão de Participação Popular foi obtido com a presença de V. Exa. Como talvez esta seja minha última participação neste ano, na pessoa da nossa companheira Deputada Maria Olívia, deixo os cumprimentos àqueles que vão para o Congresso e àqueles que não retornarão a esta Casa como Deputados, mas que integram a luta pela cidadania em Minas Gerais. Portanto, parabéns a esta Casa, que vai aprovar hoje emendas apresentadas pela sociedade civil, o que não existe em nenhuma Assembléia Legislativa do País. Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara, por ter conduzido tão bem esse processo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Cumprimento o Presidente, Deputado Mauri Torres, e todos os Deputados e Deputadas desta Casa. Aproveito a oportunidade em que votaremos a Lei de Revisão do PPAG para fazer mais algumas considerações. Cumprimento o Deputado André Quintão, que, como primeiro Presidente da Comissão de Participação Popular, introduziu nesta Casa a discussão e a revisão do PPAG.

Quero dizer da importância da participação dos movimentos sociais, que fortalece o que chamamos de orçamento social. Não há outra medida. De fato, é um compromisso da população no combate à exclusão social. Esta Casa tem contribuído muito. A Comissão de Participação Popular é um avanço institucional. Embora alguns digam que é o partido "a", "b" ou "c", é muito mais do que isso, é um compromisso nosso, do Bloco PT-PCdoB e também de alguns outros Deputados e Deputadas desta Casa. Mas é sobretudo um compromisso que tem de ser cada vez mais fortalecido, porque essa abertura é institucional. Esta Casa tem o compromisso de fazer com que, cada vez mais, a Comissão de Participação Popular se fortaleça. Faço um apelo para que, na próxima legislatura, os líderes de blocos e de partidos observem com muita atenção e com carinho a escolha dos Deputados e Deputadas que queiram fazer parte da Comissão de Participação Popular. Basta dizer que, anteriormente a esta Comissão, o povo de Minas precisaria de 10 mil assinaturas para um projeto de iniciativa popular. Agora, basta que uma entidade assine uma proposta para que o projeto de lei ou a emenda parlamentar tramite nesta Casa. Recentemente, foi aprovado projeto de instituição do Dia Estadual do Surdo, a pedido da Associação dos Surdos de Minas Gerais. Ora, é um projeto cuja autoria a Comissão de Participação Popular assumiu.

Como sou suplente na próxima legislatura, aproveito a oportunidade para fazer esse apelo aos Deputados que estarão na próxima legislatura. Agradeço a acolhida, a solidariedade que sempre tive não só do nosso Bloco PT-PCdoB, mas também de todos os outros Deputados desta Casa. Foi um relacionamento respeitoso e solidário, mesmo com as divergências partidárias. Além da emenda do Deputado André Quintão, também conseguimos que fossem colocados recursos em defesa do direito das pessoas com deficiência, à pedido do Conselho Estadual do Direito das Pessoas com Deficiência. Conseguimos, também, algum recurso para que seja feito um levantamento nas áreas quilombolas. Todas essas são ações importantes de combate à exclusão social.

Quero também agradecer, mais uma vez, à assessoria desta Casa, porque, sem a sua participação e o seu compromisso, seria impossível fazer o trabalho que fizemos. Agradeço também à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com a qual fizemos uma audiência conjunta no dia 8 de dezembro. Neste momento, estão presentes o Deputado Sebastião Helvécio, relator do PPAG, que tem tido esse compromisso com

a nossa Comissão, e a Deputada Elisa Costa.

Queremos dizer que, quando o parlamento no Brasil sofre uma situação de descrédito, temos que fortalecer a democracia representativa. Não há outro caminho para uma sociedade justa, fraterna e igualitária, senão uma democracia representativa fortalecida. Mas mais do isso, temos que caminhar para implantar, com a democracia representativa, a democracia participativa direta. Sr. Presidente, nesse sentido, esta Casa tem dado a sua contribuição por intermédio das comissões temáticas e, agora, por intermédio da Comissão de Participação Popular, que soma esforços.

Peço a Deus que abençoe o trabalho da próxima legislatura e que não percamos de vista o objetivo prioritário da Assembléia de Minas, que é garantir ao povo de Minas Gerais esse espaço de participação em que possam ser explicitadas as nossas divergências. Isso é salutar para a nossa democracia.

Mais um vez, muito obrigada. Mesmo não tendo um mandato eletivo, continuaremos participando e contribuindo, principalmente para os movimentos sociais. Espero ser convidada para os debates e audiências públicas, sobretudo para os debates com a participação dos movimentos sociais no combate à exclusão social. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 23, 26, 31, 32, 40, 53, 59, 61, 64, 66, 68, 72 a 74 e 78 e 92 a 103 e as Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 4, 5, 16 a 20, 60, 62, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 75 a 77, 80 a 82 e 91. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação, ficam prejudicadas as Emendas nºs 4, 5, 10, 16 a 20, 30, 34, 60, 62, 63, 65, 67, 69 a 71, 75 a 77, 79 a 82, 87 e 89 a 91. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3, 6 a 9, 11 a 15, 17 a 22, 24, 25, 27 a 29, 33, 35 a 39, 41 a 52, 54 a 58, 83 a 86 e 88. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.644/2006 com as Emendas nºs 23, 26, 31, 32, 40, 53, 59, 61, 64, 66, 68, 72 a 74 e 78 e 92 a 103 e com as Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 4, 5, 16 a 20, 60, 62, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 75 a 77, 80 a 82 e 91. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Sebastião Helvécio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, aproveito este instante em que a Casa vota a revisão do PPAG para agradecer aos meus pares a votação que obtivemos ontem na comissão ampliada, em que o nosso relatório foi aprovado por unanimidade.

Pela primeira vez na história do parlamento mineiro, conseguimos essa votação sem nenhum pedido de destaque para a matéria. Ficamos extremamente felizes e desejamos compartilhar com a Comissão de Participação Popular, especialmente com a Deputada Maria Tereza Lara e com o Deputado André Quintão, esse trabalho de parceria, que permitiu esse grande avanço.

Sr. Presidente, proponho que V. Exa., como Presidente deste Poder, encaminhe-nos ao próximo Presidente da Casa, a fim de adotarmos neste parlamento mineiro o mesmo exemplo que tanto sucesso tem obtido na condução da política do Executivo; que possamos ter também, no parlamento, um plano plurianual de valorização do Poder Legislativo, a fim de termos metas, para que, ao longo dos próximos quatro anos, a Assembléia Legislativa continue nesse caminho de se firmar como um grande exemplo das assembleias da federação. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.645/2006, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 30, 31, 32 a 34, 36, 37, 45, 46, 47, 57, 60 a 65, 75 a 77, 80 a 83, 86, 87, 89, 90 a 94, 96, 97 a 100, 101 a 105, 107 a 109, 110, 111, 138, 145, 149 a 153, 156, 157, 158 a 160, 161 a 164, 179 a 182, 183 a 185, 186, 187, 188 a 190, 191 a 193, 195, 196, 197 a 199, 200 a 203, 205 a 219, 221, 222 a 225, 227, 229 a 231, 232 a 237, 258 a 263, 264, 282, 300, 302 a 305, 306 a 309, 310 a 313, 314 a 320, 321 a 323, 324, 325 a 330, 339, 340, 341 a 353, 355 a 366, 368, 369 a 371, 372 a 374, 375 a 397, 398 a 400, 401, 402, 403 a 406, 408 a 418, 420, 421, 422 a 426, 427, 428, 429 a 432, 433 a 436, 437, 438 a 441, 449, 450, 451 a 462, 472 a 499, 503 a 510, 511 a 516, 517 a 519, 521, 522 a 525, 707 a 709, 725, 726, 728 a 730, 731 a 733, 734, 735, 737, 738, 740, 742, 759 a 765, 766 a 768, 769, 770, 790 a 794, 831 a 836, 837, 838, 841 a 845, 878 a 880, 881 a 883, 886, 887, 891, 894, 895, 898, 900, 901, 903 e 904; 906 a 993; e as Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 28, 106, 114, 115, 147, 194, 228, 266, 354, 367, 419, 520, 839, 840, 884, 885, 888, 889, 890, 892, 893, 899 e 902; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 27, 29, 35, 38 a 44, 48 a 54, 58, 59, 66 a 74, 78, 79, 84, 85, 95, 112, 113, 116 a 137, 139 a 144, 146, 148, 154, 155, 165 a 178, 204, 220, 226, 238 a 257, 265, 267 a 281, 283 a 299, 301, 331 a 338, 407, 442 a 448, 463 a 471, 500 a 502, 526 a 706, 710 a 724, 727, 736, 739, 741, 743 a 758, 771 a 789, 795 a 830, 846 a 871, 873 a 877, 896, 897 e 905. Com a aprovação das respectivas Subemendas nºs 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 28, 106, 114, 115, 147, 194, 228, 354, 367, 419, 520, 839, 840, 884, 885, 888, 889, 890, 892, 893 e 902. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Laudelino Augusto.

O Deputado Laudelino Augusto - Quero apenas fazer uma consideração sobre a importância desse projeto de lei. Aliás, a cada ano, fica mais importante votar conscientemente o Orçamento e aperfeiçoar sua elaboração.

Têm sido feitos encaminhamentos e havido participação popular. Houve época, lembro-me bem, em que se realizavam reuniões até no interior para que o Orçamento chegasse o mais perto possível das necessidades do povo.

Precisamos, mais ainda, lutar pelo cumprimento do Orçamento. O Orçamento precisa ser mais impositivo, e não apenas autorizativo. Ele estima as receitas e fixa as despesas, ou seja, estabelece onde será colocado o dinheiro que se arrecadou do povo, dinheiro esse, muitas vezes, ganho com bastante suor.

Temos interesse em fixar as prioridades e acompanhar a execução do Orçamento, porque, senão, no final do ano, veremos que ele não foi cumprido em sua totalidade.

A minha preocupação - já estou encerrando - é com relação às emendas parlamentares. Criam-se muitas expectativas, porque as emendas são publicadas. No nosso mandato, fizemos as emendas de forma participativa. Foi difícil, porque recebemos mais de 10 milhões de pedidos e colocamos R\$600.000,00. Aliás, todas as emendas foram acolhidas no relatório. Mas criou-se uma expectativa, e poucas emendas foram liberadas nesses quatro anos.

Quero aproveitar para agradecer ao Deputado Mauri Torres, que ainda ontem fez gestões para que algumas emendas fossem liberadas. Ontem foram depositadas 6 emendas deste ano, e ainda faltam 11. Então, desejo que aperfeiçoemos a elaboração do projeto - como fizemos -, mas também o cumprimento desse projeto, pois cria-se uma expectativa, e as pessoas esperam por isso.

Mais da metade das nossas emendas são voltadas à assistência social e a crianças e adolescentes; outras tantas à saúde. Todas são voltadas

para o povo. O dinheiro é público. Se a emenda passou, foi votada e publicada, deve ser cumprida.

Esse é o nosso desejo, independentemente de coloração político-partidária. Já comentei que considero uso da máquina não liberar as emendas de alguns Deputados, porque não querem dar força ao Deputado em determinada base. Isso é antidemocrático. Há vários casos em que isso aconteceu. E aí liberam outras verbas que não constam no Orçamento, que não foram votadas.

Trago uma angústia, mas também uma esperança. Caminhamos na esperança, que é sempre maior que a angústia. Precisava falar sobre isso e desejar que cresçamos democraticamente na elaboração do Orçamento e avancemos no seu cumprimento. Vamos votá-lo com coragem e disposição.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa* - Quero cumprimentar o Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, e os Deputados e as Deputadas presentes aqui neste último dia, em que votamos importantes projetos, e fundamentalmente agora, que encerraremos votando o Orçamento para 2007, da ordem de R\$30.000.000.000,00.

Como membro efetivo da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, representando o Bloco PT-PCdoB, esclareço que tivemos uma experiência positiva com os demais integrantes dessa Comissão no acompanhamento e na fiscalização da execução do Orçamento do Estado, nesses dois anos que passamos aqui na Assembléia Legislativa.

Quero concordar com o Deputado Laudelino Augusto quanto a algumas premissas muito importantes para o Orçamento. Primeiramente, quanto à sua própria elaboração. Esperamos que cada vez mais o Orçamento possa representar, de fato, os anseios, as necessidades e as demandas do Estado. Ele só será efetivamente um instrumento de planejamento e de política pública se conseguirmos aperfeiçoá-lo por meio da participação popular, do envolvimento da sociedade, que conhece como ninguém, na sua vivência cotidiana, as reais necessidades de cada Município e região, em cada tema que diz respeito a Minas Gerais.

Considero importante essa premissa, para que o Orçamento não seja impositivo. Travamos esse debate, não somente quando fui Vereadora em Governador Valadares, mas também aqui nesta Assembléia, junto a todo o bloco. Entendemos que essa também seja uma premissa para o Orçamento federal.

Esperamos que cada vez mais esse instrumento de planejamento, de realidade, seja conquistado pela sociedade.

A segunda premissa, muito importante, é a de um orçamento que saia dos gabinetes, especialmente das Secretarias de Estado, dos nossos mandatos e da própria Assembléia. O Deputado André Quintão deixou a proposta de promovermos, nos próximos anos, audiências regionais e municipais, para que o Orçamento seja mais participativo e com uma maior presença da sociedade.

A terceira premissa, também muito importante no nosso entendimento, é o acompanhamento, a fiscalização e a execução do Orçamento. Os instrumentos de transparência em relação ao acompanhamento da execução orçamentária são muito precários na Assembléia. Temos um único ponto na Assembléia para acessar o Siafi a cada momento que precisamos saber sobre algum resultado da execução orçamentária nas diversas áreas.

Em nossa Comissão, conseguimos aprovar uma proposta de nossa autoria para que seja feito um balancete mensal especialmente relacionado às políticas públicas mais importantes de Minas Gerais e enviado aos Deputados, Prefeitos, Vereadores e movimentos sociais. Esse acompanhamento e essa fiscalização ainda não existem em todas as áreas e precisam ser mais abrangentes. A aplicação dos recursos pela sociedade e pelos movimentos sociais precisa ser melhor fiscalizada para que o Orçamento seja melhor executado. Os instrumentos de democratização do acesso às informações têm que ser ampliados na Assembléia Legislativa e no governo do Estado, como acontece no governo federal. Todos os Deputados Federais podem acionar o Siafi e ter acesso às informações para imediatamente repassá-las à população e construir mais cidadania e espaço de participação popular.

Com esses pressupostos fundamentais no debate do Orçamento, fazemos nossa avaliação em relação ao orçamento de 2007. Há pontos polêmicos que, para o nosso Bloco PT-PCdoB, deixaram a desejar nas emendas que apresentamos, amplamente rejeitadas em sua maioria, principalmente aquelas que dizem respeito à democratização e à transparência. São emendas que nos chegaram de diversas regiões do Estado de Minas Gerais, exatamente encaminhadas pelos movimentos sociais. Grande parte delas não foi acolhida, conforme disse o Deputado André Quintão, mas são questões polêmicas que deixamos para o debate continuar e ser aperfeiçoado a cada ano.

A saúde continua apresentando o mesmo problema e não demanda apenas uma regulamentação mais clara da Emenda nº 29 na Câmara Federal, o que defendemos, mas que seja feito um registro que identifique melhor o que ela significa. Independentemente de ser melhor regulamentada por uma lei federal, sabemos que a Emenda nº 29 não está sendo aplicada. Os Deputados Edson Rezende, Ricardo Duarte e Adelmo Carneiro Leão, Presidente da Comissão de Saúde, têm feito esse debate. Fica muito claro que os 12% de receitas e impostos das ações e serviços de atenção à saúde não têm acontecido em Minas Gerais, e não dá para incluir isso nesses 12%.

Para 2007, a previsão orçamentária é de 14,18%, mas, em nosso entendimento, não passará de 7,08%. Não podemos incluir no orçamento da saúde os recursos arrecadados pela Copasa. Durante um semestre, debatemos sobre as funções pública e social dessa instituição. Dos 2 bilhões previstos para a saúde no orçamento de 2007, R\$1.200.000.000,00, Deputado Rogério Correia, são investimentos da Copasa. Recursos arrecadados dos servidores do Ipsemg e dos hospitais militares também são utilizados para garantir esses 14% propostos pelo Governador de Minas.

Para nós, esse problema vem-se acumulando, aprofundando-se, e, cada vez mais, poucos recursos são aplicados na área de saúde do Estado de Minas Gerais. Em 2005, foram executados 4,56%; até setembro de 2006, 5,09%. Conforme nossa avaliação, na previsão orçamentária para o próximo ano, essa execução não passará de 7,06% por causa da inclusão dos recursos da Copasa, do Ipsemg e dos hospitais militares.

Continuaremos a debater esse assunto que é bastante polêmico. Isso se torna mais evidente na pesquisa nacional feita pelo Ibope e pela CNI sobre o segundo mandato do Presidente Lula. Os resultados dessa pesquisa colocam a saúde como prioridade nacional, seguida de geração de empregos, segurança e educação. Como Minas Gerais participou dessa pesquisa, significa que o nosso Estado precisa dar mais atenção à área de saúde. Precisamos de mais recursos, de mais investimentos, além de remunerar melhor os nossos servidores.

Destacamos também como ponto polêmico - que deverá ser debatido no próximo ano - os poucos recursos destinados ao orçamento para a recuperação de salários e remuneração dos servidores do Estado. A política dos servidores de Minas Gerais esteve ausente durante esses anos, nesse primeiro mandato do Governador Aécio Neves. Se continuar no próximo ano como está no orçamento, deixará um débito muito grande, uma dívida muito grande para com os servidores do Estado de Minas Gerais que não puderam recompor seus salários nesses quatro anos.

Os servidores da área de educação, há cerca de 12 anos, estão aguardando uma recomposição salarial digna. O mesmo acontece com grande parte dos demais servidores do Estado. Ao falarmos sobre os servidores da educação e da saúde, estamos falando também sobre os demais servidores, mas essas duas categorias somam quase 350 mil servidores de Minas Gerais, que representam as políticas mais importantes, ou seja, as políticas sociais.

No que diz respeito aos servidores, tudo ainda é muito confuso na atual política do Estado. Aprovamos planos de carreira. As tabelas salariais foram uma enganação. Verificamos que o único acréscimo feito na política remuneratória foi uma data-base. O adicional de desempenho, aprovado aqui, no nosso entendimento, significa um retrocesso no que diz respeito à legislação vigente desde 2003.

Para o próximo ano, precisaremos fazer um grande movimento estadual em todas as categorias, já que isso está incluído na lei que garante os reajustes a partir da arrecadação do ICMS. E temos discordâncias nesse ponto, porque, para aumentar o salário dos servidores, não pode ser apenas em relação à arrecadação de ICMS, mas deve ser relativamente a todos os impostos e transferências que o governo de Minas recebe. Aí haveria de fato um reajuste e uma recuperação mais dignos. Investimento em servidor significa investimento em política pública de qualidade para Minas Gerais.

Outro ponto polêmico que também será debatido pelos Deputados são os poucos recursos para o ensino superior em Minas, para as nossas universidades estaduais, especialmente a UEMG. Não conseguimos avançar muito. A UEMG precisa ser efetivamente uma universidade estadual de Minas Gerais. A exemplo do governo Lula, que está estimulando as extensões universitárias nas cidades-pólo e também os Cefets, como bem falou o Deputado Edson Rezende, precisamos ter efetivamente esse apoio em Minas Gerais, como ocorre no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outras unidades da Federação. Minas Gerais, que é um grande Estado do Brasil, precisa dar apoio efetivo às suas universidades estaduais para garantir o ensino público superior, e não apenas estimular o ensino privado em seu território.

Minas Gerais deve ter de fato uma universidade estadual. A Unimontes conseguiu avançar em seus "campi" e extensões, mas a Uemg precisa sair do papel e tornar-se efetivamente a Universidade Estadual de Minas Gerais. Esta Casa é muito sensível a essa causa, mas esse debate não está reproduzido no Orçamento. Ainda não saiu do papel, do discurso a consolidação da nossa Uemg.

Apesar de não termos recursos para todos os setores, eles existem para propaganda e publicidade em Minas Gerais, que está orçada em 27 milhões. Em 2005 foi orçada em 10 milhões, mas gastou 81 milhões. Este ano foi orçada em 18 milhões, mas ainda não sabemos quanto foi gasto, porque os valores relativos à publicidade não foram disponibilizados. Diferentemente de todas essas necessidades, a publicidade tem destaque em Minas Gerais com o Governador Aécio Neves.

Por fim, destaco algumas emendas e avanços que considero positivos no Orçamento. Foi dito pelo Deputado André Quintão que, até menos do que conseguimos no Orçamento deste ano, que foram R\$6.000.000,00, os R\$4.000.000,00 vieram através da participação popular, da própria Comissão e dos movimentos sociais. É importante que uma parte do nosso orçamento de fato tenha a presença da sociedade. Como ele bem disse, houve ampliação na segurança alimentar, na assistência social, nos direitos humanos, na parte da criança e do adolescente com o acolhimento das emendas populares. Não foi tanto quanto seria necessário em função, Deputado André, da política social que temos em Minas Gerais.

Outra grande ausência deste governo é o comprometimento com os programas e políticas sociais. Para o próximo ano, é preciso rever com profundidade a política de saúde, de educação, de assistência social, dos servidores públicos, de segurança alimentar e de promoção social, a fim de que o povo mineiro e o brasileiro tenham mais dignidade.

Portanto são algumas avaliações que queria deixar na discussão do Orçamento. Realmente ressinto que tantas emendas populares e tantas outras foram rejeitadas, mas a luta continua. A sociedade se fará cada vez mais presente nos debates.

Gostaria de citar as duas emendas positivas que conseguimos aprovar por meio da bancada do Rio Doce e dos Deputados da nossa Comissão. Agradeço a sensibilidade de todos os Deputados que fazem parte da nossa Comissão. Essas duas emendas não se referem apenas ao Rio Doce; elas ampliam a questão ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Duzentos e trinta Municípios são percorridos e banhados pelos afluentes e pelo Rio Doce. Destaco a contribuição dos Deputados Sebastião Helvécio, Jayro Lessa, José Henrique, Domingos Sávio e Dilzon Melo para a aprovação dessa emenda.

Deputado Jayro Lessa, foram destinados, no Orçamento do Estado, por meio do empenho da Cipe, R\$4.000.000,00 a projetos relativos ao Rio Doce Limpo. Esses R\$4.000.000,00 serão destinados aos projetos de ETEs e à despoluição do Rio Doce. Acrescentamos também mais recursos na recuperação das matas ciliares, na revitalização da bacia, na recuperação da mata atlântica, no cuidado das nossas nascentes e na contenção de enchente na maioria das cidades banhadas pelo nosso Rio Doce. Moramos numa cidade onde há enchente todos os anos. Neste ano, houve enchente não apenas em Governador Valadares, mas também em grande parte do Rio Doce, em Caratinga, onde os afluentes que deságuam no Rio Doce e provocam, a cada ano, as cheias. Desalojadas, milhares de famílias precisam da contribuição não somente do Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Meio Ambiente, mas também da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedu -, e de outros órgãos para, de fato, minimizarmos os efeitos das enchentes em todas as nossas regiões.

Deixamos aqui nossa solidariedade a todas as famílias que se encontram desalojadas no Estado de Minas Gerais, principalmente na nossa região. Isso realmente acarreta enorme prejuízo às cidades e às famílias.

Essa emenda prioriza o ensino superior gratuito e soma-se à grande experiência do governo Lula ao possibilitar a criação de universidades. Entretanto, onde não podem mais ser criadas, haverá extensões universitárias nas cidades-pólo. Assim, democratizaremos o ensino superior em Minas Gerais tornando-o acessível à juventude mais pobre e construiremos políticas públicas de pesquisa e desenvolvimento regional. Universidades são fundamentais para avançarmos os projetos em cada região. A emenda garante mais recursos a Minas para dar contrapartida aos investimentos federais nos ensinos superiores a serem criados nas cidades-pólo de extensões universitárias. Portanto, nossa juventude terá mais oportunidades.

Temos de cuidar das nossas crianças, dos nossos adolescentes, especialmente da nossa juventude, que está morrendo em muitas cidades mineiras, onde a violência atinge principalmente os mais pobres e negros. Os nossos jovens estão morrendo em muitas Capitais, em muitas cidades-pólo e em muitas cidades menores de Minas Gerais.

O Pró-Jovem, que foi instituído pelo governo Lula, deve-se somar agora à Poupança Jovem, com recursos da ordem de 50 milhões. Além de serem destinados à Região Metropolitana de Belo Horizonte, também precisam, todos os dois projetos, serem estendidos às cidades onde o índice de violência em Minas Gerais é muito alto, como, por exemplo, Montes Claros, Governador Valadares, a região de Uberlândia e outras regiões de Minas, que são consideradas mais violentas.

Não há nada melhor para se combater a violência do que sua prevenção por meio dos programas sociais destinados às famílias, à juventude e aos adolescentes. Então, que esses programas e que essas políticas passem pelo Conselho Estadual da Assistência Social e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de gerar frutos novos a partir de 2007.

A expectativa da nossa população - brasileira e mineira - é muito grande, especialmente para com o governo Lula. São expectativas de mudanças de políticas públicas e de compromisso com a maioria da população mais pobre de Minas e também do Brasil.

Então, quando discutimos o Orçamento, também discutimos as prioridades, fazemos escolhas e nos comprometemos com quem o Estado deve, de fato, cuidar: as populações mais sofridas, que precisam dos recursos da promoção social para ter direitos e cidadania.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Aproveito a oportunidade para cumprimentá-la pela sua brilhante atuação, que muito honra a nossa bancada feminina. Na sua pessoa, cumprimento a Deputada Jô Moraes, que agora está indo para a Câmara Federal. A bancada feminina, que tem representado bem a mulher mineira, é exígua em número, mas certamente ficará fortalecida.

Também cumprimento a Deputada Maria Olívia, que tem sido uma Deputada extremamente solidária e atenciosa para com esta Casa durante todo esse período. Por isso, agradeço-lhe a convivência.

Gostaria de reafirmar a necessidade de que o orçamento neste país, nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, seja impositivo, e, não, autorizativo. Isso será um grande ganho.

Além da sua explanação a respeito da necessidade de investimento nos ensinos técnico e universitário, sobretudo em relação à Uemg, em Minas Gerais, gostaria de acrescentar a questão da merenda escolar do ensino médio. Parece simples, mas ela traz qualidade de vida e condição de educação para os jovens. Essa também é uma bandeira que não deixamos cair de forma nenhuma. Então, que continuemos a lutar por ela, pois se trata de uma reivindicação que tem sido permanente em todas as audiências públicas das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira, em todos esses anos.

Aproveito a oportunidade para, de público, agradecer aos Deputados, particularmente ao Deputado Ricardo Duarte, nosso Líder do Bloco PT-PCdoB, por ter sido extremamente competente durante esses dois anos, trabalhando para que nosso Bloco pudesse permanecer na unidade e contribuindo para a discussão nesta Casa.

Mais uma vez, Deputada, desejo-lhe todo sucesso na próxima legislatura, e que, na sua pessoa, a próxima bancada feminina possa marcar fortemente a presença feminina na Assembléia de Minas, como já tem feito.

O Deputado Edson Rezende (em aparte) - Foi muito importante sua intervenção a respeito do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29.

Apresentei um projeto a esta Casa, que foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça. O referido projeto tratava especificamente do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, definindo o que são ações e serviços de saúde.

A luta dos grupos da saúde, da representação popular, enfim, de todos os Deputados, continua no próximo mandato, na próxima legislatura, para que o cumprimento da Emenda à Constituição nº 29 dê um outro caráter, uma nova condição para a assistência à saúde em Minas Gerais.

Quero só lembrar que, há alguns anos, somente eram aplicados cerca de 3,5% do Orçamento em saúde, Deputado Rêmoló Aloise. Conseguimos chegar a 6,5%, quase dobramos esse valor. Foi um avanço muito importante. Mas é preciso, em seu cumprimento, chegar a 12%. Chegando a 12%, o cenário de atenção à saúde em Minas Gerais mudará completamente, porque teremos condição de pagar melhor aos profissionais, teremos equipamentos em melhor condição, a regionalização do serviço de saúde será implementada, também o setor de regulação, a Vigilância Sanitária, enfim, há uma série de projetos, ações e serviços de saúde. Se chegarmos a 12%, de fato, em atenção à saúde, vamos dobrar o orçamento da saúde e teremos condições inequívocas de melhorar a condição de assistência à saúde em Minas Gerais. É uma luta que permanece não somente para o Presidente da Comissão da Saúde, mas para toda a Casa.

Querida, Deputada Elisa Costa, Sr. Presidente, repetir mais ou menos as palavras do Deputado Paulo Piau, para deixar aqui uma frustração minha. Creio que esse assunto também deve ser motivo de discussão para a próxima legislatura.

Vivemos hoje uma situação, em Minas Gerais e no Brasil, da abertura indiscriminada das escolas na área da saúde, como em outras também. Falarei sobre a área da saúde, que é a minha área. Uma série de cursos superiores são abertos indiscriminadamente em Minas Gerais, como Medicina, Medicina Veterinária, Biologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Educação Física. Para vocês terem um idéia, em 1997 havia, na área da enfermagem, em Minas Gerais, cerca de 14 escolas de Ensino Superior. Em 2005, esse número saltou para 96 escolas. A mercantilização desses cursos tem trazido um resultado muito ruim para a qualidade desses profissionais. Outra face também ruim da moeda é a superlotação, a produção indiscriminada, uma quantidade imensa de profissionais, que, no mercado de trabalho, hoje estão tendo dificuldades para achar um espaço, para trabalhar. Falarei sobre os fisioterapeutas, fonoaudiólogos, professores de Educação Física, que hoje começam a ter problemas sérios para conseguir um trabalho em razão da multiplicação desses profissionais no mercado.

É importante que essa discussão também continue, pois não conseguimos colocar esse nosso projeto na pauta para votação em 2º turno porque havia sinalização do Conselho Estadual de Educação para a sua não-aprovação, por isso ele não foi colocado na pauta. Também o governo do Estado, pela sinalização do Conselho Estadual de Educação, não obteve acordo para colocar esse projeto em votação nesta Casa. Quem hoje está na Presidência do Conselho de Educação de Minas Gerais é dono de uma escola particular. Há interesses particulares, privados, e a mercantilização desses cursos superiores. Esta Casa tem de se debruçar sobre essa matéria, continuar essa luta, para que possamos vencê-la. É preciso que haja regulamentação. Nosso projeto traz claramente que os conselhos das profissões devem dar um parecer sobre o caso. E o Conselho Estadual de Saúde dará o outro parecer para, enfim, esses pareceres chegarem ao Conselho Estadual de Educação, para que os profissionais, os conselhos dessas profissões, conhecendo a realidade dos que estão sendo formados, possam orientar, traçar um perfil e um cenário para que o Conselho Estadual de Educação possa tomar a decisão.

Aproveito este momento, Deputada Elisa Costa, para parabenizá-la pelo seu trabalho e também para me despedir desta Casa. Estive aqui durante seis anos e posso falar sobre o convívio, a riqueza do aprendizado nesta Casa, do olhar companheiro. Podemos discordar no campo das idéias, mas a relação companheira nesta Casa é importante para manter esse nível de relacionamento humano que não deixamos de ter.

Quanto a idéias, podemos discordar e o fazemos. Temos aqui este espaço para discordar, evidenciar os conflitos, mas toda essa relação é um enriquecimento para nossa vida, um grande aprendizado que nos dá a oportunidade de continuar trabalhando pelo povo de Minas Gerais e do País.

Deixo um abraço a todos os parlamentares, agradecendo o convívio e o aprendizado dele decorrente. Desejo a todos os que se reelegeram um trabalho profícuo nos próximos quatro anos; aos demais, que prossigam em seu trabalho, onde estiverem, como militantes; e aos que foram para a Câmara Federal, um grande espaço para continuar um trabalho em prol da melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Feliz Natal a todos. Continuaremos na luta pela melhoria da vida dos mineiros e dos brasileiros.

A Deputada Elisa Costa* - Obrigada, Deputado Edson Rezende.

Encerrando nossa participação no debate do Orçamento de 2007, fazemos um agradecimento aos Deputados e servidores desta Casa. Foram dois anos de aprendizado, companheirismo e solidariedade. Deixo à Deputada Maria Olívia o nosso abraço. Tivemos pouco tempo de convivência, mas sua presença feminina e amiga referencia sua história.

Deixo uma palavra final, em nome da nossa Bancada e do Bloco PT-PCdoB, aos meus queridos companheiros Deputados Rogério Correia, Ricardo Duarte, Adelmo Carneiro Leão, Laudelino Augusto, Edson Rezende, Maria Tereza Lara, Biel Rocha, Jésus Lima e Carlos Gomes, companheiros que não conhecemos neste Parlamento, pois, há 30 anos, somos amigos de luta pela construção da democracia, do Partido dos Trabalhadores. Nós nos conhecemos no final da ditadura militar, lutando pela redemocratização deste país, nos movimentos sociais, no início da construção do nosso partido. São companheiros que têm uma história e uma trajetória que não começaram nesta Assembléia nem nela se encerrarão.

Quando aqui cheguei, fui acolhida de maneira fraterna por todos os companheiros da Bancada e me senti em casa. Alguns companheiros continuarão conosco em 2007 e atuarão em outras frentes de lutas, seja no movimento social, seja nos movimentos de democracia, de cidadania e de participação popular. Quero dizer a cada um deles que implemente as políticas do governo do Presidente Lula. Que todos continuemos integrando essa grande frente, esse projeto nacional que quer, cada vez mais, transformar o Brasil, mudá-lo, garantir dignidade aos mais pobres, distribuir renda e levá-la para os mais necessitados, a fim de que haja mais igualdade social. Nós nos encontraremos nessa luta desde o início.

Vamos continuar em outra instância, porque a justiça social faz parte da nossa história. Enquanto houver alguém sofrendo, enquanto houver alguém que sofra com a pobreza, com a marginalidade e com o preconceito, estaremos lutando, especialmente nossos companheiros de bloco, que dedicaram suas vidas a essa causa.

Quero terminar minha fala deixando meu abraço, minha solidariedade e meu carinho a todos, pois vamos nos encontrar em outros momentos da nossa história. Muito obrigado pela oportunidade de ter partilhado com vocês essas experiências da ética, do compromisso social, do compromisso especial com o ser humano. Lutamos pela dignidade, pela igualdade social e pela fraternidade.

Companheiros e companheira Maria Tereza, a luta continua. Vamos nos encontrar, porque precisaremos do apoio de todos vocês, para que nossa atuação aqui seja melhor, para que os movimentos sociais garantam os direitos da nossa sociedade e para que tenhamos democracia, participação e cidadania. Desejo um feliz Natal a todos e um Ano-Novo de maiores expectativas, que brotam de nossos corações. O povo espera de nós muito mais dedicação, muito mais desprendimento, muito mais compromisso com as causas e com nossas comunidades. O ano de 2007 vai ser muito melhor, pois o povo espera de nós mais responsabilidade.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Weliton Prado, para discutir.

O Deputado Weliton Prado - Boa-tarde a todos. Concordo plenamente com a Deputada Maria Tereza Lara em relação ao Orçamento. Temos de ter um Orçamento impositivo, não autorizativo. Se observarmos a previsão orçamentária de 2003 a 2007, vamos ver o aumento astronômico que teve o Orçamento do Estado de Minas Gerais. Ele subiu como um foguete. Em 2003, a previsão foi de R\$ 17.000.000.000,00. Para o ano que vem, a previsão é de R\$30.000.000.000,00. Aumentou muito, mas infelizmente não fez aumentar na mesma proporção os investimentos na área social, a valorização do servidor, a recomposição da perda salarial. Isso realmente não aconteceu. Só para termos uma idéia, o Dr. Anastasia disse que o Orçamento do Estado não foi contingenciado. Isso não é realidade. Podemos comprovar isso. Esses dados são oficiais. Pesquisamos, no dia 30 de setembro, e chegamos à conclusão de que diversos programas sociais, que deveriam ser prioridade, programas estruturadores, apresentaram gastos ínfimos ou não tiveram nenhum investimento. Vou dar um exemplo: recuperação e revitalização dos Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A previsão era de R\$15.000.000,00, mas não recebeu nenhuma aplicação. Estudo e implementação de água potável e saneamento. A previsão era de mais de R\$8.000.000,00. Não foi gasto nem um centavo.

Atividade de extensão rural aos irrigantes: previsão de R\$300.000,00, nem um centavo foi gasto. Capacitação de jovens rurais: previsão de R\$200.000,00, nada foi aplicado. Mutirão pela segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais - Pró-SAN: R\$3.500.000,00, nada foi gasto, nem um centavo. Pró-Horta, horta pela vida: a previsão era de R\$1.500.000,00, nada foi gasto. Apoio à infra-estrutura para jovens pesquisadores: a previsão era de R\$2.420.000,00, nada foi gasto. Qualificação de professores de educação física da rede pública: a previsão era de R\$225.000,00, nada foi gasto. E valorização do servidor para aumentar a eficiência, pois é fundamental a capacitação do servidor: previsão de R\$340.000,00, nada foi gasto.

Lembro que esses dados são os oficiais do governo, estão no Siafi. Aliás, ficaria aqui durante toda a tarde apresentando dados oficiais. Outro exemplo: os programas essenciais, como o Agente Jovem, a Polícia Comunitária e a Qualificação para o Primeiro Emprego, tiveram execução orçamentária inferior a 3%, até agora. O programa de extensão universitária, por exemplo, só gastou R\$504,00 dos R\$500.000,00 previstos no Orçamento do Estado.

Aliás, na campanha anterior, o Governador Aécio Neves prometeu descentralizar a Uemg, com "campi" avançados em todas as regiões do Estado. Em Montes Claros, já há a Unimontes, mas haveria outro "campus"; no Sul de Minas, a Uemg, a universidade estadual gratuita; no Triângulo Mineiro, ela também seria gratuita; e também na Zona da Mata e na região metropolitana. Infelizmente, isso não ocorreu, e os poucos recursos colocados no Orçamento não são aplicados. Daí a importância de termos um Orçamento que não seja autorizativo, mas que aplique aquilo que foi aprovado. A Uemg, por exemplo, possui uma emenda à Constituição aprovada, que prevê a aplicação em seu favor de 2% de tudo o que é arrecadado no Estado. Também 1% deve ser destinado à Fapemig, para pesquisa e extensão. Infelizmente, isso não acontece.

A saúde já foi lembrada aqui por diversos Deputados, como a Deputada Elisa Costa. Essa é uma luta antiga, principalmente dos Deputados da área da saúde, como os Deputados Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão e Ricardo Duarte. Eles querem a aplicação da Emenda nº 29, a aplicação na saúde dos 12% de tudo o que é arrecadado. Infelizmente, terminamos este governo com um déficit, na área da saúde, em torno de R\$4.000.000.000,00. É muito dinheiro, e ele daria para melhorar muito a saúde no Estado.

Se observarmos também em outras áreas, houve promessas. O ensino profissionalizante para capacitação dos nossos jovens e a possibilidade de os jovens terem acesso ao primeiro emprego, infelizmente, não saíram do papel. O ex-Governador Eduardo Azeredo acabou com o ensino profissionalizante, tanto Itamar quanto Aécio prometeram que voltariam com ele, e, até hoje, nada. Se compararmos o tanto que aumentou de 2003 até hoje, o Orçamento era de R\$17.000.000.000,00 e passou para mais de R\$30.000.000.000,00.

Vejam o percentual do aumento da conta de energia elétrica da Cemig. Ela aumentou de forma escandalosa. O valor da água da Copasa... Costumo dizer que a água está a preço de vinho. A carga tributária no Estado de Minas é uma das mais pesadas da Federação. Muitas empresas saem de Minas Gerais e vão para outros Estados, devido à carga tributária. O aumento do IPVA foi desproporcional, se comparado ao salário mínimo. Se observarmos o salário do servidor, veremos que ele deveria ter a mesma progressão, e realmente isso não ocorreu. Hoje a situação dos servidores do Estado é lastimável, e sei que ela não vem de agora, mas de sucessivos governos. Temos que, de alguma forma, recuperar e garantir a valorização dos servidores de todas as áreas.

Desejo dar um exemplo da área de educação, dizendo que há um dado lastimável. Ontem saiu o resultado da Prova Brasil, o desempenho ideal. Foram divulgados os nomes das 33 escolas mais bem avaliadas em todo o Brasil. Ficamos felizes por termos tido quatro escolas bem avaliadas no Estado de Minas Gerais, mas, infelizmente, dessas quatro escolas mais bem avaliadas, nenhuma é estadual. Nenhuma escola é da rede estadual.

Lembre-mo-nos do passado, quando Minas Gerais era reconhecida no Brasil inteiro como o Estado que tinha a educação, o ensino público de melhor qualidade. Infelizmente, agora, de todas as escolas mineiras nenhuma foi bem avaliada pela Prova Brasil. Esse dado é lastimável e está relacionado aos investimentos. Alguns professores recebem menos de um salário mínimo. Além disso, contribuem com o Ipsemg, mas não têm direito ao atendimento à saúde. A situação do servidor do Estado de Minas é muito difícil. Há uma falta de estímulo muito grande.

Por isso, no próximo mandato, teremos de unir forças e aglutinar esforços. Independentemente de ideologia partidária, devemos fazer uma grande junção para que possamos garantir a valorização dos servidores do Estado de Minas Gerais.

Falando em valorização, queria solicitar à próxima Mesa Diretora que faça uma avaliação relativa à situação dos servidores desta Casa. Somos testemunhas da capacidade e do profissionalismo dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Talvez um novo concurso tenha de ser realizado. É muito importante termos mais técnicos para prestar bons serviços para as Comissões desta Casa, que funcionam muito bem graças a eles, que são muito capacitados. O concurso deve ser para todas as áreas da Assembléia. É necessária a valorização dos servidores desta Casa.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Weliton Prado, quero parabenizá-lo pela análise que faz da peça orçamentária. Ao mesmo tempo, parabeno também a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa, que fez o trabalho, que é sempre pesado, de análise detalhada dos números e procurou, por meio das emendas dos parlamentares e da própria Comissão, aperfeiçoar a peça orçamentária. Quero enaltecer o trabalho da Assembléia relativamente a essa questão da análise do Orçamento enviado pelo Governador Aécio Neves para esta Casa Legislativa.

Acho difícil que se consiga, neste caso, fazer uma modificação - com o que concordo com V. Exa. - mais profunda da peça orçamentária, ou seja, da sua concepção mais estratégica. Esse tem sido o problema dos orçamentos vindos para esta Casa e oriundos do governo Aécio Neves.

O Orçamento vem baseado em duas estratégias que o governo colocou como sendo o aspecto principal de suas ações, o motivo da sua existência: o choque de gestão e o déficit zero. O Orçamento vem sob esta égide: deve haver choque de gestão e déficit zero, mas choque de gestão de segunda geração, Deputado Weliton Prado. Não se trata de qualquer choque de gestão. Provavelmente, haverá a terceira geração. O servidor fica preocupado para não morrer de indigestão ou eletrocutado, mas o choque de gestão hoje vem recheado de segunda geração. Não sabemos ainda os efeitos desses choques, mas temos certeza de que serão graves, e V. Exa. já tem apresentado alguns desses efeitos.

Há ainda o déficit zero. Existem os problemas do choque de gestão e do déficit zero. Aliás o déficit zero, é bom dizer, não passa de um "marketing". Havia uma dívida renegociada na época do governo Azeredo, que estava em torno de R\$18.000.000.000,00, R\$20.000.000.000,00. Essa dívida foi muito mal negociada, como o Deputado Antônio Júlio disse hoje durante um programa que gravamos para a TV Assembléia. Essa dívida terminou, no governo Itamar Franco, em R\$34.700.000.000,00, mesmo sendo paga em dia, já que o dinheiro era confiscado pelo governo Fernando Henrique na boca do caixa, na época da moratória.

O Governador Aécio continuou a pagá-la. Essa dívida fechará o ano em R\$45.700.000.000,00 e, no final do governo Aécio Neves, deverá chegar a quase R\$50.000.000.000,00. Ela mostra que não existe déficit zero, a não ser como propaganda orçamentária. O Orçamento enviado tem uma receita, e sua despesa é igual.

Deputado Weliton Prado, em qualquer Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, do interior do Estado ou de qualquer parte do nosso País - é assim em Barbacena, em Belo Horizonte, em Mutum, em Divinópolis, em Juiz de Fora ou em qualquer cidade mineira -, o Prefeito é obrigado a mandar o déficit orçamentário zerado.

No déficit orçamentário, não existe déficit zero; há dívida, e a dívida é maior, sem falar em dívida precatória.

Em relação ao choque de gestão, o que é isso? Corte em gastos públicos. O Orçamento vai detectar isso, como V. Exa. diz, sem capacidade de reajuste para os servidores. Menor investimento nas áreas sociais. Por isso, uma professora continuará ganhando menos do que o salário mínimo. E a área de saúde terminará com um déficit de, aproximadamente, 5% ao ano, como já disse a Deputada Elisa Costa, que se refere ao que não é investido e seria obrigatório pela Emenda à Constituição nº 29, provocando um déficit de bilhões na saúde pública mineira, durante esse período.

Então, há uma concepção privatista, neoliberal, monetarista do Orçamento, que não é visto como uma peça de discussão social de implementação de políticas sociais. Essa é nossa principal crítica em relação ao Orçamento.

Finalizo meu aparte citando alguns dados que nossa assessoria retirou do Siaf, fornecidos pelo próprio governo. Na segurança pública, por exemplo, em 2002, o investimento que foi aproximadamente de R\$3.682.000.000,00 baixou para R\$3.439.000.000,00. Em 2005, chegou apenas a R\$3.335.000.000,00. Na área de saúde, passou de R\$2.254.000.000,00 para R\$2.303.000.000,00. E a projeção para 2006 é de R\$1.916.000.000,00, também em queda. Para a educação, de R\$5.228.000.000,00 passou para R\$3.223.000.000,00. E a projeção, de R\$3.304.000.000,00, também aponta queda. Então, nas três áreas principais, segurança pública, saúde e educação, há uma queda de investimento nominal. Percentualmente, a queda é menor ainda, exatamente porque tivemos um aumento de ICMS, em razão do crescimento econômico, que ainda é pequeno, mas que o País teve e que o Estado teve. Essa é nossa crítica ao Orçamento. Apesar disso, é claro que não deixaremos o Estado sem Orçamento, não cometeremos a irresponsabilidade cometida no Congresso Nacional, na Câmara Federal, que deixou para que o Orçamento só fosse executado em maio e junho deste ano, para tentar derrotar o Presidente Lula nas eleições, o que não deu certo. Acho que não devemos usar a tática irresponsável que usaram na Câmara Federal, devemos aprovar o Orçamento. Mas queria fazer essas ressalvas e dizer que nossas emendas foram para mostrar que o Orçamento não pode ser choque de gestão e déficit zero. Isso é um orçamento apenas monetarista, que não leva em conta as questões sociais do Estado.

Muito obrigado, Deputado. Parabéns por sua abordagem.

O Deputado Weliton Prado - Parabeno do Deputado Rogério Correia. É muito importante que, no ano que vem, continuemos essa fiscalização em relação ao cumprimento do Orçamento do Estado, para que não se repita o que ocorreu nos anos anteriores.

Para exemplificar brevemente, a previsão de recursos para o Agente Jovem era em torno de R\$100.000,00, mas foram aplicados apenas 2,9%; no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, aplicaram-se apenas 9%; na Qualificação Profissional para o Primeiro Emprego, 1,88%; as escolas em rede do ensino médio, que seriam uma realidade até o final deste governo, tiveram uma aplicação apenas de 3%; a extensão universitária, 0,10%; o desenvolvimento da educação de jovens e adultos no Ensino Fundamental, apenas 15%; o apoio a ações de proteção e

defesa do consumidor, apenas 9%; a construção e a melhoria de unidades habitacionais, o Programa Lares Geraes, apenas 1,46%; o Programa Fica Vivo, que é o controle de homicídios, apenas 21%; e a Polícia Comunitária em Minas Gerais, apenas 2%. Então, é muito importante que se fiscalize e que haja cumprimento do Orçamento por parte do governo do Estado.

Sr. Presidente, do fundo do meu coração, parabeno os Deputados do Bloco PT-PCdoB por sua atuação, assim como parabeno todos os Deputados desta Casa.

Gostaria de dizer que ficamos muito chateados, porque, infelizmente, a conjuntura não foi das mais positivas no contexto geral da nossa bancada. Mas queremos fazer o reconhecimento do brilhante trabalho desenvolvido pelos parlamentares desta Casa, pelo nosso Líder, Deputado Ricardo Duarte, que teve uma atuação brilhante na Comissão de Saúde. Os Deputados que aqui ficam terão de continuar a fazer campanhas educativas no Dia Internacional de Combate à AIDS. Temos de dar prosseguimento a essa luta do Deputado.

O Deputado Biel Rocha deixou sua marca em todo Estado de Minas Gerais. Todas as cidades que visitamos falam do Biel na área de esportes, da cultura. Os skatistas sempre falam com muito orgulho do Deputado Biel Rocha. A Deputada Maria Tereza Lara é de uma ética inabalável com sua luta na área social. O Deputado Rogério Correia é nosso grande Líder nesta Casa, nosso grande companheiro, a quem muito admiro. Aprendi muito com o Deputado e teremos muita dificuldade para fazer uma oposição de forma qualificada. O Deputado Edson Rezende também foi o nosso companheiro de todas as horas. Foram seis anos nesta Casa lutando contra o aumento das tarifas públicas, contra o aumento da energia elétrica. O Deputado Adelmo Carneiro Leão lutou muito na área da saúde. Foi um grande companheiro. O Deputado Carlos Gomes sempre batalhando para diminuir a carga tributária no Estado.

E de forma muito especial, não desfazendo dos outros Deputados, quero cumprimentar e desejar um futuro brilhante ao Deputado Laudelino Augusto. É impressionante o sentimento, a importância que o Deputado dá ao ser humano. Não tenho palavras para falar do brilhantismo da sua atuação como parlamentar, do seu compromisso com a ética, com a moral, com os princípios, com o próximo. Sua participação como Presidente da Comissão de Meio Ambiente deixará marcas nesta Casa.

Parabeno todos os Deputados de todos os partidos, o Deputado Doutor Ronaldo, a Deputada Maria Olívia, recordista de mandatos nesta Casa, a Deputada Lúcia Pacífico, que fez um brilhante trabalho na área do consumidor. Parabéns a todos. Cumprimento também todos os servidores, as colegas da taquigrafia, sempre que passo por lá, os companheiros da segurança, os cinegrafistas. É muito importante termos esse espírito de resgatar o valor do Parlamento independentemente da coloração partidária, de ajudar aqueles que precisam para que, em conjunto, possamos fazer as mudanças de que o nosso Estado tanto precisa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Ricardo Duarte, solicitando a votação destacada das Emendas nºs 849, 861 e 874. A Presidência defere o requerimento em conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 30, 31, 32 a 34, 36, 37, 45, 46, 47, 57, 60 a 65, 75 a 77, 80 a 83, 86, 87, 89, 90 a 94, 96, 97 a 100, 101 a 105, 107 a 109, 110, 111, 138, 145, 149 a 153, 156, 157, 158 a 160, 161 a 164, 179 a 182, 183 a 185, 186, 187, 188 a 190, 191 a 193, 195, 196, 197 a 199, 200 a 203, 205 a 219, 221, 222 a 225, 227, 229 a 231, 232 a 237, 258 a 263, 264, 282, 300, 302 a 305, 306 a 309, 310 a 313, 314 a 320, 321 a 323, 324, 325 a 330, 339, 340, 341 a 353, 355 a 366, 368, 369 a 371, 372 a 374, 375 a 397, 398 a 400, 401, 402, 403 a 406, 408 a 418, 420, 421, 422 a 426, 427, 428, 429 a 432, 433 a 436, 437, 438 a 441, 449, 450, 451 a 459, 460 a 462, 472 a 499, 503 a 510, 511 a 516, 517 a 519, 521, 522 a 525, 707 a 709, 725, 726, 728 a 730, 731 a 733, 734, 735, 737, 738, 740, 742, 759 a 765, 766 a 768, 769, 770, 790 a 794, 831 a 836, 837, 838, 841 a 845, 878 a 880, 881 a 883, 886, 887, 891, 894, 895, 898, 900, 901, 903 e 904; 906 a 993 e as Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 28, 106, 114, 115, 147, 194, 228, 266, 354, 367, 419, 520, 839, 840, 884, 885, 888, 889, 890, 892, 893, 899 e 902. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação da Emenda nº 30, fica prejudicada a Emenda nº 872. Com a aprovação das respectivas subemendas, ficam prejudicadas as Emendas nºs 28, 106, 114, 115, 147, 194, 228, 266, 354, 367, 419, 520, 839, 840, 884, 885, 888 a 890, 892, 893, 899 e 902. Em votação, as Emendas nºs 1 a 27, 29, 35, 38 a 44, 48 a 54, 58, 59, 66 a 74, 78, 79, 84, 85, 95, 112, 113, 116 a 137, 139 a 144, 146, 148, 154, 155, 165 a 178, 204, 220, 226, 238 a 257, 265, 267 a 281, 283 a 299, 301, 331 a 338, 407, 442 a 448, 463 a 471, 500 a 502, 526 a 706, 710 a 724, 727, 736, 739, 741, 743 a 758, 771 a 789, 795 a 830, 846 a 848, 850 a 860, 862 a 871, 873, 875 a 877, 896, 897 e 905. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Votação da Emenda nº 849. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ricardo Duarte.

O Deputado Ricardo Duarte* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, durante os últimos quatro anos, apresentamos destaque ao Orçamento do Estado em defesa da Universidade do Estado de Minas Gerais. Este é um deles, e é a quarta vez consecutiva que o apresentamos.

Esta Assembléia Legislativa criou a Universidade do Estado e, em 1992, aprovou um projeto que vinculava recursos no Orçamento. Nesta legislatura, discutimos, por meio de uma Comissão Especial, alternativas para a Uemg, mas não conseguimos sensibilizar o Governador em relação à importância de uma universidade pública e gratuita para o Estado.

São impressionantes os números que norteiam o Orçamento do Estado no que diz respeito ao Ensino Superior. Enquanto outros Estados, como o Paraná, que investe R\$700.000.000,00 por ano nas universidades estaduais; São Paulo, R\$4.500.000.000,00; o Rio de Janeiro, R\$500.000.000,00; a Bahia, R\$60.000.000,00; Minas Gerais, nos últimos quatro anos, investiu uma média de R\$17.000.000,00 para a Uemg. Esse recurso não atende às necessidades do Ensino Superior em Minas.

A Unimontes, apesar de ser aquinhoada com recursos maiores, ainda enfrenta dificuldades em sua sobrevivência, e o seu Orçamento é, no mínimo, três vezes maior do que o da Uemg.

Desejamos sensibilizar os nossos companheiros, para que votem favoravelmente à Emenda nº 849, que aumenta os recursos da Uemg em mais R\$9.000.000,00 em 2007. Isso ainda é muito pouco para as necessidades dessa Universidade.

Neste ano, aprovamos recursos orçamentários para a Uemg de R\$6.000.000,00 em forma de bolsas de estudo, mas apenas R\$1.500.000,00 foram repassados às fundações. Os R\$4.500.000,00 ainda não foram repassados. Solicito ao Líder do Governo - que tem compromisso conosco, desde o primeiro ano em que estamos aqui, de defender a Uemg - que minimamente sensibilize o Governador, para que ele se empenhe em repassar esses R\$4.500.000,00 para serem utilizados no ano que vem. Se aprovada essa emenda, melhorariamos muito as condições da Uemg, que foi criada para ser "multicampi" e para atender às diversas regiões do Estado e promover o desenvolvimento científico e tecnológico, e desse Governador não teve o menor apoio. Ele não foi minimamente sensível para atender às necessidades do Ensino Superior em Minas Gerais.

Portanto, gostaria de sensibilizar meus pares para votar favoravelmente a essa emenda que transfere R\$9.000.000,00 das comunicações do governo para a Uemg.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 849. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Ricardo Duarte - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 15 Deputados. Votaram "não" 32 Deputados, totalizando 47 votos. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 849. Votação da Emenda nº 861. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, peço ao relator para que venha ao microfone justificar por que rejeitou essa emenda, que prevê construção e instalação de unidades prisionais pelo método Apac.

Por incrível que pareça, repetimos o mesmo valor que o governo gastou em 2006: R\$5.000.000,00. Sei que vários Deputados tiveram cidades de sua região beneficiadas com a liberação de recursos para a construção de Apacs. Sei também que muitos parlamentares que participaram da CPI do Sistema Carcerário ou que são membros das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública desta Casa conhecem muito bem o método Apac.

Como bem nos lembra o Deputado Edson Rezende, no Seminário de Segurança Pública, em que, aliás, muitos parlamentares se envolveram, o método foi destacado para ser adotado no Estado. Portanto, não entendo esse recuo, essa rejeição da emenda. O assunto havia sido discutido com órgãos do governo estadual que também vêm, insistentemente, defendendo o método Apac.

A questão prisional é um problema muito sério na sociedade. Nenhum dos senhores e das senhoras parlamentares pode dizer que não convive com esse problema em cidades de sua região.

Estamos vendo que o método Apac é destacado e apoiado por vários órgãos públicos estaduais. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, há cinco anos, lançou o projeto Novos Rumos na Execução Penal, em que fica clara a opção pelo método Apac. Aliás, foram designados dois Desembargadores para acompanharem a implementação do método Apac em Minas Gerais. Reitero que, em muitas cidades onde os Srs. Deputados são votados, tivemos a presença desses Desembargadores defendendo o método Apac.

O Ministério Público, talvez de forma mais tímida, tem apoiado o método Apac. Sem contar que, hoje, praticamente todos os setores da sociedade civil mineira vêm insistentemente falando em favor da Apac.

Enquanto no sistema normal, o chamado regular, o da indústria do preso, temos uma reincidência de 80%, altíssima, em que as pessoas internadas numa unidade prisional acabam saindo pior do que entraram, a ponto de um grande jurista ter dito certa vez que a cadeia é a escola do crime e que a penitenciária seria a pós-graduação, vemos, na Apac, um índice de recuperação superior a 90%, chegando em algumas unidades a 95%, onde temos de 5% a 7% de reincidência. Trata-se de um método que humaniza, permite realmente que a pessoa possa ser reintegrada à sociedade.

Hoje estamos tendo um problema sério em Minas Gerais. Esta Casa tem dado demonstrações claras em favor do método Apac. Recentemente esta Casa aprovou uma mudança na Lei de Execução Penal Estadual em que estabelece uma seção nova com o título "Entidades sem Fins Lucrativos", quando expõe a possibilidade de o Estado conveniar com as Apacs para serem implementadas.

O relator tem de convir que a emenda que fizemos não elimina nenhuma dotação. Trata-se de uma emenda prudente. A reivindicação que recebemos das entidades envolvidas no método Apac era de R\$20.000.000,00, e entendemos que R\$20.000.000,00 poderia complicar a dotação específica.

Faço um apelo aos Deputados para que votemos a favor dessa emenda. De onde estamos tirando o recurso não está sendo gerado nenhum tipo de problema. Faço esse apelo ao Líder do Governo, a fim de que verifique e encaminhe que fizemos questão de fazer uma emenda prudente, na expectativa de que, ao abrir essa janela, o governo possa aumentar esse recurso, pois, efetivamente, já liberou R\$5.000.000,00. Entendemos que o correto seria liberar R\$20.000.000,00.

Hoje temos 35 Apacs funcionando em Minas Gerais. Até o final do ano que vem, serão 49. Existem hoje cerca de 100 cidades discutindo sobre a Apac.

Não preciso insistir que o preso do método Apac é quase 1/3 do custo daquele do método tradicional, e com resultados infinitamente maiores para o benefício da sociedade.

Faço esse apelo, Sr. Presidente, para que não zeremos a dotação inicial, para que não comprometamos a fonte de onde estamos retirando esses R\$5.000.000,00. Um apelo para que essa emenda seja aprovada com louvor e que seja, mais uma vez, a demonstração desta Casa em apoio ao método Apac, dizendo ao governo que, no Orçamento passado, eles não se esqueceram da Apac, mas que neste ano se esqueceram dela.

O Governador tem-se manifestado. Temos tido problemas sérios com alguns setores do governo que estão com mentalidade antiga. Por exemplo, hoje, na Apac de Itaúna, a chamada Apac Mãe, dois meses de convênio não foram pagos. Há um grande problema também na Apac de Santa Luzia porque não está havendo entendimento com o setor do governo. Na Apac de Nova Lima, a dívida se acumula porque o governo unilateralmente reduziu à metade os valores pagos. Dizem que é para um funcionário de nome Agnus, que é Superintendente. Mas não deve ser "agnus dei" não, porque, se fosse "agnus dei", com toda a certeza ele veria que o discurso do governo é de apoio à Apac. Estaria sintonizado que a questão da Apac é a solução. Por isso peço o apoio de todos.

Não estou zerando a dotação nem comprometendo a fonte de origem, mas simplesmente lembrando ao governo que, no Orçamento passado, não se esqueceu da Apac, mas nesse se esqueceu.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, bem como para a reunião solene também de hoje, logo após a apreciação do Projeto de Lei nº 3.645/2006, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA REUNIÃO SOLENE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 20/12/2006

Presidência do Deputado Rêmolo Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Declaração de encerramento - Suspensão e reabertura da reunião - Ata - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bilac Pinto - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elbe Brandão - Elisa Costa - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Às 16h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao encerramento da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

Declaração de Encerramento

O Sr. Presidente - Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, declaro encerrada a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos por 30 segundos para que seja ultimada a redação da ata desta reunião. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião.

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata desta reunião, que é aprovada sem restrições.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião. Levanta-se a reunião.

RELATÓRIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA – 2006

A Mesa da Assembléia Legislativa, no exercício da competência que lhe confere o inciso III do art. 79 do Regimento Interno, apresenta o Relatório das Atividades desta Casa na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

1 – APRESENTAÇÃO

Ao término da 15ª Legislatura, a Assembléia Legislativa apresenta seu relatório de atividades com um saldo muito positivo dos trabalhos realizados, tendo em vista que cumpriu as metas fixadas para o período, sob as diretrizes da austeridade, da transparência, da participação e da ética, que foram o alicerce da gestão que se encerra.

Nesses quatro anos, a Assembléia desenvolveu e consolidou uma série de ações com o objetivo de promover uma rigorosa redução de gastos, otimizando a utilização de seus recursos orçamentários e financeiros, sem perder de vista o compromisso com a eficiência e a qualidade dos trabalhos prestados à sociedade.

Atenta às inovações tecnológicas e à nova realidade social que se configurou nos primeiros anos deste milênio, a Casa procurou modernizar e racionalizar os serviços administrativos, nos mais diversos âmbitos de sua atuação.

As licitações na modalidade pregão eletrônico se consolidaram, passando a ser o principal meio de aquisição de bens e de contratação de serviços, possibilitando grande economia de recursos e assegurando mais agilidade e transparência nos certames, que podem ser acompanhados pela internet. Além disso, a Assembléia regulamentou o processo de compra por meio de adesão à ata de registro de preços de órgão da administração pública estadual ou federal, procedimento que também significa agilidade, economia e segurança, uma vez possibilita a utilização de licitações realizadas por outros órgãos da administração pública.

O uso do *software* livre e gratuito OpenOffice nos computadores da Casa foi ampliado, de acordo com cronograma de implantação cuidadosamente elaborado, proporcionando grande economia de recursos na área de informática, tendo em vista o elevado custo do licenciamento e da atualização dos programas proprietários.

Com a finalidade de incrementar seus canais de comunicação com o público, a Assembléia Legislativa também alterou o *layout* de sua página na internet. Entre as principais modificações estão a navegação mais simples e o oferecimento de novos serviços, como o boletim eletrônico e a Rádio Assembléia. Em 2006, foi providenciada a atualização da página, que recebe um volume médio superior a novecentos mil acessos externos mensais e que, em outubro deste ano, em função da cobertura da apuração das eleições em Minas Gerais, foi acessada mais de dois milhões de vezes.

Outras inovações na área dos serviços administrativos são a utilização da certificação digital para o envio do Diário do Legislativo à Imprensa Oficial, o desenvolvimento do sistema de gravação digital de áudio das reuniões do Plenário e das Comissões e a implantação do sistema de automação da Biblioteca, iniciativas que possibilitam maior segurança no trânsito das informações e maior agilidade e eficiência dos serviços prestados pelos órgãos envolvidos, resultando também em melhor atendimento ao público.

O Programa de Avaliação Setorial, iniciado em 2005, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento contínuo dos processos organizacionais e oferecer subsídios para o planejamento das atividades da Assembléia, foi totalmente implementado neste ano, numa ação que representa novo enfoque à medição do desempenho institucional e se inscreve no projeto maior de proporcionar a prestação de serviços públicos com mais qualidade e eficiência.

No que diz respeito ao custeio de suas atividades, o rigor na aplicação dos recursos orçamentários também possibilitou significativa redução de gastos nos diversos setores da Casa. Entre as várias medidas adotadas, destacam-se a realização, pioneira no Estado de Minas, de licitação para contratação de empresa prestadora de serviços de telefonia; a racionalização no uso dos telefones e no consumo de energia elétrica e de água; a reciclagem dos cartuchos de impressoras; a terceirização para remanufaturamento de cartuchos de tonalizador para impressoras *laser* Xerox Docuprint P8ex., que tem gerado economia de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) por ano; a renegociação dos contratos com empresas terceirizadas, possibilitando renovações sem a aplicação dos reajustes previstos, e até mesmo a alteração de contratos, como a que foi feita neste ano com a Cemig, resultando na economia anual de aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no custo da energia elétrica.

Na área de pessoal, a Administração também se orientou pelo compromisso de aplicar responsabilmente os recursos públicos, em consonância com os princípios constitucionais e, em especial, com os ditames da Emenda à Constituição Federal nº 41, que instituiu o teto salarial para os servidores públicos. Releve-se que as despesas com pessoal na Assembléia já estão bem abaixo do limite fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme se pode verificar em sua página na internet e também no Relatório de Gestão Fiscal, publicado no "Diário do Legislativo".

Muitas ações que demonstram a preocupação deste Parlamento com a transparência da gestão administrativa foram implementadas ao longo desse quadriênio, como a divulgação da prestação de contas da Assembléia em sua página eletrônica, onde podem ser consultados os relatórios da gestão fiscal, da execução orçamentária e dos gastos com a remuneração e o custeio da atividade parlamentar, e a implantação do Sifaf-Assembléia, que se consagrou como importante sistema por meio do qual o Tribunal de Contas pode acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária deste Poder.

Além disso, a criação da Comissão de Participação Popular, com as funções de receber propostas de iniciativa da população e realizar consulta pública de interesse relevante, contribuiu para o aprimoramento das relações entre o Legislativo e a sociedade, pelo debate de questões relativas às políticas públicas, seu acompanhamento e fiscalização, e pela formulação de propostas voltadas para uma distribuição mais justa dos recursos orçamentários do Estado. Destaca-se também, no período, a instalação da Ouvidoria Parlamentar e da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, que evidenciam o compromisso da Casa com a manutenção da disciplina e do decoro, necessários à regularidade de seus trabalhos.

Com o propósito de agilizar os procedimentos e a criação das normas legais e constitucionais que incumbem a este Parlamento, reduziu-se significativamente o período do recesso parlamentar, por meio de alteração na Constituição do Estado, numa demonstração de que esta Casa está atenta aos anseios da sociedade. Essa medida permitirá uma atuação mais intensa dos parlamentares em várias frentes de trabalho e favorecerá sua permanente vigilância na defesa dos interesses do Estado e do País.

Foram muitos os eventos institucionais realizados no período, possibilitando à sociedade participação mais ampla no processo de discussão de temas de interesse geral, os quais têm reflexos diretos na vida do cidadão mineiro. Organizados em forma de seminários, fóruns técnicos, ciclos de debates e conferências, e sempre em parceria com órgãos e entidades do setor público e com movimentos organizados da sociedade civil, muitos deles foram realizados no interior do Estado. Nesses eventos foram discutidas questões relacionadas ao meio ambiente, à educação, à cultura, à história de Minas e do Brasil; ao desenvolvimento econômico e social; aos direitos humanos; às mulheres, às crianças, ao idoso e às pessoas com deficiência; à assistência social e à previdência; à democracia e à cidadania; à segurança; à saúde; ao planejamento urbano; à promoção da igualdade racial, entre muitos outros temas. O padrão de qualidade e o resultado alcançado em cada atividade, além de possibilitar o aprimoramento do processo de produção legislativa, têm propiciado a adoção de iniciativas importantes relativas aos temas em questão, contribuindo para assegurar melhores condições de vida à população do Estado.

A preocupação com a representação política, a participação da sociedade e a interiorização das ações legislativas, que modelam o perfil desta Casa e têm orientado seus trabalhos, culminaram com a criação do Centro de Apoio às Câmaras Municipais (Ceac), um espaço voltado inteiramente para o relacionamento institucional entre a Assembléia e as câmaras municipais de todo o Estado. O Centro oferece a vereadores e assessores o atendimento de demandas e o intercâmbio de informações e experiências, numa integração que subsidiará as ações da Assembléia no interior de Minas. Para isso, o Centro conta com instalações próprias, onde realiza atendimentos presenciais, e também com sua página eletrônica, hospedada no *site* da Assembléia, que oferece um variado conteúdo, como o banco de jurisprudência, que reúne decisões de interesse das câmaras; a seção "Inovações Democráticas", que divulga iniciativas exemplares adotadas pelas câmaras, visando à multiplicação das experiências positivas; além de outros conteúdos de interesse do legislativo municipal.

No rememoração das atividades desse período, é importante registrar a comemoração dos 170 anos da Assembléia de Minas, completados em 31 de janeiro de 2005, marcada pela realização de eventos relacionados à atividade legislativa e que se pautaram pelo propósito de evidenciar a importância do Parlamento nos diversos contextos históricos e de afirmar o valor da representação popular para a efetivação da democracia.

Com relação à produção legislativa, o balanço das votações demonstra que esta Casa cumpriu seu papel legislador, criando leis importantes para a população mineira. Muitas foram as proposições aprovadas nesse período, depois de amplamente discutidas e aprimoradas pelos deputados, com base na realidade econômica, social, política e cultural do Estado, contribuindo para seu desenvolvimento e para melhorar as condições de vida dos que aqui vivem.

Foram realizadas, em 2006, no Plenário desta Casa 116 reuniões ordinárias, 68 reuniões extraordinárias, 49 reuniões especiais e 2 reuniões solenes. Foram apreciadas pelo Plenário 645 proposições e até o dia 20 de dezembro, data de encerramento dos trabalhos, 154 delas já haviam sido aprovadas e inseridas no ordenamento jurídico do Estado. Das 726 proposições de deliberação conclusiva das comissões, 416 já haviam se transformado em norma jurídica.

Entre as principais proposições aprovadas nesta Casa neste ano, podem-se citar: a que altera a norma que consolida a legislação tributária e, entre outras mudanças, isenta proprietários de veículos em atraso com o IPVA de pagarem taxa no valor de R\$ 127,27 (cento e vinte e sete reais e vinte e sete centavos), a fim de terem direito ao parcelamento da dívida; a que disciplina a criação de cães das raças *pit bull*, *dobermann*, *rottweiler* e outros de porte físico e força semelhantes; a que determina a inclusão do leite na merenda escolar dos estabelecimentos da rede estadual de ensino; a que dispõe sobre a atuação do Estado na prevenção, no tratamento e na redução de danos causados à saúde pelo uso abusivo de álcool e outras drogas; a que assegura autonomia funcional e administrativa à Defensoria Pública do Estado; a que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a projetos desportivos no Estado; a que institui a política estadual de apoio à produção e à utilização do biodiesel e de óleos vegetais; a que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana; a que cria o Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação em Minas Gerais (Fundomic), com o objetivo de viabilizar o acesso de todas as cidades mineiras ao serviço móvel de telefonia e transmissão de dados; a que cria o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento (Findes), com o objetivo de dar suporte financeiro a programas de financiamento destinados ao desenvolvimento e à expansão do parque industrial mineiro e das atividades produtivas e de serviços nele integradas; a que cria o Fundo de Equalização do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de aumentar a competitividade do Estado para atrair e manter empresas que apresentem ou desenvolvam empreendimentos de importância estratégica para a expansão ou modernização das cadeias produtivas ou de suas aglomerações produtivas locais; a que cria o Fundo Estadual de Cultura (FEC); e a que dispõe sobre a instituição e a gestão de região metropolitana e regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

Nas Comissões, os trabalhos não foram menos intensos e produtivos em 2006. Com a participação de mais de 2486 convidados, foram realizadas 831 reuniões, entre especiais, ordinárias e extraordinárias, sendo que nestas se incluem 75 audiências públicas nas diversas regiões do Estado. As Comissões realizaram ainda 22 visitas em vários municípios mineiros e aprovaram 965 requerimentos.

Com o poder que lhe foi conferido pelo povo mineiro, a Casa incrementou e fortaleceu, ao longo desse tempo, suas diversas atividades, sempre guiada pelo propósito de buscar as melhores soluções para o desenvolvimento econômico e social do Estado e para o bem-estar dos mineiros. Com a consciência de que procurou exercer com empenho, probidade e trabalho a missão de representar o povo de Minas, a Assembléia encerra com tranquilidade esta Legislatura, com a esperança de que o Estado continue sua marcha rumo à prosperidade e ao crescimento, com paz, segurança e justiça social.

2 – ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

2.1- ELABORAÇÃO LEGISLATIVA E CONTROLE EXTERNO

2.1.1- PLENÁRIO

Apesar de coincidir, em parte, com o período de campanha eleitoral, a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura foi marcada por intensa atividade no Plenário da Assembléia, com a discussão dos grandes problemas enfrentados pelo Estado e a busca de soluções possíveis para a evolução da sociedade mineira e o progresso de Minas.

Foram realizadas, em 2006, no Plenário desta Casa 116 reuniões ordinárias, 68 reuniões extraordinárias, 49 reuniões especiais e 2 reuniões solenes. Foram apreciadas pelo Plenário 645 proposições e até o dia 20 de dezembro, data de encerramento dos trabalhos, 154 delas já haviam sido aprovadas e inseridas no ordenamento jurídico do Estado. Das 726 proposições de deliberação conclusiva das comissões, 416 já haviam se transformado em norma jurídica.

De autoria parlamentar, foram apreciadas pelo Plenário, no decorrer desta sessão legislativa, inúmeras proposições versando sobre política ambiental; educação; segurança pública, transportes, cultura, ciência e tecnologia, direitos fundamentais, política agropecuária, entre outros temas.

Dentre essas proposições, vale citar as que se seguem:

PEC 67/04, que amplia o período de duração da sessão legislativa ordinária. A emenda reduz o recesso parlamentar de 90 para 55 dias e veda o pagamento em razão de convocação para sessão legislativa extraordinária. A Assembléia passará a se reunir em sessão ordinária de 1º de fevereiro a 18 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro de cada ano. Emenda à Constituição nº 74, de 2006.

PEC 89/05, que assegura à Defensoria Pública autonomia funcional e administrativa, estabelece sua competência para elaborar sua proposta orçamentária e determina o repasse mensal aos órgãos da Defensoria dos duodécimos referentes às dotações orçamentárias. Emenda à Constituição nº 75/06

PLC 65/05, que dispõe sobre a instituição e a gestão da região metropolitana e sobre o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. Lei Complementar nº 88, de 2006.

PLC 66/05, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Lei Complementar nº 89, de 2006.

PLC 67/05, que dispõe sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço. Lei Complementar nº 90, de 2006.

PRE 3.768/06, que delega ao Governador do Estado atribuição para elaborar leis destinadas a alterar a estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo. Resolução nº 5.294, de 2006.

PL 48/03, que cria a área de Proteção Ambiental de Vargem das Flores, situada nos Municípios de Betim e Contagem, e dá outras providências. Lei nº 16.197, de 2006.

PL 161/03, que disciplina a criação de cães e sua condução em via pública. Esse projeto foi amplamente divulgado pela imprensa, pois obriga donos de cães *pitbull*, *rotweiler*, *doberman* e outros de porte e força semelhantes a registrar seus animais; proíbe a adoção e a procriação de cães *pitbull* no Estado, além de dar outras providências. Lei nº 16.301, de 2006

PL 242/03, que determina a inclusão do leite na merenda escolar dos estabelecimentos de ensino da rede estadual e o incentivo ao uso do leite produzido local ou regionalmente. Lei nº 16.297, de 2006.

PL 324/03, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula na rede pública de ensino estadual. Lei nº 16.056, de 2006.

PL 1.152/03, que cria o Questionário de Qualificação de Evento Turístico e o Certificado de Registro de Evento. Lei nº 16.303, de 2006.

PL 1.221/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade de constar na rotulagem dos alimentos produzidos em Minas Gerais a identificação e a quantificação de gordura trans presente em sua composição. Lei nº 16.162, de 2006.

PL 1.330/03, que dispõe sobre o monitoramento e identificação de visitantes a sentenciados e presos provisórios nas unidades prisionais e cadeias públicas do Estado. Lei nº 16.302, de 2006.

PL 1.564/04, que proíbe a venda, para consumo no local, de bebidas alcoólicas nos postos de gasolina localizados nas áreas urbanas do Estado. Lei nº 16.028

PL 1.625/04, que fixa procedimentos a serem adotados na concessão de financiamento com recursos do Fundo de Incentivo à Industrialização. Lei nº 16.191, de 2006.

PL 1.667/04, que institui a Política de Desenvolvimento Estadual e Regional através dos Arranjos Produtivos Locais. Lei nº 16.296, de 2006.

PL 1.807/04, que cria o Cadastro Estadual de Foragidos da Justiça, cujo acesso deverá ser disponibilizado pelo Estado na internet, com o objetivo de auxiliar a atividade de persecução criminal. Lei nº 16.298, de 2006.

PL 1.836/04, que autoriza o Executivo a doar imóveis para construção de casas populares a serem comercializadas, respeitando-se as seguintes prioridades: militares estaduais, pensionistas do IPISM, policial civil, servidor público estadual e habitantes do município em que se localiza o imóvel doado. Lei nº 16.310, de 2006.

PL 1.916/04, que estabelece política pública de prevenção e combate à surdez na infância e em recém-nascido, no âmbito do Estado de Minas Gerais. Lei nº 16.280, de 2006.

PL 1.940/04, que dispõe sobre a gratuidade na emissão de documento de identidade civil àqueles que, em decorrência de haverem se alfabetizado, solicitarem essa documentação ou segunda via. Lei nº 16.305, de 2006.

PL 1.941/04, que obriga cinemas, teatros e *shoppings* do Estado a terem luz de emergência em suas dependências. Lei nº 16.317, de 2006..

PL 1.987/04, que estabelece diretrizes para as ações do Estado na prevenção e na redução de danos causados à saúde pelo uso constante de substâncias causadoras de dependência química. Lei nº 16.276, de 2006.

PL 2.363/05, que regulamenta informações e documentos a serem fornecidos ao consumidor na hipótese de negativa total ou parcial de cobertura por operadora de plano de assistência à saúde. Lei nº 16.316, de 2006.

PL 2.399/05, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a projetos desportivos no Estado. Lei nº 16.318, de 2006.

PL 2.515/05, que torna obrigatória a exibição, nas academias de ginástica, nos centros esportivos e nos estabelecimentos similares, de cartaz com advertência sobre as conseqüências do uso de anabolizantes.. Lei nº 16.16, de 2006.

PL 2.792/05, que altera a Lei 13.449, de 2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Pró-Confins).

PL 2.979/06, que altera a Lei nº 14.364, de 2002, que autoriza o Executivo a contratar empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinado ao Projeto de Combate à Pobreza Rural (determina que os recursos do empréstimo externo sejam aplicados nos municípios da área de abrangência do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene). Lei nº 16.281, de 2006.

PL 3.255/06, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Equalização do Estado e do Fundo Estadual de Cultura. O primeiro receberá R\$ 26 milhões e o segundo, R\$ 10,4 milhões. Lei nº 16.288, de 2006.

PL 3.280/06, que altera a lei que consolida a legislação tributária (altera a designação comercial do tipo de papel contemplado com a possibilidade de redução da carga tributária para até 12%). Esse projeto também isenta os proprietários de veículos em atraso com o IPVA de pagarem uma taxa no valor de R\$127,27, a fim de terem direito ao parcelamento da dívida, e consolida a legislação tributária sobre pequeno e microprodutor rural, entre outras determinações. Lei nº 16.028, de 2006.

Além das proposições dos deputados e do Governador, foram submetidas à apreciação da Assembléia proposições de outros órgãos, com destaque para o PLC nº 87/06, do Tribunal de Justiça, que altera a organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.

O Governador do Estado enviou à Assembléia, no decorrer desta sessão legislativa, 142 proposições, dentre as quais 104 foram submetidas ao exame do Plenário e 38 projetos à deliberação conclusiva das comissões.. As proposições governamentais versaram sobre matérias essenciais para o desenvolvimento do Estado e o bem-estar do povo mineiro.

Dentre os projetos do Governador, destacam-se:

PLC nº 75/05, que dispõe sobre a instituição, gestão e extinção de Fundos Estaduais. Lei Complementar nº 91, de 2006.

PL nº 2.357/05, que autoriza o Executivo a oferecer garantia ou contragarantia à Cemig e às suas subsidiárias integrais. Lei nº 16.078, de 2006.

PL nº 2.706/05, que dispõe sobre a defesa dos dirigentes e servidores das empresas estatais, das sociedades por ações e de responsabilidade limitada. Lei nº 16.142, de 2006.

PL nº 2.739/06, que cria o Fundo de Equalização do Estado de Minas Gerais. Lei nº 15.980, de 2006.

PL nº 2.683/05, que cria o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento- FINDES. Lei nº 15.981, de 2006.

PL nº 2.915/06, que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

PL nº 3.139/06, que altera a Lei 15.910, de 2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro). Lei nº 16.315, de 2006.

PL nº 3.391/06, que cria o Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação em Minas Gerais- FUNDOMIC-, para execução do Programa Minas Comunica. O objetivo da proposição é garantir o acesso de todas as cidades mineiras a serviços de telecomunicações. Lei nº 16.306, de 2006.

PL nº 3.778/06, que autoriza a criação de empresa subsidiária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais- Copasa - para exploração hidromineral.

2.1.2 – COMISSÕES

No ano de 2006, as comissões da Assembléia privilegiaram uma vez mais a participação popular no processo político-legislativo, contribuindo de forma expressiva para a governabilidade do nosso Estado e para a consolidação de novos hábitos democráticos no parlamento mineiro.

Cabe destacar aqui a participação da sociedade na discussão das políticas públicas prioritárias em cada região do Estado, pois essa idéia pioneira da Assembléia de Minas de, juntamente com o Executivo, discutir com os segmentos interessados da população os projetos de orçamento anual e de revisão do PPAG constitui um dos maiores avanços da democracia no Brasil.

Dando continuidade à política de interiorização das suas atividades, num processo de construção coletiva de um formato de Legislativo mais próximo daquele idealizado pela sociedade, a Assembléia, por intermédio de suas comissões, levou ao interior de Minas o debate sobre fatos relevantes da vida do Estado e sobre os problemas específicos de cada região.

Mais de 750 reuniões das comissões permanentes e especiais, dentre as quais 75 audiências públicas em regiões do Estado; 34 reuniões conjuntas, 22 visitas de parlamentares e a presença de mais de 2400 convidados vêm confirmar o dinamismo das comissões da Assembléia nesta sessão legislativa e a expressiva participação do povo mineiro no processo de elaboração das leis.

A seguir, serão destacadas as principais atividades de cada uma das comissões permanentes desta Casa.

Na pauta de discussão da Comissão de Administração Pública, constam, entre outras matérias importantes, os planos e programas de trabalho previstos pelo IPSEMG para os próximos anos, apresentados à comissão pelo Presidente daquele órgão, e a possibilidade de ampliação da licença-maternidade e da licença-paternidade dos servidores públicos estaduais para 180 e 15 dias, respectivamente.

Os trabalhos da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização concentraram-se, especialmente, no debate sobre o seqüestro de recursos de contas bancárias municipais pelo Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios; a implantação de telefonia celular nos Municípios de Minas Gerais; o pacto nacional "Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido", bem como o selo Unicef/Município Aprovado.

Os temas "Transporte Contratado de Passageiros: Visões Intermunicipal e Interestadual"; "Planejando a Região Metropolitana de BH: Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Transporte" foram examinados em debates públicos no plenário desta Casa.

Em audiência pública, a comissão discutiu o transporte escolar na Região Metropolitana de Belo Horizonte; em Ipatinga, a construção do gasoduto da GASMIG no Vale do Aço e, em outra oportunidade, a implantação do Projeto Olho Vivo naquele município; em Unaí, a questão do Biodiesel; em Nanuque, a paralisação do serviço de moto-táxi naquela cidade; em Bocaiúva, os problemas decorrentes da extinção da empresa Industrial Malvina; em Congonhas, juntamente com os moradores do Bairro do Pires, a implantação de uma correia transportadora de longa distância pela Companhia de Fomentos Minerais - CFM, no referido município.

Durante o ano de 2006, a Comissão de Justiça apreciou, sob o ponto de vista legal, constitucional e jurídico, centenas de proposições.

A cobrança do ponto adicional, a codificação indevida de canais e o excesso de propaganda veiculada na programação da NET Serviços de Comunicação, em Belo Horizonte; a política de preços e distribuição dos combustíveis para veículos automotores; a implantação do sistema de TV digital no Brasil e a política tarifária incidente sobre o setor de fornecimento de energia elétrica foram alguns dos assuntos discutidos nas reuniões da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Em audiência pública, a comissão discutiu o atraso no repasse à Copervans, pelo Consórcio Operacional do Sistema de Bilhetagem Eletrônica SBE/BH - Transfácil, do valor correspondente às passagens pagas por meio de cartão eletrônico.

A Comissão de Direitos Humanos, no cumprimento do seu papel regimental, procedeu ao exame de questões referentes aos direitos individuais e coletivos, aos direitos das mulheres e das minorias, e realizou reuniões com o propósito de obter esclarecimentos sobre possíveis práticas de tortura e violação dos direitos humanos contra cidadãos de várias cidades do Estado; discutir questões carcerárias; a situação de famílias que residem em áreas de conflito e avaliar os trabalhos desenvolvidos pelo Escritório de Direitos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social.

A comissão se deslocou a Ouro Preto, Piumhi, Contagem, Pouso Alegre, Grão-Mogol, Sabinópolis e a diversas outras cidades do Estado, para a realização de audiências públicas com o objetivo de discutir assuntos relacionados com violações de direitos humanos, conflitos agrários e outros da sua área de competência.

Entre as visitas da comissão, destacam-se as realizadas em Manhumirim, Pouso Alegre e Itapeçerica, nas quais os parlamentares verificaram de perto as condições das cadeias públicas locais.

As falsificações de diplomas no Estado; a desocupação do antigo prédio da Secretaria da Educação onde hoje funciona o Centro de Referência do Professor e a importância desse centro para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico dos profissionais da educação; as demissões de professores da rede estadual em decorrência da apresentação de diplomas de cursos não reconhecidos pelo Ministério da Educação; a educação a distância e o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação estão entre os assuntos tratados pela Comissão de Educação, Cultura, Tecnologia e Informática.

Audiências públicas da Comissão foram realizadas, em Belo Horizonte, para discussão da situação dos servidores do quadro administrativo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais; dos professores designados da Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG, e dos supervisores pedagógicos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, e debate da aplicação da Lei nº 15.259, de 27 de julho de 2004, que instituiu o sistema de reserva de vagas na UEMG e na UNIMONTES para os candidatos afro-descendentes e egressos da escola pública, desde que carentes, aos portadores de deficiência e aos indígenas, nos cursos de graduação e cursos técnicos de nível médio mantidos por aquelas entidades.

A Comissão foi ao interior do Estado para conhecer, em Santa Rita do Sapucaí, o projeto digital, bem como todas os progressos do Vale da Eletrônica; em Carangola, foram avaliados os problemas enfrentados pela Fundação FAFILE, mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da cidade.

Além do exame da repercussão financeira de várias das proposições em tramitação na Assembléia, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária recebeu explicações de técnicos da Secretaria da Fazenda sobre o cumprimento, por parte do Estado, das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal

Os trabalhos da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais focalizaram, especialmente, a ausência de propostas para o Edital "Concorrência Codemig nº 04/2005", que tem o objetivo de arrendar direitos minerários, equipamentos e instalações de envasamento das águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá; as prioridades do governo na área ambiental e as metas já implementadas de despoluição do Rio das Velhas; o processo de certificação Kimberley, que regulariza as importações e exportações de diamantes, bem como a pesquisa para exploração de diamantes na Serra da Canastra; o Plano Nacional de Recursos Hídricos; a infestação de caramujos africanos, segunda maior causa da perda da biodiversidade no planeta; a apuração de denúncias de degradação ambiental e a expansão de condomínios na região de Nova Lima.

O relatório dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pelo Copam no ano de 2005 e as perspectivas para 2006 foram apresentados à comissão pelo Secretário daquela pasta.

Audiências públicas foram realizadas pela comissão para tratar de projetos relacionados com a área ambiental; discutir a destinação final do lixo no Município de Rio Manso; o projeto-piloto desenvolvido pela Copasa em Municípios do Vale do Jequitinhonha, com vistas à redução de custos operacionais em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; o elevado consumo de carvão vegetal nativo por indústrias produtoras de ferro-gusa; os desmatamentos clandestinos; a exploração indiscriminada e predatória da candeia no Sul do Estado e as ações de preservação dos mananciais que abastecem a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

No interior de Minas, destacam-se, entre os assuntos discutidos, a implantação da área de Proteção Ambiental de Vargem das Flores; as causas da mortandade de peixes no trecho do Rio São Francisco compreendido entre os municípios de Três Marias e Pirapora e, especialmente, o impacto das atividades da Votorantim Metais Zinco S.A sobre a qualidade das águas; a necessidade de proteção da Serra da Pedra Branca, em Caldas, conforme laudo do Ibama, e a exploração das águas minerais no Sul do Estado.

Entre as matérias discutidas pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, devem ser ressaltadas: a crise do agronegócio mineiro; os desdobramentos da CPI do Preço de Leite, instaurada em 2001; a situação dos empregados da Emater; os investimentos na agricultura familiar; a política estadual de apoio à agricultura urbana e o seguro agrícola.

No interior do Estado, a comissão realizou audiências públicas em várias cidades para debater: em Santos Dumont, o projeto de desenvolvimento da bacia leiteira daquele município e sua microrregião; em Piumhi, a situação dos produtores de queijo e laticínios da região; em Ervália e Santa Bárbara, a implantação do Programa Luz Para Todos; em Arinos, as medidas para auxiliar os municípios da região na implementação do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – Consad.

Em visita ao assentamento da Reforma Agrária Dom Orione, em Betim, e à Fazenda de propriedade do Sr. Marcelo Guimarães, no Município de Mateus Leme, os membros da comissão tiveram oportunidade de conhecer os projetos de microdestilarias ali desenvolvidos. A comissão visitou, também, o Ceasa de Contagem, para verificar a situação dos usuários de suas lojas e boxes.

Ao longo desta sessão legislativa, os membros da Comissão de Redação, cumprindo determinação regimental, emitiram parecer de redação final sobre inúmeras proposições.

Nas reuniões da Comissão de Saúde, as discussões focalizaram especialmente os seguintes temas: a desativação parcial do serviço de mastologia da Maternidade Odete Valadares; a regulação e a disponibilização dos leitos do SUS nos âmbitos municipal e estadual; a epidemia de dengue no Estado, especialmente no Triângulo Mineiro; os resultados e as dificuldades na aplicação da Lei nº 15.394/2004, que torna obrigatório, no Estado, o exame de fundo de olho em recém-nascidos; a atual política de prevenção e tratamento da anorexia e da bulimia; a situação dos hemocentros e as políticas implementadas pela Fundação Hemominas; os problemas relativos à área da saúde em Betim; a atenção psiquiátrica do SUS no Estado; a implantação do Centro de Tecidos Biológicos em Minas Gerais e o Banco de Sangue de cordão umbilical, por meio da ação integrada de instituições públicas no Estado; a situação da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais e a reutilização de produtos médicos descartáveis;

Audiências públicas foram realizadas pela comissão com o objetivo de discutir o aumento dos casos de Leishmaniose Visceral no Estado, bem como as ações do Poder Público para o controle da doença; as propostas para a criação de uma política de prevenção do câncer de mama; o encerramento das atividades da Clínica Nossa Senhora da Conceição, em Belo Horizonte e o atendimento dispensado às crianças e adolescentes diagnosticados como portadores de doença neuromuscular.

No interior do Estado, a discussão, em Montes Claros, foi sobre a implantação da Programação Pactuada Integrada-PPI-interestadual nos

Estados de Minas Gerais e Bahia; em Alfenas, sobre credenciamento do serviço de oncologia para a Santa Casa da cidade.

Registre-se, ainda, que o Secretário de Estado de Saúde apresentou à comissão um relatório das ações daquela Secretaria no último trimestre de 2005 e no primeiro trimestre de 2006, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.689, de 27 de junho de 1993.

Entre os assuntos discutidos na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, vale registrar: a situação da BR-367 e as razões que levaram à suspensão das obras de asfaltamento nos trechos Minas Novas - Virgem da Lapa e Almenara - Salto da Divisa; a situação do Viaduto Vila Rica e a sugestão de medidas concretas para a construção de um novo viaduto; a situação caótica do trecho da Rodovia BR-040, entre Nova Lima e o trevo que dá acesso a Ouro Preto, em razão do pesado tráfego de cargas em condições inadequadas; as condições das rodovias federais que passam por Minas Gerais e o planejamento para reforma e manutenção destas rodovias; os conflitos entre taxistas de Belo Horizonte, Lagoa Santa e Confins, causados pela transferência de vôos do Aeroporto da Pampulha para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves; os critérios para instalação de telefones públicos, comunitários, fixos e móveis, nos distritos e zonas rurais dos municípios mineiros.

No interior do Estado, foram promovidas audiências da comissão para discussão: em Caldas, das ações necessárias ao asfaltamento do trecho da rodovia estadual que liga o Município de Andradas ao Distrito de Pocinhos do Rio Verde; em Santo Hipólito, da real situação das obras de asfaltamento de dois trechos rodoviários na região central do Estado incluídas no Programa Pró-Acesso, do governo estadual; em Paraopeba, das questões relativas aos abatedouros e açougues da cidade e em Buritizeiro, o potencial das reservas de gás do Médio São Francisco

As conseqüências das importações chinesas para a indústria mineira, em especial para as indústrias de produtos têxteis, de calçados e de fogos de artifício, e os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Estado do Turismo foram alguns dos temas importantes examinados pela Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Entre as audiências públicas da comissão, merecem destaque as realizadas em Montes Claros e Ponte Nova, para discutir o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel- PNBB; em Angustura, para debater o "Circuito Áreas Proibidas"; em Ituiutaba, para debater o apoio ao agronegócio da cachaça e aos produtores da região; em Ponte Nova, para discutir a importância do restabelecimento do transporte ferroviário de passageiros entre esse município e Viçosa, e, em Juiz de Fora, entre Matias Barbosa e Barbacena.

Merecem destaque, entre as matérias examinadas pela Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social: as alternativas para geração de emprego na Região do Aeroporto Carlos Prates, tendo em vista a decisão do Governo de Minas de transferir a construção do Centro Administrativo para o Hipódromo Serra Verde; os critérios de funcionamento do Programa de Combate à Pobreza Rural; a desoneração das tarifas de transporte público e o Projeto Meia Tarifa, que propicia a redução final do valor das passagens; a situação dos deficientes mentais no Estado; o impacto econômico e turístico da construção de um aeroporto na região dos Inconfidentes; a criação de políticas de incentivo à produção e ao consumo de gás natural, a fim de coibir o aumento do desemprego nas empresas que atuam em áreas voltadas para a utilização desse combustível.

A gestão para o desenvolvimento sustentável no setor de reparação automotiva foi tratada em audiência pública da comissão, que realizou reuniões, ainda, em Contagem, Juiz de Fora, Governador Valadares e Montes Claros, para debater a geração de trabalho, emprego e renda e divulgar e promover os diversos programas voltados para esse objetivo.

Os trabalhos da Comissão de Segurança Pública foram marcados pela discussão sobre a regulamentação de guaritas de segurança em condomínios fechados na Região Metropolitana de Belo Horizonte; a flexibilização da Lei de Crimes Hediondos; questões relativas aos depósitos de veículos apreendidos pelo Estado, a possibilidade de realização de leilões e à destinação dos recursos deles decorrentes; e sobre a aplicação e a regulamentação da Lei nº 15.432, que trata da instituição do sistema de comunicação e cadastro de pessoas.

Audiência pública, na Assembléia, foi promovida pela comissão com a finalidade de se fazer a entrega do documento final do Seminário Legislativo "Segurança para Todos - Propostas para uma sociedade mais segura" a autoridades estaduais, e diversas outras audiências ocorreram em cidades do interior de Minas, como Ituiutaba, Bom Despacho, Paraopeba, Betim e Monte Carmelo, para discussão do crescimento da violência nessas localidades e de outros temas do interesse da comissão.

Em 2006, a Comissão de Participação Popular promoveu, como nos anos anteriores, um amplo debate, com participação expressiva de entidades organizadas da sociedade civil, sobre o Orçamento do Estado e a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental e discutiu matérias da maior importância para a população mineira, tais como: a Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, que estabelece diretrizes para a aplicação dos recursos e para a elaboração das propostas orçamentárias do FGTS, no período de 2005 a 2008, a Norma de Execução nº 46, de 10 de novembro de 2005, do Incra, que estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Programa de Reforma Agrária; a regulamentação da Lei nº 15.757, de 4 de outubro de 2005, que autoriza o poder Executivo a isentar do ICMS a aquisição de automóvel para a utilização por pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa, profunda ou autista, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos da Política de Assistência Social; a aplicação da Lei nº 9.760/89, que dispõe sobre o passe livre para idosos e portadores de deficiência no transporte coletivo intermunicipal.

A comissão promoveu audiências públicas com a finalidade de debater o monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes e os critérios e procedimentos para a indicação ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Debate Público foi realizado no Plenário sobre a: "Participação Popular no Legislativo".

A Comissão aprovou, no decorrer de 2006, 78 Propostas de Ação Legislativa, resultantes de sugestões de entidades organizadas da sociedade civil, e propôs, a partir de demandas populares, diversas emendas ao projeto de Orçamento e ao PPAG.

O Projeto de Lei nº 2.880, de 2005, de autoria da Deputada Elisa Costa, que altera a Lei nº 12.733, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado; a situação dos músicos profissionais em Minas Gerais e a atuação da ordem dos Músicos do Brasil no Estado constituem alguns dos mais importantes assuntos debatidos na Comissão de Cultura.

Paralelamente às reuniões de cada uma das comissões temáticas, foram realizadas reuniões conjuntas de comissões para debate de temas de interesse comum.

Além das comissões constituídas com o objetivo de emitir parecer sobre proposições e sobre a indicação dos titulares dos cargos especificados na Constituição do Estado, funcionaram na Assembléia durante essa sessão legislativa as seguintes comissões:

COMISSÃO ESPECIAL DO COOPERATIVISMO

Início das atividades: 10/10/05

Término das atividades: 05/04/06

Criada com o objetivo de proceder a estudos sobre o sistema cooperativista de Minas Gerais e propor políticas públicas para o seu desenvolvimento, a comissão contou com assessoramento técnico permanente e realizou diversas reuniões, com a presença de convidados e representantes de órgãos públicos e cooperativas, para discussão de temas atinentes aos seus interesses, como: Cooperativismo: história, evolução e importância; a situação das Cooperativas que atuam no ramo de crédito no Estado; a situação das cooperativas que atuam no ramo de saúde no Estado, ramos de consumo, setores do cooperativismo voltados para a habitação, o trabalho e a educação no Estado; a situação das cooperativas que atuam no ramo do transporte no Estado; os ramos do cooperativismo em desenvolvimento: produção, mineral, infraestrutura, turismo e lazer e especiais.

O relatório final dos trabalhos desta comissão, aprovado em abril, ressaltou os seguintes pontos: o cooperativismo no Brasil e em Minas ainda tem muito a se desenvolver, comparado com outros países, mas vem-se fortalecendo e se afirmando de forma inédita nos últimos anos; o cooperativismo de crédito mineiro ocupa atualmente posição de vanguarda em relação ao restante do País; em outros setores, é comparável aos Estados mais avançados do Brasil, como Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul; e o sucesso do desenvolvimento econômico e institucional do País depende do desenvolvimento do cooperativismo, que tem a missão de fornecer a estrutura de base para a produção de bens de consumo e prestação de serviços.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE GOVERNANÇA AMBIENTAL

Início das atividades: 19/04/06

Término das atividades: 18/07/06

Constituída com o objetivo de estudar as medidas necessárias para ajustar as exigências ambientais ao desenvolvimento do setor produtivo no Estado, a comissão trouxe à Assembléia consultores de diversas áreas para discussão do tema "Governança e Governabilidade- fundamentos, princípios e diretrizes para a gestão ambiental".

As experiências de Minas Gerais e da Bahia no âmbito da gestão ambiental foram debatidas pela comissão, com a presença do Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Diretora de Política Ambiental da Superintendência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável da SEMARH do Governo da Bahia, além de vários técnicos da área.

Foi ainda debatido o diagnóstico da biodiversidade em Minas Gerais, com a presença de eminentes palestrantes.

O tema "Agenda Ambiental Regional - Principais setores atendidos e problemas" foi objeto de discussão em diversas regiões do Estado

No dia 17 de julho, a Comissão aprovou seu relatório final e encerrou os trabalhos.

COMISSÃO ESPECIAL DOS CENTROS DE CONVENÇÕES , FEIRAS E EXPOSIÇÕES

Início das atividades: 17/04/06

Término das atividades: 07/08/06

Criada com a finalidade de sugerir um modelo de gestão dos centros de convenções, feiras e exposições em construção no Estado, particularmente o Conex de Juiz de Fora, a comissão debateu exaustivamente o assunto com convidados e autoridades e aprovou o relatório final dos seus trabalhos em Juiz de Fora, no dia 7 de agosto.

COMISSÃO ESPECIAL DO TRANSTORNO, DEFICIÊNCIA MENTAL E AUTISMO

Início das atividades: 24/04/06

Término das atividades: 12/07/06

O tratamento da pessoa com transtorno mental, deficiência mental ou autismo; a lei da "desospitalização" e suas conseqüências; as instituições públicas e privadas municipais e estaduais de apoio ao deficiente mental e ao autista, foram os temas centrais de discussão nas reuniões da comissão, que aprovou o relatório final dos seus trabalhos em 12 de julho de 2006.

COMISSÃO ESPECIAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Início das atividades: 02/06

Constituída com o objetivo de discutir o gerenciamento de resíduos sólidos em Minas, a comissão realizou diversas reuniões, com a presença de autoridades e convidados, para debater, entre outros assuntos, a situação dos resíduos sólidos nos diversos municípios mineiros, os critérios utilizados para o licenciamento ambiental, a recuperação socioambiental dos lixões e aterros sanitários, os mecanismos de controle e fiscalização da emissão de poluentes em indústrias e mineradoras; a situação do fomento e financiamento na gestão dos resíduos sólidos e a política nacional de recursos financeiros, além de linhas de financiamento, mecanismos de desenvolvimento limpo e ICMS.

A fim de conhecer a real situação do local, a Comissão visitou o Aterro Sanitário de Lavras.

COMISSÃO ESPECIAL DO PROTOCOLO DE QUIOTO

Início das atividades: 04/05/06

Término das atividades: 16/08/06

Constituída com o objetivo de conhecer e debater a aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo-MDL- do Protocolo de Quioto na gestão de resíduos sólidos nos Municípios do Estado de Minas Gerais, a comissão realizou diversas audiências públicas para discutir o problema com autoridades e convidados.

Entre as recomendações da comissão, em seu relatório final, constam a criação de Fundo Estadual sobre Mudanças Climáticas, o desenvolvimento de gestões junto a órgãos internacionais para obtenção de recursos financeiros para aplicação em programas, projetos e ações que visem à redução da emissão de gases de efeito estufa; e a abertura em instituições bancárias de linha de crédito especial para financiar o desenvolvimento de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo(MDL).

COMISSÃO ESPECIAL CONTRA A INVASÃO DE PRODUTOS CHINESES

Início das atividades: 18/07/06

Término das atividades: 13/12/06

Constituída com a finalidade de proceder a estudos sobre os reflexos na economia mineira, das importações de produtos chineses, a comissão teve seu trabalhos suspensos de 23 de agosto a 9 de outubro, retomando suas atividades em 17 de outubro deste ano.

Foram objeto de discussão nas reuniões da comissão: os reflexos das importações chinesas nos setores têxtil, ótico e de refratários e no setor de máquinas pesadas e brinquedos. Os reflexos das importações para os setores calçadista e de fogos de artifício constituíram objeto de debate em Nova Serrana.

O relatório final dos trabalhos da comissão foi aprovado, no dia 13 de dezembro, e recomenda, entre outras ações, a reavaliação de acordos internacionais de comércio, a implantação de medidas de controle voluntário das exportações chinesas e rigorosa fiscalização das importações clandestinas.

COMISSÃO ESPECIAL DAS PESSOAS DESAPARECIDAS

Início das atividades: 09/11/06

Término das atividades: 16/12/2006

Constituída com o objetivo de proceder a estudos sobre a aplicação e a regulamentação da Lei nº 15.432, de 3 de janeiro de 2005, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências, bem como de debater outros mecanismos que permitam aperfeiçoar o trabalho do Poder Público.

A comissão visitou as instalações da Delegacia Especializada das Pessoas desaparecidas, em Belo Horizonte, com o objetivo de conhecer o local e verificar suas eventuais necessidades.

O relatório final dos trabalhos da Comissão foi aprovado no dia 15 de dezembro. De acordo com o documento, a Lei nº 15.432, de 2005, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas, não vem sendo cumprida de forma satisfatória. Entre as sugestões da comissão constam: o aumento do número de agentes na divisão especial da Pessoa Desaparecida, e o compartilhamento dos dados e a padronização da conduta de atendimento e investigação entre as polícias.

CIPE RIO DOCE

Em Caratinga, a comissão realizou reunião destinada à apresentação do Relatório "Rio Doce Limpo", que contém o Plano de Esgotos Sanitários para a Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, desenvolvido pela CIPE; em Mutum, a comissão promoveu a divulgação do Projeto "Rio Doce Limpo", que tem como objetivo sensibilizar os gestores e câmaras municipais, movimentos sociais e a comunidade para a importância desse projeto, que pretende melhorar a qualidade das águas de toda a Bacia do Rio Doce; em Frei Inocêncio, foram discutidos os impactos ambientais e socioeconômicos causados pela construção de barragem da PCH-PAIOL- Pequena Central Elétrica, naquele Município; em Açucena, o destino de cerca de 80 famílias que serão atingidas por duas pequenas barragens para geração de energia elétrica, a serem construídas no Rio Corrente Grande, no Vale do Rio Doce.

O "Gerenciamento de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Doce" foi objeto de debate público, na Escola do Legislativo.

3 – ATIVIDADES DE INTERLOCUÇÃO COM A SOCIEDADE

Preocupação com o meio ambiente

As questões vinculadas ao meio ambiente têm sido debatidas com frequência na Assembléia Legislativa, tendo em vista a importância que adquiriram nos últimos tempos, no país e em todo o mundo, e os problemas específicos apresentados pelo Estado de Minas Gerais.

O primeiro dos eventos institucionais sobre o tema realizados na Casa em 2006 foi o "5º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais", nos dias 21 a 23 de março, como parte das comemorações do Dia Mundial da Água. O fórum foi promovido em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais.

O evento se desenvolveu em torno dos seguintes eixos: a preservação e o uso das águas compatibilizados com seu valor biológico, com as atividades sociais e econômicas e com as políticas públicas, tendo como objetivo comum a qualidade de vida; a importância da educação ambiental, formal e não-formal, como requisito indispensável para o sucesso da política estadual de recursos hídricos; estímulo à participação da sociedade na gestão das águas, fundamental para a implementação das políticas públicas voltadas para a preservação e o uso racional dos recursos hídricos; a necessidade de conhecer as condições naturais de produção da água, as demandas dos usuários e os programas voltados para o setor, para viabilizar um sistema de informações de recursos hídricos e disponibilizá-lo para a sociedade; ações referentes à gestão participativa e descentralizada das águas, visando ao desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas.

O fórum constou de exposições e debates, no Plenário Juscelino Kubitschek, além de diversas atividades complementares, como: uma feira, no Hall das Bandeiras, com estandes de Comitês de Bacias Hidrográficas, de usuários das águas, de instituições do Sistema Estadual de Meio Ambiente e da Assembléia Legislativa; *show* musical; cursos de aperfeiçoamento sobre aspectos específicos dos recursos hídricos; e reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

No dia 27 de abril, a Casa promoveu o ciclo de debates "Política Nacional de Resíduos Sólidos", com o objetivo de levantar subsídios para o Projeto de Lei nº 203/1991, que institui essa política. O evento contou com a presença do deputado Ivo José, relator do projeto, e do deputado Benjamin Maranhão, presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisá-lo.

Em novembro de 2005, a Assembléia havia realizado o seminário legislativo "Lixo e Cidadania – Políticas Públicas para uma Sociedade Sustentável", precedido de 11 encontros no interior do Estado. Tais encontros tornaram possível o conhecimento da situação dos resíduos sólidos em todas as regiões mineiras, revelaram a crítica situação da maioria dos municípios com referência ao assunto, assim como apontaram alternativas de enfrentamento do problema, desenvolvidas com sucesso em algumas cidades.

O seminário resultou na aprovação de um documento com 409 propostas e de um conjunto de diretrizes para a política de gestão dos resíduos sólidos, que deram origem a emendas destinadas ao aprimoramento do substitutivo do deputado Ivo José ao Projeto de Lei nº 203/1991. Essas emendas, encaminhadas ao deputado durante o ciclo de debates, representaram uma contribuição de Minas às discussões em andamento na Câmara dos Deputados.

"Educação Ambiental – Conjuntura Atual e Perspectivas" foi o fórum técnico realizado nos dias 8 e 9 de junho, também em decorrência do seminário legislativo "Lixo e Cidadania – Políticas Públicas para uma Sociedade Sustentável". Seus objetivos foram: fomentar a educação ambiental no Estado; subsidiar a estruturação de uma Política Estadual de Educação Ambiental; contribuir para a divulgação do Programa Estadual de Educação Ambiental e de outras ações referentes ao tema.

As palestras e debates centraram-se nos temas: educação ambiental – conceitos básicos e aspectos metodológicos; ações de educação ambiental no âmbito nacional; programa estadual de educação ambiental – uma construção coletiva, situação atual e novos cenários. Os grupos de trabalho discutiram propostas relacionadas a: educação ambiental e poder público; educação ambiental, parcerias e financiamentos; e educação ambiental e Terceiro Setor.

Nos dias 23 e 24 de novembro, a Assembléia promoveu o ciclo de debates "Regularização Fundiária das Unidades de Conservação do Estado de Minas Gerais", com vistas a: conhecer a situação fundiária das Unidades de Conservação (UCs) do Estado e sua efetividade; discutir aspectos jurídicos para a regularização fundiária das UCs; discutir a destinação e a dotação orçamentárias estaduais e o planejamento plurianual de recursos para a regularização fundiária das UCs; sensibilizar o Poder Judiciário sobre a necessidade da regularização; e discutir o impacto social da regularização.

Destacou-se, durante as exposições e debates, que as Unidades de Conservação constituem um dos instrumentos fundamentais para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida das comunidades humanas. E que, apesar de estarem definidas e asseguradas na legislação, nos âmbitos federal e estadual, ainda há fortes obstáculos para sua regularização.

Em Minas Gerais, esses obstáculos dizem respeito, principalmente, aos recursos financeiros necessários, que estão muito além do que se dispõe nas previsões orçamentárias do Estado, e aos procedimentos jurídicos, especialmente no que se refere aos intrincados e morosos processos de desapropriação.

Corrigindo desigualdades sociais

As questões ligadas à assistência social e às políticas públicas voltadas para corrigir distorções e desigualdades presentes na vida do país e do Estado também estão sempre presentes entre os eventos institucionais promovidos pela Assembléia Legislativa, como aconteceu em 2006.

Nos dias 27 e 28 de março, a Casa realizou, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes e o Conselho Estadual do Idoso, a "I Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa". O evento teve como objetivos: definir as estratégias para implementação da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, instrumento de efetivação do Estatuto do Idoso; eleger os delegados que iriam representar Minas Gerais na I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada posteriormente em Brasília; elaborar um documento de propostas a ser encaminhado para essa conferência.

Uma das motivações para a realização das duas conferências foi a constatação de que o Estatuto do Idoso, promulgado em 2003 – instrumento legal que veio para assegurar às pessoas dessa faixa etária direitos fundamentais, como a preservação da saúde física e mental, o aperfeiçoamento moral e intelectual, segurança, liberdade, exercício da cidadania, convivência familiar e comunitária –, em muitos aspectos funciona apenas como carta de direitos, ainda não assimilada e posta em prática pelos poderes públicos e pela sociedade.

As exposições, debates e atividades dos grupos de trabalho do evento focalizaram, principalmente, os temas: construção da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa; enfrentamento da violência contra a pessoa idosa; atenção à saúde e segurança alimentar da pessoa idosa; previdência social e assistência social à pessoa idosa; financiamento e orçamento público das ações necessárias para a efetivação dos direitos da pessoa idosa e controle social; educação para a pessoa idosa; cultura, esporte e lazer para a pessoa idosa.

Nos meses de maio e junho, a Casa realizou, nas cidades de Divinópolis, Juiz de Fora, Governador Valadares, Itaobim e Montes Claros, encontros regionais para discutir a "Implantação do Sistema Único de Assistência Social – Suas: Desafios e Perspectivas", tendo como público-alvo os gestores, conselheiros municipais de assistência social e responsáveis pela elaboração e execução do orçamento municipal da assistência social.

Os encontros tiveram como objetivos: contribuir para a consolidação do novo modelo de gestão da assistência social, com a efetiva implantação do Suas em Minas Gerais; debater e esclarecer as competências e atribuições da União, do Estado e dos Municípios na implantação do Suas; identificar os principais desafios para implantação do sistema, com destaque para a questão do financiamento e dos recursos humanos; sensibilizar o Executivo e o Legislativo, nos âmbitos estadual e municipal, sobre seu papel e a importância de sua contribuição para consolidar o novo modelo; discutir o papel dos Conselhos no controle social do Suas; capacitar os responsáveis pela assistência social e pela execução do orçamento municipal, com vistas à implantação do Suas.

As atividades dos encontros constaram de palestras, debates e oficinas de capacitação para operacionalização dos Fundos Municipais de Assistência Social, abordando temas como legislação básica, gestão, prestação de contas e controle externo.

Nos dias 10 e 11 de agosto, a Assembléia realizou o fórum técnico "Políticas Públicas para as Mulheres", dirigido principalmente aos gestores e servidores dos órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário que implementam as políticas públicas relativas ao combate à discriminação de

gênero e representantes dos movimentos sociais, especialmente os de mulheres.

Tendo como objetivo debater a implementação dos programas contidos nos Planos Nacional e Estadual de Políticas para as Mulheres, que resultaram das Conferências Municipais, Estadual e Nacional realizadas em 2004, o evento centrou-se nos seguintes temas: enfrentamento da violência contra as mulheres; autonomia e igualdade no mundo do trabalho; direitos da mulher à terra e à moradia; saúde da mulher; e educação inclusiva e não sexista.

Durante as exposições do evento, destacou-se que, nos últimos anos, houve no país avanços significativos na legislação referente às mulheres, mas ainda há um longo caminho a percorrer para que tais avanços se efetivem na prática. Lembrou-se, por exemplo, que a grande maioria da população feminina ainda enfrenta situações de desigualdade; que o valor médio dos salários pagos às mulheres ainda é menor do que o que é pago aos homens; que, no plano político, as mulheres ainda estão longe de alcançar a participação mínima de 30% que lhes é assegurada em lei; e que as mulheres são vítimas constantes de exploração sexual e de diversas formas de violência.

Políticas para a saúde

No campo da saúde, foram realizados pela Casa, em 2006, dois eventos institucionais. O primeiro foi o ciclo de debates "Luta Contra as Drogas", no dia 11 de maio, com os objetivos de: discutir os problemas relacionados ao uso de drogas, abordando a prevenção, o tratamento, a reinserção social do dependente e o combate ao narcotráfico; levantar subsídios para o aprimoramento das políticas públicas de combate às drogas no Estado; e levantar subsídios para a atuação da Frente Parlamentar de Luta Contra as Drogas.

Salientou-se, durante o evento, que o problema das drogas é complexo e deve ser abordado em seus múltiplos aspectos: econômico, social, psicológico, familiar, educativo, envolvendo as instituições de saúde, o aparato policial, o sistema jurídico, o de ensino, os governos e a população como um todo. E que o enfrentamento desse problema exige um esforço conjunto, ancorado em estudos, pesquisas, debates, conscientização e disseminação de informações, com vistas a ações preventivas, ao tratamento do usuário, à reinserção social do dependente e ao combate ao narcotráfico.

Nos dias 6 e 7 de julho, foi realizado o fórum técnico "Obesidade: desafios e perspectivas", dirigido principalmente aos gestores municipais e profissionais das áreas de educação e saúde, objetivando discutir a realidade da obesidade em Minas Gerais e elaborar propostas que subsidiem a formulação de políticas públicas voltadas para a prevenção e a redução do problema.

As exposições e debates giraram em torno dos seguintes temas: desafios e perspectivas sobre a obesidade no Brasil; legislação e políticas públicas voltadas para a prevenção da obesidade; a obesidade infanto-juvenil; a obesidade na fase adulta; a obesidade no idoso; a obesidade mórbida; responsabilidade do Sistema Único de Saúde e dos planos de saúde no tratamento da doença.

Salientou-se que, após enfrentar, durante longo período, o problema da fome, o Brasil está agora diante de outro fenômeno relacionado à alimentação: o do excesso no consumo de alimentos, da ingestão de produtos prejudiciais ao organismo e dos hábitos alimentares inadequados, fatores que, aliados a outros como o sedentarismo e a vida estressante dos dias atuais, estão produzindo uma geração com elevadas taxas de obesidade.

O evento contou ainda com relatos de experiências no controle da obesidade, principalmente as do Programa "Agita Minas", do Programa "5 ao dia" e das cidades de Viçosa ("Uma experiência exitosa com monitoramento do Programa Municipal da Terceira Idade"), Varginha ("Programa de Educação Nutricional no Combate à Obesidade"), Uberlândia ("Alimentação infantil: uma questão de educação") e Dois Irmãos/RS ("Controle da obesidade infantil pela merenda escolar").

Estímulo à participação popular

Outra área que tem merecido atenção especial da Assembléia é a da participação popular no processo legislativo, com vistas a dar maior legitimidade a suas ações, ampliando o espaço de manifestação e contribuição dos diversos segmentos da sociedade.

Dentro dessa diretriz, a Casa promoveu, no dia 25 de maio, o debate público "Participação Popular no Legislativo", com estes objetivos: ressaltar a importância da participação popular na geração de subsídios à atividade parlamentar; incentivar a criação de Comissões de Participação Popular nas Câmaras Municipais; fortalecer a democracia representativa e estimular a democracia participativa; fortalecer o controle da sociedade sobre as políticas públicas.

As exposições do evento desenvolveram-se em torno dos seguintes temas: participação popular nos legislativos federal, estadual e municipal; participação popular na legislação orçamentária: a experiência do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG; participação popular na legislação urbana: Plano Diretor Participativo; diretrizes para a elaboração dos Planos Diretores em Minas Gerais.

No dia 7 de novembro, a Assembléia promoveu, juntamente com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, uma audiência pública para apresentação do Orçamento da União para 2007, com a presença do deputado Gilmar Machado e do senador Valdir Raupp, respectivamente presidente e membro dessa Comissão. Além do Orçamento da União, os expositores fizeram uma apresentação dos sistemas Fiscalize e Siga Brasil, do Congresso Nacional.

No dia 8 de novembro, outra audiência pública, no Plenário da Casa, teve como temas: Orçamento do Estado para 2007 e Avaliação e Perspectivas do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2006/2007. Após esse encontro, abriu-se um espaço para as entidades da sociedade civil apresentarem propostas relativas aos assuntos em pauta, por meio da Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa.

Das 77 propostas apresentadas, 30 foram transformadas em emendas ao Orçamento e ao PPAG e encaminhadas, para análise e aprovação, à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Casa.

Por uma sociedade mais segura

Outro tema abordado com destaque, entre os eventos institucionais promovidos pela Assembléia em 2006, foi o da segurança pública, por meio do seminário legislativo "Segurança para Todos – Propostas para uma Sociedade mais Segura", nos dias 21, 22 e 23 de agosto.

Preocupada com os índices de violência e de criminalidade que vinham se registrando no Estado, a Casa havia realizado, no ano de 2000, um amplo movimento, denominado "Movimento pela Segurança e Vida", destinado a estimular a reflexão sobre o tema e a mobilizar as forças políticas e sociais para a construção de uma política de segurança pública abrangente e eficaz para a população mineira.

O seminário "Segurança para Todos" surgiu da constatação de que, apesar das mudanças ocorridas na política de segurança do Estado – como a formatação da Secretaria de Defesa Social; a unificação dos bancos de dados das Polícias Civil e Militar; a integração das ações entre as polícias; o envolvimento dos municípios e da comunidade –, a violência e a criminalidade continuam a se apresentar como desafio para as autoridades e como uma das maiores preocupações da população mineira.

Visando aprofundar o debate sobre o tema, o evento teve como objetivos: apresentar um diagnóstico sobre a segurança pública no Estado de Minas Gerais; propor ações preventivas e outras formas de enfrentar a violência e a criminalidade; discutir a questão do financiamento da segurança pública; levantar sugestões para aperfeiçoamento do sistema de justiça criminal; discutir o perfil e a capacitação permanente dos operadores da segurança pública; e contribuir para o aprimoramento do Sistema Nacional de Segurança Pública.

As atividades dos grupos de trabalho do seminário desenvolveram-se em torno dos temas: ações preventivas e envolvimento da sociedade; financiamento da segurança pública; sistema de justiça criminal e compartilhamento da informação; administração de recursos humanos do sistema de justiça criminal.

O seminário foi precedido de seis Encontros Regionais, nos meses de junho e julho, nas cidades de Uberlândia, Contagem, Juiz de Fora, Governador Valadares, Pouso Alegre e Montes Claros. E resultou em um documento de propostas, apontando as prioridades a serem consideradas pelos poderes públicos, para que o Estado avance efetivamente na questão da segurança pública.

4 – MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

A Mesa da Assembléia Legislativa, no exercício das competências que lhe são atribuídas pelo Regimento Interno, pautou seus trabalhos em 2006 pelo propósito de dar continuidade à prestação de serviços públicos com qualidade e eficiência, aprimorando o cumprimento de sua missão institucional.

Com relação ao custeio de suas atividades, foi consolidado o modelo de gerenciamento das despesas operacionais com fulcro na eficiência e na economicidade, e assim muitas ações adotadas pelos órgãos da Casa contribuíram para a obtenção do máximo de rendimentos com o menor custo. No decorrer deste ano, destaque-se o desempenho do sistema de telefonia, que demonstra o sucesso do processo licitatório para a prestação desse serviço realizado em 2005, e também o da instalação de nova tecnologia que permite a redução dos custos das ligações originadas para telefones celulares da operadora de telefonia móvel com a qual a Assembléia mantém contratado plano corporativo, com ligações que podem chegar a custo zero. A terceirização para remanufaturamento de cartuchos de tonalizador para impressoras *laser* Xerox Docuprint P8ex. também tem gerado economia substancial, estimada em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) este ano, e a alteração do contrato com a Cemig para o fornecimento de energia elétrica resultou em economia anual de aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

No que diz respeito à área do processo licitatório, a introdução, de forma sistemática, das tecnologias da informação e dos recursos da informática tem contribuído para o alcance de melhores resultados, mediante o aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos, resultando em agilização de prazos e redução de custos. O pregão eletrônico foi adotado como a modalidade preferencial na Casa, ficando as demais, incluindo o pregão presencial, reservadas para casos específicos ou para situações em que o pregão eletrônico não pode ser utilizado. Outra importante iniciativa nessa área foi a regulamentação da contratação de serviço ou aquisição de bem por meio da adesão da Assembléia, como órgão não participante, à ata de registro de preços de órgão da administração pública estadual ou federal, procedimento que também significa agilidade, economia e segurança, uma vez que o processo de contratação se dá por meio da utilização de licitações realizadas por outros órgãos da administração pública.

Na área de pessoal, o gerenciamento da aplicação dos recursos orçamentários tem possibilitado o equilíbrio das contas da Assembléia, com o cumprimento das normas relativas ao teto salarial dos servidores e dos limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme se pode verificar no Relatório de Gestão Fiscal sem Dedução de Inativos e Pensionistas, publicado no "Diário do Legislativo" e também em sua página na internet, a Casa realizou, no período de setembro de 2005 a agosto de 2006, o total de 1,4317% da receita corrente líquida do Estado, pouco mais da metade do limite que lhe é autorizado, que é de 2,2272%.

Dando continuidade ao processo de modernização e racionalização dos serviços administrativos, a Assembléia passou a fazer uso da certificação digital para o envio do Diário do Legislativo à Imprensa Oficial; desenvolveu o sistema de gravação digital de áudio das reuniões do Plenário e das Comissões; e implantou o sistema de automação da Biblioteca, iniciativas que possibilitam maior segurança no trânsito das informações e maior agilidade e eficiência dos serviços prestados pelos órgãos envolvidos. Outra medida importante para assegurar melhor atendimento ao público foi a atualização de sua página na internet, que recebe normalmente um volume médio superior a novecentos mil acessos externos mensais e que, em outubro deste ano, em função da cobertura da apuração das eleições em Minas Gerais, foi acessada mais de dois milhões de vezes.

Destaque-se também em 2006 a cobertura das eleições pela TV Assembléia, que firmou parcerias com várias emissoras do Estado, gravou sessenta audiotapes nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, criou programas especiais com o objetivo de mostrar a importância do voto consciente e enviou boletins com a cobertura da Grande BH para quatrocentas emissoras cadastradas, num trabalho que evidenciou como os assuntos da Assembléia interessam de perto ao conjunto da sociedade.

Como reflexo das ações determinadas pela Mesa no ano passado, merece relevo a atuação do Procon Assembléia neste ano, que, em virtude de sua regulamentação por meio da Resolução nº 5.239, de 2005, passou a ter condições normativas para atuar plenamente como órgão de defesa do consumidor. Desse modo, no âmbito das atividades voltadas para o atendimento ao público, o Procon Assembléia destacou-se pela crescente demanda de seus serviços. Além de intermediar conflitos entre consumidores e fornecedores, alcançando solução favorável em cerca de 80% (oitenta por cento) dos procedimentos administrativos adotados, o órgão manteve, ao longo do ano, o projeto "Educação para o Consumo", por meio do qual, numa ação proativa, assegurou orientação a estudantes, consumidores e fornecedores, cumprindo com zelo sua atribuição de zelar pela publicidade da legislação que defende os direitos dos cidadãos, preparando-se para ingressar em seu décimo ano de existência com uma história de bons serviços prestados ao povo mineiro.

Como tem acontecido em anos anteriores, a Mesa viabilizou em 2006 várias medidas preventivas na área da saúde, realizadas em conjunto pela Coordenação de Saúde e Assistência, pela Gerência de Relações Públicas e pela Assessoria de Gestão de Recursos Humanos. Figura como destaque o Programa de Combate ao Tabagismo, em parceria com a Unimed, sem custos para a Casa, que oferece suporte psicológico e médico para os servidores que desejam parar de fumar, cujos resultados significativos têm surpreendido os profissionais da área, tornando o programa referência para outras instituições. Além disso, foi criado grupo de trabalho específico com a função de proceder a estudos que visem ao combate da prática do tabagismo na Assembléia. Também foram levadas a efeito várias medidas com o propósito de assegurar a melhoria da qualidade de vida e a proteção contra doenças potencialmente mais graves, como as campanhas do exame de colesterol e de vacinação contra a hepatite B e a gripe. Outra ação importante de valorização do servidor, articulada a uma atitude de responsabilidade social da Assembléia Legislativa, foi a Campanha de Doação de Sangue.

Com vistas a otimizar os trabalhos da Secretaria, aperfeiçoando, simplificando e uniformizando as rotinas dos serviços administrativos, e adotar política de pessoal condizente com a realidade administrativa dos órgãos estaduais, de modo a se obter mais produtividade nos serviços

prestados, importantes regulamentos foram aprovados por determinação da Mesa, entre os quais se destacam: a Resolução nº 5.295, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia e reabre, até 30 de junho de 2007, o prazo para a celebração da transação judicial ou do acordo extrajudicial para quitação dos débitos oriundos da conversão de vencimentos e proventos e da complementação de pensão em Unidade Real de Valor (URV); a Deliberação nº 2.372, que regulamenta a contratação de serviço ou aquisição de bem por meio da adesão da Assembléia, como órgão não participante, à ata de registro de preços de órgão de administração pública estadual ou federal; a 2.373, que altera procedimentos relativos à contratação de serviços a serem prestados à Escola do Legislativo; a 2.374, que altera procedimentos relativos à concessão do Auxílio à Formação Profissional; a 2.376, que regulamenta a nomeação de membros titulares para compor a Comissão Permanente de Licitação; a 2.377, que institui ALMG como a sigla oficial da Assembléia Legislativa; a 2.378, que dispõe sobre o Coral da Assembléia; a 2.379, que altera regras relativas ao funcionamento do Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (Fundhab); a 2.380, que institui regras relativas à jornada de trabalho e ao controle de frequência; e a 2.381, que institui o Centro de Apoio às Câmaras Municipais (Ceac), que funcionará como espaço institucional de relacionamento da Assembléia com as câmaras municipais de todo o Estado.

É importante registrar ainda que o Programa de Avaliação Setorial, que quantifica e avalia o desempenho de cada órgão da Assembléia Legislativa, foi totalmente implementado neste ano, contribuindo para o aprimoramento contínuo dos processos organizacionais. Esse programa, que se inscreve no âmbito de um novo modelo de gestão administrativa, voltado para a eficiência da prestação dos serviços públicos, representa um novo enfoque à medição do desempenho institucional, projetando a Assembléia Legislativa como órgão comprometido com o aperfeiçoamento constante dos serviços que lhe incumbe prestar à sociedade.

5 – SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

Ampliando cada vez mais sua atuação, a Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, além de manter e aperfeiçoar suas atividades de praxe, desenvolveu uma série de iniciativas em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Mesa. A seguir, apresentam-se os destaques, por área de ação.

Atividades de capacitação

No âmbito da capacitação interna, a Escola do Legislativo buscou conciliar, ainda mais, a qualidade das ofertas com a pertinência e a aplicabilidade dos conteúdos das atividades oferecidas. Tais atividades incluíram cursos e palestras sobre temas específicos de cada setor, a dinâmica do processo eleitoral, a carreira do servidor público da ALMG e a reflexão sobre o Poder Legislativo e a administração pública.

Já com relação ao público externo, a Escola deu continuidade às atividades de apoio aos municípios mineiros; intercâmbio com instituições acadêmicas e escolas de governo; e informação de setores da sociedade que interagem com o Legislativo. Destacaram-se os "Encontros com a Política", as ações relacionadas aos planos diretores municipais e os encontros realizados em parceria com a Associação de Vereadores do Estado de Minas Gerais.

Outras ações relevantes, algumas delas realizadas em parceria com outras instituições, foram o seminário "As reformas do processo civil brasileiro", o *workshop* "Pensar a lei – Os desafios da produção legislativa", as videoconferências e o curso "História política de Minas Gerais", na modalidade de educação a distância, e a exposição "Representação política e cidadania em Minas Gerais".

Neste ano houve ainda o fortalecimento do trabalho de preparação da juventude para a política, com o programa Visitas Orientadas e a terceira edição do Parlamento Jovem, que contou também com uma edição no interior do Estado, na cidade de Arcos.

Em síntese, a Escola promoveu ao todo 57 ações, que se desdobraram em 212 atividades, totalizando 2.437 horas e atendendo a um público de 10.793 pessoas.

Tais resultados refletem o esforço empreendido pela Escola do Legislativo para cumprir seu papel principal: constituir-se num espaço privilegiado para a qualificação dos profissionais que atuam no Parlamento, dos agentes municipais e dos servidores de outros setores do poder público em conteúdos relativos às atividades legislativas, bem como para o aprimoramento dos mecanismos de interlocução com setores diversos da sociedade, contribuindo para a consolidação dos processos democráticos e para a construção plena da cidadania.

Comunicação e transparência institucional

Ano de eleições, 2006 foi marcado por mais uma grande cobertura da TV Assembléia, com alcance nacional. Além das rádios do interior, a TV Assembléia contou com a colaboração de uma rede legislativa, formada por emissoras de oito assembleias estaduais, da Câmara e do Senado, além de algumas câmaras municipais e emissoras de rádio nas mais importantes capitais do País.

As novas parcerias possibilitaram a participação da Casa em programas de visibilidade nacional, como o "Parlamento Brasil", da TV Senado, no qual a TV Assembléia teve presença decisiva, desde a concepção e a cada nova edição, com matérias sobre o trabalho dos deputados mineiros.

O ingresso de sete servidores efetivos no quadro da gerência permitiu nítido avanço na organização do trabalho. Como resultado, o serviço de rádio conseguiu atualizar e ampliar o número de emissoras parceiras que divulgam diariamente os boletins transmitidos ao vivo, além daqueles enviados eletronicamente, no formato MP3. Também a rádio interna foi reorganizada, havendo criação de novos atrativos que despertam a atenção dos servidores, além da consolidação dos boletins informativos.

A produção da TV Assembléia manteve ritmo intenso ao longo de todo o ano. Realizaram-se centenas de programas de estúdio, com grande número de convidados. O jornal Repórter Assembléia, maior vitrine dos trabalhos legislativos, firmou-se em duas edições diárias ao vivo, às 13h45 e às 19h30.

A TV Assembléia acompanhou todos os deslocamentos das comissões permanentes e especiais da Casa ao interior do Estado, totalizando cerca de cem viagens. Transmitiu ao vivo todas as reuniões de Plenário, incluindo os eventos institucionais, e acompanhou todas as audiências públicas das comissões no Palácio da Inconfidência.

Há que ressaltar, ainda, a participação da Gerência-Geral de Rádio e Televisão no processo de organização nacional do setor, com destaque para a criação do I Fórum Nacional das TVs Públicas, que produziu um diagnóstico pormenorizado e deverá recomendar a adoção de políticas para o desenvolvimento das emissoras públicas de televisão, incluindo as legislativas. Também houve avanço nas negociações com o Ministério das Comunicações para a concessão da outorga do canal gerador em sinal aberto à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o que se aguarda para este final de ano.

A Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação atendeu, neste ano, a cerca de 2.500 ligações telefônicas realizadas pelos diversos públicos que

demandam informações da Gerência de Jornalismo (jornalistas de assessorias de imprensa e de veículos de comunicação da Capital e do interior do Estado, assessores parlamentares e de entidades, cidadãos).

Em 2006 foram redigidas, editadas, publicadas e distribuídas 1.775 matérias jornalísticas para o Assembléia Informa, o "Minas Gerais" e a página da ALMG na internet. Além disso, de segunda a sexta-feira, os 2.500 usuários que se cadastraram para obter informações receberam um boletim eletrônico com notícias sobre temas de seu interesse.

Para o *website* da ALMG, foram criadas 12 páginas de divulgação de eventos institucionais. E o banco de fotos disponível no *site* continua se ampliando. Foram produzidas, indexadas e armazenadas 8.876 novas imagens, resultantes da cobertura fotográfica de todas as atividades da ALMG.

Outro destaque foi o Programa de Relacionamento com a Imprensa, com visita a 48 redações de veículos de comunicação de cidades do interior e da Capital. O objetivo foi avaliar o trabalho realizado pela Gerência de Jornalismo da ALMG e estreitar as relações mútuas.

Cerca de mil peças gráficas foram produzidas pela Gerência de Comunicação Visual, entre convites institucionais, cartões, placas, jornais, boletins, livros, etc. A gerência também foi responsável pela produção gráfica da exposição "Representação Política e Cidadania em Minas Gerais", para o corredor cultural da Escola do Legislativo.

A Gerência-Geral de Documentação e Informação (GDI) ampliou este ano a disseminação das informações institucionais, por meio da divulgação, na internet, dos bancos de dados de tramitação de proposições, tramitação de comissões temporárias, pronunciamentos em Plenário e legislação estadual.

Forneceu também todo o suporte informacional necessário ao desempenho das atividades das comissões e atendeu às demandas do público externo por informações e documentos. No campo da docência, a gerência ofereceu palestras e cursos para alunos da UFMG e para integrantes do Grupo de Trabalho Permanente de Informação e Documentação da Reap-MG.

Além disso, deu continuidade ao trabalho de manutenção do banco de dados de legislação estadual e de atualização do texto original das normas jurídicas que sofreram alterações. Houve ainda um intenso trabalho de digitação de textos legais que ainda não constavam do banco de dados e que foram alterados após sua edição.

Uma das iniciativas relevantes foi o lançamento da "Coleção Temática da Legislação do Estado de Minas Gerais", com a publicação do livro "Datas Comemorativas". Está concluída a elaboração do livro "Concessões Honoríficas", e encontra-se em preparação o livro "Direitos Humanos", que também integra a coleção.

A Coordenação de Cerimonial e Relações Públicas desempenhou papel fundamental na construção de canais de relacionamento entre a ALMG e os diversos setores da sociedade. Atuou também como interlocutora entre os setores internos da Casa envolvidos na promoção de eventos voltados para o debate de questões de interesse público, sendo 13 em Belo Horizonte e 10 no interior.

A comunicação interpessoal, que inclui recepção, prestação de informações, encaminhamento e recebimento de propostas, também esteve presente, por meio do trabalho do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), que atendeu, em média, a 16 mil pessoas por mês.

Centro de Apoio às Câmaras Municipais – Ceac

Uma das iniciativas mais importantes da ALMG em 2006 foi a criação do Centro de Apoio às Câmaras Municipais (Ceac), planejado para ser uma área de relacionamento institucional entre a Casa e as câmaras municipais de todo o Estado. O Centro oferecerá a vereadores e assessores o atendimento de demandas institucionais e o compartilhamento de informações e experiências. Essa integração entre os Legislativos subsidiará também as ações da Assembléia no interior do Estado.

Na linha da política de interiorização da ALMG, o Espaço Político-Cultural promoveu exposições de 14 cidades do interior e um Mineiranas (exposição regional de arte e cultura).

Informática

Uma das principais atividades da Gerência-Geral de Sistemas de Informação (GSI) foi a atualização do *website* da Assembléia, que recebeu um volume médio de acessos externos superior a 900 mil por mês, em períodos normais, e de mais de 2 milhões em outubro, em razão da cobertura da apuração das eleições em Minas Gerais.

Destacaram-se ainda a introdução da certificação digital para segurança do envio do Diário do Legislativo à Imprensa Oficial e a ampliação do uso do *software* livre e gratuito *OpenOffice*, que proporciona economia no licenciamento de programas de computador.

Com relação ao atendimento das demandas da Casa, a GSI desenvolveu, entre outros, um sistema de gravação digital de áudio para agilizar o serviço de taquigrafia das reuniões de Plenário e das comissões, além de implantar um sistema para automação da Biblioteca, proporcionando mais eficiência no atendimento ao público.

Redução das despesas de custeio

A Gerência-Geral de Material e Patrimônio, seguindo a Deliberação da Mesa 2.372, de 2006, aderiu ao Sistema de Registro de Preços de órgão da administração pública estadual ou federal para a contratação de serviço ou aquisição de bem pela Assembléia. Esse procedimento, apelidado de "carona", vai agilizar o atendimento de diversas demandas da Casa, pois a ALMG poderá utilizar-se de licitações já concluídas por outros órgãos, desde que efetuadas pelo sistema de Registro de Preços.

Visando à redução de custos, o contrato com a Cemig foi alterado, de forma a se obter economia anual de aproximadamente R\$ 200 mil no custo do fornecimento de energia elétrica.

Procon

No âmbito das atividades voltadas para o atendimento ao público, o Procon Assembléia destacou-se pela crescente demanda de seus serviços.

Além de intermediar conflitos entre consumidores e fornecedores, alcançando solução favorável em cerca de 80% dos procedimentos administrativos adotados, o órgão manteve, ao longo do ano, o projeto Educação para o Consumo.

Numa ação proativa, o Procon assegurou, por meio desse projeto, orientação a estudantes, consumidores e fornecedores, cumprindo sua atribuição de zelar pela publicidade da legislação que defende os direitos dos cidadãos, preparando-se para ingressar em seu décimo ano de existência com uma história de bons serviços prestados ao povo mineiro.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/12/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.

exonerando, a partir de 2/1/2007, Adelmo Gabriel Marques do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Fernanda Moreira Santiago para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Rubens da Silva Braselino do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

nomeando Pedro Rafael Gonçalves para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas.

Gabinete do Deputado Domingos Sávio

exonerando, a partir de 2/1/2007, Bruno Tadeu de Souza Tavares do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Rodyson Kristnamurti da Silva Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e c/c com as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.134, de 10/9/93 e 5.198, de 21/5/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nº 2.043, de 29/5/2001 e 2.221, de 18/12/2001, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 2/1/2007, Ana Lúcia Neves Pimenta Melane da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação;

dispensando, a partir de 2/1/2007, Rogério Gurjão Pinheiro da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática;

dispensando, a partir de 1º/1/2007, Walter Morato Barcelos da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade;

designando Rinaldo de Moura Faria para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação;

designando Rogério Gurjão Pinheiro para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade;

designando Salazar Rodrigues Junior para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.123, de 4/11/92, e 5.198, de 21/5/2001, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 1º/1/2007, o servidor Frederico Marcelo Caldas de Oliveira do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

exonerando, a partir de 2/1/2007, Salazar Rodrigues Junior do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2006

Objeto: aquisição de lâmpadas e reatores.

Pregoante vencedor: IGM Materiais Elétricos Ltda.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2006.

Rosângela Alves Ferreira, pregoeira.